

Correspondente ao vencimento de Professor Visitante Autorização interna: Vigência: 12/01/2026 a 11/01/2027 Fundamento Legal: Lei 8745/93, art. 2º, inc. IV e V, alterada pela Lei 9.849/99. Data da assinatura: 12/01/2026 Verba: Dotação do Tesouro Nacional. Processo seletivo simplificado. Edital nº 13/2025 Processo: 23109.015884/2025-51.

PROFESSOR VISITANTE contrato nº 002/2026 Contratante: Universidade Federal de Ouro Preto Contratado: DANIEL NEGREIROS ALVES PEREIRA Objeto: Magistério no PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECOLOGIA DE BIOMAS TROPICAIS em regime de dedicação exclusiva. Retribuição: R\$ 22.547,81 (Vinte e Dois Mil, Quinhentos e Quarenta e Sete Reais e Oitenta e Um Centavos) Salário Correspondente ao vencimento de Professor Visitante Autorização interna: Vigência: 26/01/2026 a 25/01/2027 Fundamento Legal: Lei 8745/93, art. 2º, inc. IV e V, alterada pela Lei 9.849/99. Data da assinatura: 26/01/2026 Verba: Dotação do Tesouro Nacional. Processo seletivo simplificado. Edital nº 13/2025 Processo: 23109.000087/2026-50.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

AVISO DE REGISTRO DE DIPLOMAS

Para fins do disposto no art. 21 da Portaria MEC nº. 1.095 de 25 de outubro de 2018, esta Instituição de Educação Superior informa que foram registrados 99 diplomas no período de 06/01/2026 a 02/02/2026 no seguinte livro de registros e sequências numéricas: livro 62-RDG de 24672 até 24698, de 24700 até 24772. A relação dos diplomas registrados poderá ser consultada em até quinze dias, no endereço <https://cobalto.ufpel.edu.br/portal/consultas/registrodiplomapublico>

Pelotas, de 3 de fevereiro de 2026.
URSULA ROSA DA SILVA
Reitora

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2026 - UASG 154048

Número do Contrato: 10/2025.
Nº Processo: 23111.004218/2025-40.
Pregão. Nº 90019/2024. Contratante: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI. Contratado: 10.013.974/0001-63 - SERVFAZ SERVICOS DE MAO DE OBRA LTDA. Objeto: A prorrogação, por mais 12 meses, do prazo de vigência do contrato administrativo de serviços continuados nº 10/2025, e a redução/eliminação dos custos não-renováveis, conforme previsto em sua cláusula segunda e nos termos do art. 107 da lei nº 14.133/2021. Vigência: 05/02/2026 a 05/02/2027. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 330.259,20. Data de Assinatura: 30/01/2026.

(COMPRASNET 4.0 - 30/01/2026).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2026 - UASG 154048

Número do Contrato: 9/2025.
Nº Processo: 23111.004445/2025-22.
Pregão. Nº 90019/2024. Contratante: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI. Contratado: 10.013.974/0001-63 - SERVFAZ SERVICOS DE MAO DE OBRA LTDA. Objeto: A prorrogação, por mais 12 meses, do prazo de vigência do contrato administrativo de serviços continuados nº 09/2025, e a redução/eliminação dos custos não-renováveis, conforme previsto em sua cláusula segunda e nos termos do art. 107 da lei nº 14.133/2021. Vigência: 05/02/2026 a 05/02/2027. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 244.136,26. Data de Assinatura: 30/01/2026.

(COMPRASNET 4.0 - 30/01/2026).

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 4/2026 - UASG 154055

Nº Processo: 23118.017919/2025-87.
Pregão Nº 90030/2024. Contratante: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA. Contratado: 62.139.803/0001-89 - METALFLEX INDUSTRIA E DISTRIBUICAO DE MOVEIS LTDA. Objeto: Contratação de mobiliário.
Fundamento Legal: LEI 14.133/2021. Vigência: 28/01/2026 a 28/01/2027. Valor Total: R\$ 1.267.665,49. Data de Assinatura: 28/01/2026.

(COMPRASNET 4.0 - 03/02/2026).

EXTRATO DE CONTRATO Nº 5/2026 - UASG 154055

Nº Processo: 23118.018028/2025-48.
Pregão Nº 90030/2024. Contratante: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA. Contratado: 39.659.767/0001-62 - CIMOVEIS COMERCIO DE MOVEIS LTDA. Objeto: Contratação de mobiliário.
Fundamento Legal: LEI 14.133/2021. Vigência: 28/01/2026 a 28/01/2026. Valor Total: R\$ 263.473,55. Data de Assinatura: 28/01/2026.

(COMPRASNET 4.0 - 03/02/2026).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2026 - UASG 154055

Número do Contrato: 10/2025.
Nº Processo: 23118.011005/2024-21.
Inexigibilidade. Nº 162/2024. Contratante: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA. Contratado: 01.404.158/0001-90 - PEARSON EDUCATION DO BRASIL LTDA. Objeto: 1.1.1 a prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 [meses], a partir de 03/02/2026 até 03/02/2027;
1.1.2 o reajuste os valores dos itens do contrato, correspondente a 4,44% do valor atualizado do contrato.. Vigência: 03/02/2026 a 03/02/2027. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 106.550,00. Data de Assinatura: 28/01/2026.

(COMPRASNET 4.0 - 28/01/2026).

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL Nº 1 DE 2 DE FEVEREIRO DE 2026

CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA O PROVIMENTO DO CARGO DE PROFESSOR DE MAGISTÉRIO SUPERIOR

A Fundação Universidade Federal de Rondônia, por meio da Pró-Reitoria de Administração, mediante atribuições que lhe são conferidas pela Portaria Nº 70/2026/GR/UNIR, DE 29 DE JANEIRO DE 2026 e artigo 11 do Estatuto da UNIR e pelo Decreto Presidencial publicado no DOU nº 221, de 19 de novembro de 2020, seção 2, p.1 e considerando a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987; a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; o Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019; o Decreto nº 7.485, de 18 e maio de 2011; o Decreto nº 6.593/2008; o Decreto nº 11.016; a Lei 13.656/2018 ; a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012; a Lei nº 9.394/96; o Decreto nº 9.508 de 24 de setembro de 2018; o Decreto 9.235/2017; a Lei nº 9.784/1999; a Lei nº 14.673/23; a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018; o Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016; a Lei nº 15.142/2025; o Decreto nº. 12.536/2025; o Decreto nº 3.298/1999; o Decreto nº 8.368/2014; o Decreto nº 12.533/2025; a Portaria MGI nº 2.797/2024; a Instrução Normativa nº 2 do Ministério da Economia de 27 de agosto de 2019; a Instrução Normativa nº 23/2023 do MGI; a Instrução Normativa nº 02/2025/PRAD/UNIR de 13 de outubro de 2025; a Instrução Normativa Conjunta MGI/MIR/MPI nº 261/2025; a Instrução Normativa Conjunta MGI/MDHC nº 260/2025; a Portaria ME nº 10.041, de 18 de agosto de 2021; a Resolução nº 536/CONSEA de 25 de julho de 2017 ; Resolução CONSUN nº 114, de 29 de agosto de 2019, a Recomendação CGU, nos autos do processo SEI nº 23118.014930/2025-95, o Decreto nº 5.626/2005, e os Atos Decisórios do Conselho Superior Acadêmico, números: 5/2024, nº 13/2025, nº 14/2025, nº 16/2025, nº 27/2025, nº 2/2026, nº 3/2026, nº 4/2026, torna pública a abertura das inscrições para Concurso Público de Provas e Títulos para o provimento do cargo de Professor de Magistério Superior, conforme informações constantes nos itens 2.1 e 2.2.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Concurso Público regido por este Edital destina-se ao provimento de cargo efetivo de Professor da Carreira do Magistério Superior no primeiro nível de vencimento da Classe A da denominação correspondente ao título na forma do Anexo III da Lei nº 12.772/2012 e alterada pela Lei nº 12.863/2013 para exercício de suas atividades na Fundação Universidade Federal de Rondônia.

1.2. O Concurso Público seguirá o cronograma previsto no Anexo I deste Edital.

1.3. O cronograma poderá sofrer alterações, devendo o candidato acompanhar a página do certame para não perder os prazos.

1.4. A inscrição do candidato implica ciência e tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

1.5. Este Concurso Público será gerido pela Pró-Reitoria de Administração, podendo, para esse fim, publicar atos, avisos, convocações, comunicados e demais regulamentações.

1.6. A página oficial do concurso é <https://editais.unir.br/>, onde serão publicados os atos relativos ao certame.

1.7. Os horários que vierem a ser estabelecidos para a realização do certame terão como referência o horário do Estado de Rondônia.

1.8. Na contagem dos prazos devem ser excluídos o dia da publicação e incluído o dia do vencimento.

1.9. A Pró-Reitoria de Administração poderá requisitar os serviços de outros setores da Fundação Universidade Federal de Rondônia necessários à realização do concurso.

1.10. Os trabalhos sob a coordenação da Pró-Reitoria de Administração, relacionados ao presente certame, terminarão quando da publicação da homologação do resultado final no Diário Oficial da União.

1.11. Caberá à Diretoria de Administração de Pessoal e à Pró-Reitoria de Administração a realização dos procedimentos necessários à contratação dos candidatos aprovados e classificados.

1.12. O Chefe do Departamento para o qual a vaga do concurso é destinada, caso não tenha os impedimentos constantes no tópico 9.5 deste Edital, terá a responsabilidade de auxiliar a Banca Examinadora, inclusive, no que diz respeito à entrega final da documentação do concurso (atas, divulgação dos resultados parciais e finais) à Pró-Reitoria de Administração.

1.13. O Concurso Público objeto deste Edital terá validade de 02 (dois) anos, contados da publicação da homologação do resultado final, publicado no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado por igual período, no interesse da Administração.

1.14. Dos termos deste Edital caberá pedido de impugnação no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data de publicação no Diário Oficial da União, não sendo conhecidos os pedidos de impugnação interpostos fora deste prazo.

1.15. O pedido de impugnação deverá estar assinado pelo candidato interessado e ser enviado para o endereço eletrônico concursodocente@unir.br, com o assunto "Impugnação ao Edital".

2. DAS VAGAS

2.1. O Concurso Público de que trata o presente Edital tem por objetivo prover 47 (quarenta e sete) vagas para o cargo de Professor do Magistério Superior da Fundação Universidade Federal de Rondônia, conforme Quadro 1.

2.2. Na forma da legislação aplicável, ficam reservadas 3 (três) vagas às pessoas com deficiência, 12 (doze) vagas às pessoas negras, 1 (uma) vaga aos indígenas e 1 (uma) vaga aos quilombolas distribuídas conforme Quadro 2.

2.3. Para o fim deste certame, as vagas reservadas foram distribuídas conforme as Instruções Normativas Conjuntas MGI/MDHC nº 260/2025 e nº 261/2025.

2.4. Serão considerados aprovados o número máximo de candidatos conforme disposto no Anexo II do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019.

Quadro 1 - Especificações das vagas

QUANT. DE VAGAS	CÓD. VAGA	NÚCLEO/CAMPI	DEPARTAMENTO	ÁREA	SUBÁREA	REGIME DE TRABALHO	REQUISITO
2	206664 920685	Ariquemes	Departamento Acadêmico de Ciências da Educação	Direito (60100001)	Teoria do Direito (6.01.01.00-8), Direito Público (6.01.02.00-4), Direito Privado (6.01.03.00-0) e Direitos Especiais (6.01.04.00-7)	Dedicação Exclusiva	Graduado em Direito e Doutorado em Direito (60100001)
1	206681	Ariquemes	Departamento Acadêmico de Ciências da Educação	Direito (60100001)	Direito Civil (60103019); Direito do Trabalho (60103035); Direito Administrativo (60102063); Direito Comercial (60103027); História do Direito (60101040); Direito Internacional Privado (60103043); Filosofia do Direito (60101059); Sociologia Jurídica (60101075); Antropologia Jurídica (60101083)	Dedicação Exclusiva	Graduado em Direito e Doutorado em Direito (60100001)

3	307714 920746 610497	Cacoal	Departamento Acadêmico de Administração	60200006 (Administração)	Administração de Empresas (60201002); Administração de Produção (60201010); Administração Financeira (60201029); Mercadologia (60201037); Negócios Internacionais (60201045); Administração de Recursos Humanos (60201053); Administração de Pessoal (60202041); Administração Pública (60202009); e Administração de Setores Específicos (60203005)	Dedicação Exclusiva	Graduação em Administração e Doutorado em Administração ou Doutorado em Ciências Contábeis ou Doutorado Desenvolvimento Regional ou Doutorado em Economia ou Doutorado em Engenharia de Produção
1	856919	Cacoal	Departamento Acadêmico de Direito	Direito (60100001)	Direito Público (60102004) e Direito Privado (60103000)	Dedicação Exclusiva	Graduação em Direito com Doutorado em Direito (60100001)
1	307446	Cacoal	Departamento Acadêmico Acadêmico de Engenharia de Produção	Engenharia de Produção (30500001)	Sem subárea	Dedicação Exclusiva	Graduação em Engenharia de Produção e Mestrado em Engenharia de Produção (30800005); ou Graduação em Engenharia de Produção e Mestrado em Engenharia (60200006).
							Mecânica (30500001); ou Graduação em Engenharia de Produção e Mestrado em Interdisciplinar (90100000); ou Graduação em Engenharia de Produção e Mestrado em Administração (60200006).
1	307538	Guajará-Mirim	Departamento Acadêmico de Administração	Psicologia (70700001)	Psicologia Organizacional e do Trabalho (70709009)	Dedicação Exclusiva	Graduação em Psicologia com Mestrado em Psicologia (70700001)
1	310125	Guajará-Mirim	Departamento Acadêmico de Ciências da Educação	Educação (70800006)	Fundamentos da Educação (70801002)	Dedicação Exclusiva	Graduação em Pedagogia e Mestrado em Educação (70800006)
1	226389	Ji-Paraná	Departamento Engenharia Ambiental	Geociências (10700005)	Sem subárea	Dedicação Exclusiva	Graduação em Agronomia (50100009), Ciências Biológicas (20000006), Engenharia Ambiental e Sanitária, Engenharia Civil (30100003), Recursos Florestais e Engenharia
							Florestal (50200003), Gestão Ambiental, e ou Gestão e Análise Ambiental e Doutorado em Geociências (10700005) ou Engenharia Sanitária (30700000)
1	232582	Ji-Paraná	Departamento Engenharia Ambiental	Engenharia Civil (30100003)	Sem subárea	Dedicação Exclusiva	Graduação em Engenharia Civil (30100003), Engenharia Sanitária (30700000) ou Engenharia Ambiental e Doutorado em Engenharia Civil (30100003) ou Engenharia Sanitária (30700000).
1	246610	Porto Velho (NCH)	Departamento Acadêmico de Letras Vernáculas	Letras (80200001)	Língua Portuguesa (8020100)	Dedicação Exclusiva	Doutorado em Letras Letras (80200001) ou Linguística Linguística (80100007)
2	249494 307464	Porto Velho (NCH)	Departamento Acadêmico de Letras Vernáculas	Linguística (80100007)	Teoria e Análise Linguística (80101003), Fisiologia da Linguagem (80102000), Linguagem Histórica (80103006), Sociolinguística e Dialetologia (80104002), Psicolinguística (80105009) e Linguística Aplicada (80106005)	Dedicação Exclusiva	Graduação em Letras e Doutorado em Letras Letras (80200001) ou Linguística Linguística (80100007)
4	268152 307509 926200 929586	Porto Velho (NCH)	Departamento Acadêmico de Libras	Letras (80200001)	Sem Subárea	Dedicação Exclusiva	Graduação em Letras Libras ou Letras-Português e Mestrado em Letras (80200001)
1	307436	Porto Velho (NUSAU)	Departamento Acadêmico de Medicina	Medicina (40100006)	Ginecologia e Obstetrícia; Saúde Materno-Infantil	T20	Especialização ou Residência em Medicina (40100006) ou Especialização na Subárea (40101150 ou 40103005)
2	307421 307739	Porto Velho (NUCSA)	Departamento Acadêmico de Ciências Econômicas	Economia (60300000)	Sem subárea	Dedicação Exclusiva	Graduação em economia (60300000) e doutorado em economia (60300000) ou interdisciplinar (90100000)
2	307448 307755	Porto Velho (NUCSA)	Departamento Acadêmico de Ciências Jurídicas	Direito (60100001)	Direito Público (60102004)	Dedicação Exclusiva	Graduação e Doutorado em Direito (60100001)
2	307462 897016	Porto Velho (NUCSA)	Departamento Acadêmico de Ciências Jurídicas	Direito (60100001)	Direito Privado (60103000)	Dedicação Exclusiva	Graduação e Doutorado em Direito (60100001)
1	307539	Porto Velho (NCET)	Departamento Acadêmico de Ciências da Computação	Ciência da Computação (10300007)	Sem subárea	Dedicação Exclusiva	Mestrado na área de Ciência da Computação (10300007)
1	307570	Porto Velho (NCET)	Departamento Acadêmico de Química	Química (10600000)	Química Analítica (10604006), Análise de traços e Química Ambiental (10604073), Química Inorgânica (10602023) e Instrumentação Analítica (10604065)	Dedicação Exclusiva	Graduação em Química e Doutorado em Química (10600000) ou Ciências Biológicas II (20000006)
1	307573	Porto Velho (NCH)	Departamento Acadêmico de História	História (70500002)	História do Brasil (70505004)	Dedicação Exclusiva	Doutorado em História (70500002)
1	307597	Porto Velho (NCH)	Departamento Acadêmico de Línguas Estrangeiras	Letras (80200001)	Línguas Estrangeiras Modernas (80202004) e Literaturas Estrangeiras Modernas (80208002)	Dedicação Exclusiva	Graduação em Letras-Inglês ou Letras Português-Inglês e Mestrado em Letras (80200001), Linguística (80100007)
1	307783	Porto Velho (NUCSA)	Departamento Acadêmico Ciências Contábeis	Administração (60200006)	Ciências Contábeis (60204001)	Dedicação Exclusiva	Graduação em Ciências Contábeis (60204001) e Doutorado em Ciências Contábeis (60204001) ou Interdisciplinar (90100000)
1	849305	Porto Velho (NT)	Departamento Acadêmica de Engenharia Civil	Engenharia Civil (30100003)	Sem subárea	Dedicação Exclusiva	Graduação em Engenharia Civil e Doutorado em Engenharia Civil (30100003)
1	849307	Porto Velho (NCH)	Departamento Acadêmico de Ciência da Educação	Educação (70800006)	Tecnologia Educacional (70804036)	Dedicação Exclusiva	Graduação em Pedagogia e Doutorado em Educação (70800006)
1	856920	Porto Velho (NT)	Departamento Acadêmico de Engenharia Elétrica	Engenharia Elétrica (30400007)	Sistemas Elétricos de Potência (30404002)	Dedicação Exclusiva	Graduação em Engenharia Elétrica e Mestrado em Engenharias (30000009) ou Interdisciplinar (90100000)
1	920659	Porto Velho (NCH)	Departamento Acadêmico de Letras Vernáculas	Letras (80200001)	Teoria (80205003), Literatura Brasileira (80206000), Outras Literaturas Vernáculas (80207006 e Literatura Comparada (80210007)	Dedicação Exclusiva	Graduação em Licenciatura em Letras-Língua Portuguesa ou Licenciatura em Literatura e Doutorado em Letras (80200001) ou Linguística Linguística (80100007)
1	920669	Porto Velho (NCH)	Departamento Acadêmico de Línguas Estrangeiras	Letras (80200001)	Línguas Estrangeiras Modernas (80202004)	Dedicação Exclusiva	Graduado em Letras-Espanhol ou Letras Português-Espanhol e Mestrado em Letras (80200001) ou Linguística Linguística (80100007)
2	920737 920791	Porto Velho (NUCSA)	Departamento Acadêmico de Ciência da Informação	Ciência da Informação (60700009)	Biblioteconomia (60702001)	Dedicação Exclusiva	Graduação em Biblioteconomia com Doutorado em Ciência da Informação (60700009)
1	933202	Porto Velho (NUSAU)	Departamento Acadêmico de Medicina	Medicina (400100006)	Medicina I e Medicina II	T20	Certificado de residência médica em clínica médica ou em especialidades da área da clínica médica ou título de especialista em clínica médica ou em especialidades da área da clínica médica emitido pela AMB.
1	933204	Porto Velho (NCH)	Departamento Acadêmico de Ciências da Educação	Educação (70800006)	Educação Especial (70807051)	Dedicação Exclusiva	Graduação em Pedagogia ou Psicologia ou Licenciatura em Educação Especial e Doutorado em Educação (70800006)
1	934825	Porto Velho (NCH)	Departamento Acadêmico de Artes	Artes 80300006	Música (80303005)	Dedicação Exclusiva	Mestrado em Música (80303005)
1	934826	Porto Velho (NCH)	Departamento Acadêmico de Artes	Artes 80300006	Artes Plásticas (80302009); Pintura (80302017); Fotografia (80307000); Educação Artística (80310001); História da Arte (80301029)	Dedicação Exclusiva	Graduação em Artes Visuais ou Artes Plásticas ou Educação Artística e Mestrado em Artes (80300006)
1	1001503	Porto Velho (NCH)	Departamento Acadêmico de Filosofia	Filosofia (70100004)	História da Filosofia (70101000)	Dedicação Exclusiva	Doutorado em Filosofia (70100004)
1	929580	Rolim de Moura	Departamento Acadêmico de Educação do Campo	Ensino (90200000)	Ensino de Ciências e Matemática (90201000)	Dedicação Exclusiva	Graduação em Ciências Biológicas ou Física ou Química e Doutorado em Ensino (90200000)
1	933188	Rolim de Moura	Departamento Acadêmico de História	História (70500002)	Ensino de História (70505004)	Dedicação Exclusiva	Doutorado em História (70500002)
1	217581	Rolim de Moura	Departamento Acadêmico de Educação do Campo	Física (10500006)	Física Geral (10501002)	Dedicação Exclusiva	Doutorado em Física (10500006)
1	897035	Vilhena	Departamento Acadêmico de Ciências Contábeis	Administração (60200006)	Ciências Contábeis (60204001)	Dedicação Exclusiva	Graduação em Ciências Contábeis (60204001) e Doutorado em Ciências Contábeis (60204001)



Quadro 2 - Especificações das vagas reservadas para pessoas negras, indígenas, quilombolas e PCD

Cargo	Total de vagas oferecidas no edital	Ampla concorrência	Negros (25%)	Indígenas (3%)	Quilombolas (2%)	Pessoas com Deficiência (5%)
Professor do Magistério	47	30	12	1	1	3
Professor do Magistério Superior (diversas áreas)						

3. DA DESCRIÇÃO DO CARGO

3.1. São consideradas atividades acadêmicas próprias do Professor da Carreira do Magistério Superior aquelas atividades pertinentes à pesquisa, ao ensino e à extensão que, indissociáveis, visem à aprendizagem, à produção do conhecimento, à ampliação e à transmissão do saber e da cultura e ao exercício de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência na própria instituição, além de outras previstas na legislação vigente.

3.2. O candidato nomeado ingressará nos termos da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, na Classe A, com a denominação de Professor Assistente, Nível 1.

3.3. A remuneração inicial será composta pelo Vencimento Básico, Retribuição por Titulação e Auxílio-Alimentação, conforme Quadro 3 abaixo, em observação à Lei nº 14.673/2023, de 14 de setembro de 2023:

Quadro 3 - Remuneração

Regime de Trabalho	Vencimento Básico	Retribuição por Titulação			Auxílio- Alimentação
		Especialização	Mestrado	Doutorado	
20 Horas	R\$ 3.090,43	R\$ 309,04	R\$ 772,61	R\$ 1.777,00	R\$ 587,50
Dedicação Exclusiva	R\$ 6.180,86	R\$ 1.236,17	R\$ 3.090,43	R\$ 7.107,99	R\$ 1.175,00

3.4. O Professor submetido ao regime de trabalho de Dedicação Exclusiva (DE) fica obrigado a prestar 40 horas semanais de trabalho em tempo integral, bem como impedido de exercer outra atividade remunerada na administração pública ou iniciativa privada, conforme legislação, ou mesmo advocacia privada.

3.5. O Professor submetido ao regime de trabalho de 20 horas fica obrigado a prestar 20 horas semanais de trabalho em turnos, a ser determinado pelo seu Departamento Acadêmico de lotação.

3.6. As jornadas de trabalho poderão ser desenvolvidas nos turnos matutino, vespertino e noturno, inclusive, nos finais de semana, a depender do caso concreto, conforme a necessidade da Fundação Universidade Federal de Rondônia.

3.7. Independentemente do regime de trabalho, consoante o artigo 57 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o professor ficará obrigado a ministrar, no mínimo, oito horas semanais de aulas.

3.8. A respectiva titulação exigida para cada área do concurso se encontra no quadro de vagas constante no Quadro 1.

3.9. As áreas/subáreas, têm como base a classificação da Capes, disponível no link: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/TabelaAreasConhecimento_072012_atualizada_2017_v2.pdf. A "Área Básica" do programa e seu respectivo código, conforme Plataforma Sucupira da Capes: https://sucupira.capes.gov.br/#busca_avaliados_reconhecidos, devem estar dentro da área exigida no Edital.

3.10. Para fins de avaliação da prova de títulos e requisito para posse, será considerado como área o segundo nível da Tabela Capes (área do conhecimento/área básica), conforme orientação da Capes disponível no link: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/instrumentos/documentos-de-apoio-1/tabela-de-areas-de-conhecimento-avaliacao>.

3.10.1. Sob hipótese alguma, será considerado ou avaliado a especialidade ou objeto de pesquisa gerador da titulação do candidato.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. A inscrição no presente concurso será feita via internet, exclusivamente na página oficial do concurso, através do link <https://editais.unir.br/>, no período de 13/02/2026 até 05/03/2026 às 23:59, observado o horário do Estado de Rondônia.

4.2. A inscrição no concurso expressa concordância com os termos do disposto neste Edital, bem como questões relativas ao tratamento de dados, para fins da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

4.3. O candidato poderá realizar apenas uma única inscrição, para uma única área/subárea, considerando a previsão das provas serem realizadas nos mesmos dias e horários.

4.4. Aqueles que pretenderem concorrer pelo sistema de reserva de vagas às pessoas com deficiência (PcD), pessoas negras, indígenas ou quilombolas deverão, no ato da inscrição, indicar em campo específico a opção e no caso de PcD submeter documentação comprobatória, nos termos do tópico 6 deste Edital.

4.5. O candidato que não optar, no ato da inscrição, por concorrer à vaga reservada, mesmo que atenda às exigências, concorrerá à vaga em ampla concorrência (AC).

4.6. Caso o candidato realize mais de uma inscrição, será válida somente a última efetuada no sistema.

4.7. Nos casos de erro de submissão de documentação para inscrição, o candidato deverá, observado o período de inscrição, efetuar nova inscrição e submeter a documentação correta.

4.8. As informações prestadas no Formulário de Inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo a Fundação Universidade Federal de Rondônia do direito de excluir do certame aquele que não preencher o formulário de forma completa, correta ou que fornecer dados comprovadamente inverídicos.

4.9. Em observância ao disposto no Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016, a pessoa travesti e transexual que deseja ser tratada por nome social e ter o reconhecimento da identidade de gênero durante a realização do concurso deverá, no ato da inscrição, manifestar o interesse e informar o nome e o gênero pelos quais deseja ser tratada.

4.9.1. As publicações referentes às pessoas travestis ou transexuais serão realizadas conforme o nome e o gênero constantes no registro civil, que excepcionalmente serão acompanhados de nome social se assim requerido expressamente pela pessoa interessada.

4.9.2. O requerimento de que trata o tópico anterior deverá estar assinado pela pessoa interessada e ser enviado para o endereço eletrônico concursodocente@unir.br, com o assunto "Requerimento Nome Social", durante o período de inscrição.

4.10. A inscrição está condicionada ao pagamento de taxa de inscrição ou concessão de isenção de taxa de inscrição, nas hipóteses previstas neste Edital.

4.10.1. O valor da inscrição varia de acordo com a titulação e regime de trabalho para qual é exigida a vaga que o candidato pretende concorrer, sendo:

R\$ 70,00 (setenta reais) para as vagas de especialização em regime de 20 horas;

R\$ 185,00 (cento e oitenta e cinco reais) para as vagas do título de mestre em regime de dedicação exclusiva; e

R\$ 265,00 (duzentos e sessenta e cinco reais) para as vagas do título de doutor em regime de dedicação exclusiva.

4.10.2. O valor da inscrição não será restituído, salvo em caso de cancelamento do concurso.

4.10.3. O pagamento da taxa de inscrição será feito apenas por meio da Guia de Recolhimento da União (GRU), que poderá ser paga somente no Banco do Brasil.

4.10.4. Para impressão da Guia de Recolhimento da União (GRU), o candidato deverá se atentar e seguir as orientações constantes no sistema de inscrição, sendo de inteira responsabilidade do candidato conferir seus dados pessoais, em especial se há correspondência entre o nome e o CPF constante no documento.

4.10.5. O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado até o primeiro dia útil seguinte ao término das inscrições, observado o horário de expediente bancário. O não pagamento da taxa de inscrição até a data do vencimento implicará a eliminação do candidato do certame.

4.10.6. Não será aceito agendamento como comprovativo de pagamento e nem pagamento realizados após a data limite constante no cronograma.

4.10.7. Terminado o prazo para inscrição, o sistema será fechado, permitindo apenas consulta pelo candidato.

4.10.8. Não comprovada a efetivação do pagamento, o candidato será eliminado do certame.

4.11. Para realizar a inscrição, o candidato deverá anexar no sistema de inscrição a seguinte documentação:

Fotografia individual nítida, colorida, em fundo branco e que possibilite a sua identificação;

ópia de documento oficial de identificação ou passaporte;

Laudo Médico, para as vagas destinadas à pessoa com deficiência, em via original, expedido nos dois últimos anos e contendo de forma legível: a espécie e o grau/nível de necessidade especial, temporária ou permanente, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença (CID), bem como a provável causa da deficiência;

II. o nome do médico e seu número de inscrição no respectivo Conselho Regional (o Laudo Médico apresentado terá validade apenas para este concurso).

Autodeclaração étnico-racial constante no Anexo VI, para os candidatos que pretendem concorrer às vagas reservadas aos candidatos negros, nos termos do tópico 7.3 deste Edital.

Autodeclaração constante no Anexo VII, para os candidatos que pretendem concorrer às vagas reservadas aos candidatos indígenas, nos termos do tópico 7.3 deste Edital.

Autodeclaração constante no Anexo VIII, para os candidatos que pretendem concorrer às vagas reservadas aos candidatos quilombolas, nos termos do tópico 7.3 deste Edital.

4.12. A documentação de que trata o tópico 4.11 deverá estar legível e ser inserida no sistema de inscrição no formato de Portable Document Format (PDF).

4.13. Não será aceita documentação enviada via correspondência, fax, e-mail ou qualquer outro formato que não o previsto no tópico 4.12 deste Edital.

4.14. Serão homologadas, por Comissão de Homologação de Inscrições, as inscrições que atenderem ao disposto nos tópicos 4.10, 4.11, 4.12 e 4.13 deste Edital.

4.15. Será divulgada lista preliminar de inscrições homologadas na página oficial do concurso, através do link <https://editais.unir.br/>, observado o cronograma.

4.16. Da não homologação da inscrição de candidato caberá recurso, no prazo estabelecido no cronograma, não sendo conhecidos os recursos interpostos fora destes prazos.

4.17. Os recursos deverão estar assinados pelo candidato interessado e serem enviados para o endereço eletrônico concursodocente@unir.br, com o assunto "Recurso Homologação de Inscrição".

4.18. A relação final de inscrições homologadas será divulgada na página oficial do concurso, através do link <https://editais.unir.br/>, conforme cronograma.

4.19. A qualquer tempo, a Fundação Universidade Federal de Rondônia poderá anular a inscrição, as provas, a nomeação e a posse do candidato, desde que constatada falsidade em qualquer declaração e/ou qualquer irregularidade nas informações, nas provas ou em documentos apresentados, após apuração por meio do devido processo.

4.20. A Fundação Universidade Federal de Rondônia não se responsabilizará por inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por problemas de ordem bancária que impossibilitem o pagamento da taxa de inscrição.

4.21. O candidato que necessitar qualquer tipo de condição especial para a realização das provas deverá solicitar-la no Formulário de Inscrição, indicando claramente quais são os recursos especiais necessários (materiais, carteira para canhoto, equipamentos, serviços, atendimentos etc.).

4.22. A candidata lactante que desejar amamentar durante a realização das provas deverá informar essa condição no ato da inscrição. No dia da prova, deverá estar acompanhada por pessoa maior de 18 (dezoito) anos, que ficará em sala reservada para essa finalidade e será responsável pela guarda da criança. À candidata será concedido o direito a tempo adicional de 1 (uma) hora para a realização das provas.

4.22.1. Ao acompanhante não será permitido o uso de quaisquer dos objetos e equipamentos descritos no item 10.12 deste Edital durante a realização do certame.

4.23. A solicitação de condições especiais será atendida obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

4.24. Não serão concedidas condições especiais que não tenham sido solicitadas no ato da inscrição, exceto nos casos em que o candidato, após a inscrição, venha a ser acometido por situação que condicione suporte específico. Nesses casos, o candidato deverá encaminhar à UNIR por meio do e-mail concursodocente@unir.br, até 24 (vinte e quatro) horas antes da realização da prova, laudo ou atestado médico que comprove a necessidade das condições especiais requeridas.

5. DÓ PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

5.1. Será concedida isenção da taxa de inscrição, nos termos da Lei nº 13.656/2018 e Decreto nº 6.593/2008, ao candidato que:

esteja inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, de que trata o Decreto nº 11.016, de 29 de março de 2022; e for membro de família de baixa renda, assim considerada aquela com renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo.

for doador de medula óssea em entidades reconhecidas pelo Ministério da Saúde;

5.2. Não será concedida isenção parcial da taxa de inscrição.

5.3. Para a concessão da isenção da taxa de inscrição, o candidato deverá comprovar, no momento da inscrição, observado o cronograma, o cumprimento dos requisitos.

5.4. Para o requerimento de isenção, na hipótese do item I do tópico 5.1, o candidato deverá:

indicar o Número de Identificação Social - NIS, atribuído pelo CadÚnico;

enviar comprovante de inscrição no CadÚnico, obtido por meio do link: <https://cadunico.dataprev.gov.br>

5.5. Para o requerimento de isenção na hipótese do item II do tópico 5.1, o candidato deverá apresentar documento comprobatório de que é doador de medula óssea, emitida por entidade reconhecida pelo Ministério da Saúde.

- 5.6. A documentação de que trata os tópicos 5.4 e 5.5 deverá estar legível e ser inserida no sistema de inscrição no formato de Portable Document Format (PDF).
- 5.7. A Fundação Universidade Federal de Rondônia poderá consultar o órgão gestor do CadÚnico para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato.
- 5.8. Os pedidos de isenção serão analisados pela Comissão de Homologação de Inscrições e serão deferidos os pedidos de isenção que atenderem ao disposto nos tópicos 5.1 e 5.3 deste Edital.
- 5.9. Será indeferido o pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição do candidato que: omitir informações e/ou torná-las inverídicas; fraudar e/ou falsificar documentação; não observar a forma, o prazo e os horários estabelecidos neste Edital.
- 5.10. O resultado preliminar dos pedidos de isenção serão divulgados na página oficial do concurso, através do link <https://editais.unir.br/>, conforme cronograma.
- 5.11. Do indeferimento preliminar dos pedidos de isenção caberá recurso no prazo estabelecido no cronograma, não sendo conhecidos os recursos interpostos fora destes prazos.
- 5.12. O recurso deverá estar assinado pelo candidato interessado e ser enviado ao endereço eletrônico concursodocente@unir.br, com o assunto "Recurso Indeferimento Isenção".
- 5.13. O resultado definitivo dos pedidos de isenção será divulgado na página oficial do concurso, através do link <https://editais.unir.br/>, conforme cronograma.
- 5.14. O candidato que tiver seu pedido de isenção indeferido, caso deseje continuar no certame, deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição, nos termos do tópico 4.10 deste Edital.
- 5.15. As informações prestadas no requerimento de isenção serão de inteira e exclusiva responsabilidade do candidato, sob pena de responder civil e criminalmente pelo seu teor.
- 5.16. Sem prejuízo das sanções cíveis e penais cabíveis, o candidato que prestar informação falsa com o intuito de usufruir da isenção de que trata o tópico 8.1 deste Edital, estará sujeito às sanções previstas no Decreto nº 6.593, de 2 de outubro de 2008 e na Lei nº 13.656, de 30 de abril de 2018.
- 5.17. A Fundação Universidade Federal de Rondônia não se responsabiliza por problemas de ordem técnica dos computadores, de rede ou quaisquer outros fatores que impossibilitem a submissão da documentação necessária à concessão de isenção de taxa de inscrição.
6. DA RESERVA DE VAGAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
- 6.1. Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias descritas no art. 4º do Decreto nº 3.298/1999, na Súmula nº 45/2009, da Advocacia Geral da União e no Decreto nº 8.368/2014;
- 6.2. Do total das vagas destinadas de que trata este edital, e demais vagas que surgirem durante a validade do concurso público, 5% (cinco por cento) serão providas por candidatos(as) com deficiência, na forma do parágrafo 2º do art. 5º da Lei nº 8.112/1990, do Decreto nº 3.298/1999, do parágrafo 1º do art. 1º do Decreto nº 9.508/2018 e do Decreto nº 12.533/2025.
- 6.3. Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem anterior resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente, desde que não ultrapasse 20% das vagas oferecidas no edital, nos termos do parágrafo 2º do art. 5º da Lei nº 8.112/1990.
- 6.4. O(A) candidato(a) poderá se inscrever na cota para pessoa com deficiência, ainda que não haja vaga imediata reservada no edital para a área pretendida, ficando ciente de que somente poderá ser nomeado(a) pela reserva de vagas para pessoas com deficiência se surgirem novas vagas, durante o período de validade do concurso público.
- 6.5. O(A) candidato(a) que desejar concorrer às vagas reservadas para pessoas com deficiência deverá optar por essa cota no momento da realização da inscrição, no prazo previsto no item 4.1, indicando o tipo de deficiência no requerimento de inscrição e comprovar a situação declarada, nos termos deste edital.
- 6.6. Neste edital, a reserva imediata de vagas para Pessoas com Deficiência, está disposta no Quadro 2.
- 6.7. Para comprovação da condição de deficiência declarada, o(a) candidato(a) deverá anexar, obrigatoriamente, no requerimento de inscrição, cópia digitalizada, clara e legível, em formato de imagem ou PDF de parecer emitido por profissional legalmente habilitado e especialista na área da deficiência.
- 6.8. A documentação caracterizadora da deficiência apresentada pelo(a) candidato(a) deverá conter a identificação do(a) candidato(a), a espécie e o grau ou o nível da deficiência, a data de emissão, a assinatura e o número da inscrição no Conselho Regional do profissional responsável. Também poderá ser utilizado como documentação caracterizadora da deficiência do(a) candidato(a), o Relatório de Avaliação Biopsicossocial.
- 6.9. A documentação comprobatória da deficiência deverá ter sido emitida nos últimos trinta e seis meses, contados da data da publicação do edital do concurso público no Diário Oficial da União, exceto no caso dos(as) candidatos(as) cuja deficiência se enquadre no art. 1º, § 1º, da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, ou dos(as) candidatos(as) com outros impedimentos irreversíveis que caracterizem deficiência permanente.
- 6.10. O(A) candidato(a) poderá informar, de forma complementar, o reconhecimento administrativo prévio da deficiência, anexando em sua inscrição, documentação expedida por órgão ou entidade da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional.
- 6.11. O(A) candidato(a) que optar por concorrer às vagas reservadas para pessoas com deficiência concorrerá concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no concurso público.
- 6.12. Posteriormente à realização do concurso público, os(as) candidatos(as) habilitados(as) (aqueles(as) que atingirem a nota mínima), terão a documentação de caracterização da deficiência, encaminhada no ato da inscrição no concurso público, avaliada por equipe multiprofissional e interdisciplinar da UNIR, e poderão ser convocados(as) por edital, para avaliação presencial por esta equipe, no interesse da Administração Pública.
- 6.13. A equipe multiprofissional e interdisciplinar será composta por três profissionais capacitados, sendo pelo menos um deles médico, e atuará conforme disposto no art. 5º do Decreto nº 9.508/2018 e Instrução Normativa Conjunta MGI/MDHC nº 260/2025.
- 6.14. A equipe multiprofissional e interdisciplinar da UNIR terá decisão final sobre a qualificação do(a) candidato(a) como pessoa com deficiência ou não, conforme disposto no art. 5º do Decreto nº 9.508/2018, alterado pelo Decreto nº 12.533/2025 e de acordo com as categorias descritas no art. 4º do Decreto nº 3.298/1999, na Súmula nº 45/2009, da Advocacia Geral da União e no Decreto nº 8.368/2014.
- 6.15. No caso de necessidade de avaliação presencial, os(as) candidatos(as) convocados(as) deverão comparecer para avaliação pela equipe multiprofissional e interdisciplinar da UNIR, munidos(as) de documento oficial de identificação e comprovação da condição de deficiência declarada (parecer emitido por profissional legalmente habilitado e especialista na área da deficiência apresentada pelo(a) candidato(a)).
- 6.16. Perderá o direito de concorrer às vagas reservadas para pessoas com deficiência, passando a concorrer somente pelas vagas da ampla concorrência, o(a) candidato(a) que, por ocasião da avaliação da equipe multiprofissional e interdisciplinar, não for qualificado(a) como pessoa com deficiência, ou na necessidade de avaliação presencial, não apresente documento oficial de identificação, documentação caracterizadora da deficiência nos termos da Instrução Normativa Conjunta MGI/MDHC nº 260, de 26 de junho de 2025, ou ainda, que não comparecer na data indicada ou chegar fora do horário estabelecido, conforme edital de convocação.
- 6.17. O resultado das avaliações da equipe multiprofissional e interdisciplinar será divulgado por edital, na página oficial do concurso público, por meio do link <https://editais.unir.br/>.
- 6.18. Serão admitidos recursos relacionados ao resultado das avaliações da equipe multiprofissional e interdisciplinar, desde que devidamente fundamentados, encaminhados via e-mail concursodocente@unir.br, até 05 (cinco) dias úteis após a divulgação dos resultados das avaliações, devendo ser dirigidos à Pró-Reitoria de Administração da UNIR.
- 6.18.1. Na fase de recurso, a pessoa candidata poderá apresentar nova documentação caracterizadora da deficiência para análise, conforme Art. 23, §1º da Instrução Normativa Conjunta MGI/MDHC nº 260/2025.
- 6.19. Os recursos interpostos serão analisados por comissão recursal composta por três integrantes distintos dos membros da equipe multiprofissional, garantindo-se novamente a presença de pelo menos um médico na composição.
- 6.20. Da decisão da comissão recursal não caberá recurso.
- 6.21. O(A) candidato(a) inscrito(a) nos termos desta seção, participará do concurso público em igualdade de condições com os(as) demais candidatos(as), no que se refere ao conteúdo, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao(s) horário(s), ao(s) local(is) de aplicação das provas e às notas mínimas exigidas.
- 6.22. Na classificação final, o(a) candidato(a) que se inscreveu na reserva de vagas para pessoas com deficiência, constará, se habilitado(a), uma única vez na lista de aprovados(as), com a indicação de sua classificação na ampla concorrência e na reserva para pessoas com deficiência e, se for o caso, com a indicação de sua classificação na reserva para pessoas negras ou na reserva de vagas para indígenas, ou na reserva de vagas para quilombolas, desde que tenha sua condição confirmada pela equipe multiprofissional e interdisciplinar desta Universidade e levando em consideração o número máximo de candidatos(as) a aprovar previsto no item 2.4 deste edital.
- 6.23. Caso algum(a) candidato(a) aprovado(a) em vaga reservada seja nomeado(a) e não tome posse ou não entre em exercício, será nomeado(a) o(a) candidato(a) com deficiência posteriormente classificado(a), se houver.
- 6.24. Na hipótese de não haver número suficiente de candidatos(as) com deficiência aprovados(as) para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos(as) demais candidatos(as) aprovados(as), observada a ordem de classificação.
- 6.25. Não cabe a análise de pedido de recurso para reserva de vaga para pessoas com deficiência aos(as) candidatos(as) que não declararem a sua condição no requerimento de inscrição deste concurso público.
- 6.26. Caso o candidato inscrito como pessoa com deficiência necessite de atendimento especial no dia da prova, deve proceder, também, conforme especificado no item 6 deste edital.
- 6.27. O candidato com deficiência que necessitar de tratamento diferenciado na realização das provas, em atenção ao disposto no artigo 4º, §1º do Decreto nº 9.508/2018, deverá requerê-lo no ato de inscrição, mediante submissão do Anexo IX - formulário para requerimento de tratamento diferenciado para Pessoa com Deficiência.
- 6.27.1. O tratamento diferenciado não atende, sob pretexto algum, segunda chamada para qualquer prova ou aplicação fora do horário, data e local previamente estabelecidos, bem como atendimento domiciliar, hospitalar e transporte.
- 6.28. Em atenção ao Anexo do Decreto 9.508/2018, fica assegurado o acesso às seguintes tecnologias assistivas na realização de provas, sem prejuízo de adaptações razoáveis que se fizerem necessárias:
- I - Ao candidato com deficiência visual:
- a) prova impressa em braile;
 - b) prova impressa em caracteres ampliados, com indicação do tamanho da fonte;
 - c) prova gravada em áudio por fiscal leitor, com leitura fluente;
 - d) prova em formato digital para utilização de computador com software de leitura de tela ou de ampliação de tela;
 - e) designação de fiscal para auxiliar na transcrição das respostas;
- II - Ao candidato com deficiência auditiva:
- a) prova gravada em vídeo por fiscal intérprete da Língua Brasileira de Sinais - Libras, nos termos do disposto na Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, preferencialmente com habilitação no exame de proficiência do Programa Nacional para a Certificação de Proficiência no Uso e Ensino da Libras e para a Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa - Prolibras; e
 - b) autorização para utilização de aparelho auricular, sujeito à inspeção e à aprovação pela autoridade responsável pelo concurso público ou pelo processo seletivo, com a finalidade de garantir a integridade do certame;
- III - Ao candidato com deficiência física:
- a) mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da prova;
 - b) designação de fiscal para auxiliar no manuseio da prova e na transcrição das respostas; e
 - c) facilidade de acesso às salas de realização da prova e às demais instalações de uso coletivo no local onde será realizado o certame.
7. DA RESERVA DE VAGAS PARA PESSOAS NEGRAS, INDÍGENAS E QUILOMBOLAS E PROCEDIMENTO DE VALIDAÇÃO
- 7.1. De acordo com a Lei nº 15.142/2025, regulamentada pelo Decreto nº 12.536/2025, das vagas oferecidas para este edital, 25% (vinte e cinco por cento) serão reservadas às pessoas negras, 3% (três por cento) a indígenas e 2% (dois por cento) a quilombolas.
- 7.2. Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem 7.1 resulte em número fracionado, esse será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para o número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos).

7.3. Para concorrer às vagas reservadas, o(a) candidato(a) deverá se autodeclarar como pessoa negra (preta ou parda), indígena ou quilombola, no ato da inscrição neste concurso, conforme os quesitos de raça, cor e etnia utilizados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

7.3.1. Para fins deste certame considera-se:

a) pessoa negra: pessoa que se autodeclarar preta ou parda, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e que possua traços fenotípicos que a caracterizem como de cor preta ou parda, nos termos do disposto no art. 1º, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010;

b) pessoa indígena: aquela que se identifica como parte de uma coletividade indígena e é reconhecida por seus membros como tal, independentemente de viver ou não em território indígena, nos termos do art. 231 da Constituição Federal, da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT e da Declaração da Organização das Nações Unidas - ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas;

c) pessoa quilombola: aquela pertencente a grupo étnico-racial, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotado de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade preta ou parda, conforme previsto no Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.

7.4. A reserva de vagas para candidatos(as) negros, indígenas e quilombolas, prevista neste edital, observa as determinações da Lei nº 15.142/2025, do Decreto nº 12.536/2025 e da Instrução Normativa Conjunta MGI/MIR/MPI nº 261/2025.

7.5. Neste Edital a reserva imediata de vagas para pessoas negras, indígenas e quilombolas está disposta no Quadro 2.

7.6. A autodeclaração de pessoas indígenas será confirmada mediante procedimento de verificação documental complementar, por comissão constituída por pessoas de notório saber na área, composta majoritariamente por indígenas.

7.6.1. Para fins do disposto neste Edital, o procedimento de verificação documental complementar à autodeclaração de indígenas será feito pela análise de documentação comprobatória do pertencimento étnico do candidato, mediante a apresentação de:

I - documento de identificação civil do candidato, expedido por órgão público reconhecido na forma estabelecida na legislação, com indicação de pertencimento étnico;

II - documento de comunidade indígena ou de instituição ou organização representativa do povo ou grupo indígena que reconheça o pertencimento étnico do candidato, assinado por, no mínimo, três integrantes indígenas da respectiva etnia; ou

III - outros documentos que, na forma estabelecida neste edital, estejam aptos a confirmar o pertencimento étnico do candidato, tais como:

a) comprovantes de habitação em comunidades indígenas;

b) documentos expedidos por escolas indígenas;

c) documentos expedidos por órgãos de saúde indígena;

d) documentos expedidos pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas - Funai ou pelo Ministério dos Povos Indígenas;

e) documentos expedidos por órgão de assistência social;

f) documentos constantes do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, instituído pelo art. 6º-F da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; e

g) documentos de natureza previdenciária.

7.7. Poderão concorrer às vagas reservadas a quilombolas aqueles(as) pertencentes a grupo étnico-racial, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotado de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade preta ou parda, conforme previsto no Decreto N. 4.887, de 20 de novembro de 2003.

7.7.1. A autodeclaração de pessoas quilombolas será confirmada mediante procedimento de verificação documental complementar, por comissão constituída por pessoas de notório saber na área, composta majoritariamente por quilombolas.

7.7.2. Para fins do disposto neste Edital, o procedimento de verificação documental complementar à autodeclaração de quilombolas será feito pela análise de documentação comprobatória do pertencimento étnico do candidato, mediante a apresentação de:

I - declaração que comprove o pertencimento étnico do candidato, assinada por três lideranças ligadas à associação da comunidade, nos termos do disposto no art. 17, parágrafo único, do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003; e

II - certificação da Fundação Cultural Palmares que reconheça como quilombola a comunidade a qual o candidato pertence.

7.8. Da comissão de heteroidentificação (pessoas negras), comissões de verificação (Indígenas e quilombolas) e confirmação complementar.

7.8.1. Antes da homologação do resultado final, será designada Comissão de Heteroidentificação para a avaliação das autodeclarações de pessoas negras (pretas ou pardas), e comissões de verificação para indígenas e quilombolas.

7.8.2. A Comissão de Heteroidentificação será constituída por 5 (cinco) membros titulares e suplentes, observando-se a diversidade de gênero, cor e naturalidade.

7.8.3. Nos termos do Art. 8º, § 1º do Decreto nº 12.536/2025, os membros da comissão deverão:

I - Ter reputação ilibada;

II - Ser residentes no País;

III - Ter participado de oficina ou curso sobre a temática da promoção da igualdade étnico-racial e do enfrentamento do racismo;

IV - Preferencialmente, ter experiência na temática da promoção da igualdade racial.

7.8.4. Os currículos dos integrantes da comissão de heteroidentificação serão publicados no sítio eletrônico do certame, resguardado o sigilo dos nomes, conforme Art. 20 da Instrução Normativa Conjunta MGI/MIR/MPI nº 261/2025.

7.9. A Comissão de Heteroidentificação utilizará exclusivamente o critério fenotípico para aferição da condição declarada pelo candidato.

7.10. Não serão considerados registros ou documentos pretéritos, nem laudos baseados em ancestralidade.

7.11. A heteroidentificação será presencial e filmada, sendo a gravação utilizada para análise de eventuais recursos.

7.11.1. A pessoa que recusar a realização da filmagem será eliminada do concurso, salvo se possuir nota para a ampla concorrência, caso em que migrará para esta lista (observada a pontuação).

7.12. Conduta da Comissão: A comissão deliberará pela maioria, sendo vedada a deliberação na presença do candidato. A avaliação será individual e independente por cada integrante.

7.13. Fica proibida a apresentação de sustentação oral pela pessoa candidata durante o procedimento.

7.14. O candidato que for aprovado para as vagas destinadas a pessoa negra, quando convocado para heteroidentificação, deverá assinar formulário padrão em que se declare pessoa preta ou parda (autodeclaração).

7.15. A avaliação da comissão de heteroidentificação quanto à condição de negro (preto e pardo) considerará os seguintes aspectos:

a) a informação prestada no ato de inscrição quanto à condição de negro;

b) a declaração assinada pelo candidato quanto à condição de negro;

c) o fenótipo do candidato, verificado pelos componentes da Comissão.

7.16. O candidato será considerado não enquadrado na condição de negro nos seguintes casos:

a) não assinar a declaração de que trata a alínea b do subitem 7.15;

b) a Comissão considerar, por decisão da maioria dos seus membros, o não atendimento às características fenotípicas por parte do candidato.

7.17. A Comissão poderá considerar, por decisão da maioria de seus membros, o não atendimento das características fenotípicas declaradas pelo candidato, conforme Decreto nº 12.536 de 2025.

7.18. As pessoas que optarem por concorrer às vagas reservadas às pessoas negras, ainda que tenham obtido nota suficiente para aprovação na ampla concorrência, e satisfizerem as condições de habilitação estabelecidas neste edital deverão se submeter ao procedimento de heteroidentificação (ou de confirmação complementar à autodeclaração).

7.19. A pessoa que não comparecer ao procedimento de confirmação complementar à autodeclaração poderá prosseguir no concurso público pela ampla concorrência, desde que possua, em cada fase anterior do certame, conceito ou pontuação suficiente para as fases seguintes.

7.20. Na hipótese de não confirmação da autodeclaração no procedimento de confirmação complementar à autodeclaração, a pessoa poderá participar do certame pela ampla concorrência, desde que possua, em cada fase anterior do certame, conceito ou pontuação suficiente para prosseguir nas demais fases.

7.21. Dos Recursos da Heteroidentificação

7.21.1. Das decisões da Comissão de Heteroidentificação caberá recurso dirigido a uma Comissão Recursal Específica, composta por três membros distintos da comissão original, que também deverão atender aos requisitos de capacitação e diversidade previstos no item 7.8.3.

7.21.2. O recurso deverá ser fundamentado e interposto nos prazos definidos no cronograma.

7.21.3. A Comissão Recursal deverá considerar as imagens e vídeos do procedimento, o parecer da comissão original e o recurso do candidato.

7.21.4. Das decisões da comissão recursal não caberá novo recurso.

7.22. Prevalecerá a autodeclaração da pessoa candidata caso haja, cumulativamente, decisão não unânime em seu desfavor na comissão de confirmação complementar e na comissão recursal.

7.23. O não enquadramento do candidato na condição de pessoa negra não configura ato discriminatório de qualquer natureza, representando, tão somente, que o candidato não se enquadra nos quesitos de cor ou raça utilizados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que definem a raça negra.

7.24. O candidato que apresentar autodeclaração falsa, constatada em procedimento administrativo após indícios ou denúncia de fraude ou má fé, garantido o contraditório e ampla defesa, será eliminado do concurso e caso a pessoa já tenha sido nomeada, ficará sujeita à anulação da sua admissão, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

7.25. A eliminação de candidato por falsidade da autodeclaração não enseja o dever de convocar suplementarmente candidatos não convocados para o procedimento de heteroidentificação (ou de confirmação complementar à autodeclaração).

7.26. A UNIR poderá convocar, a qualquer tempo, os candidatos heteroidentificados para novo procedimento de heteroidentificação, presencial, ante a presença de indícios de fraude ou denúncias de que não atendam às exigências do edital que rege este concurso ou demais normas aplicáveis.

7.27. É facultado ao(a) candidato(a) desistir da opção de concorrer pela vaga reservada até o final do período de inscrições. No caso de inscrição com pagamento efetuado ou isenta de pagamento, o(a) candidato(a) deverá enviar e-mail para concursodocente@unir.br, com cópia de documento de identificação com foto, informando a desistência. Caso o(a) candidato(a) não tenha efetuado o pagamento da inscrição, nem esteja na condição de isento, poderá realizar nova inscrição, indicando a nova opção desejada.

7.28. As pessoas negras, indígenas e quilombolas que optarem, na forma do art. 4º, § 1º, da Instrução Normativa Conjunta MGI/MIR/MPI nº 261, de 27 de junho de 2025, por concorrer às vagas reservadas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com sua classificação no certame e às vagas reservadas a pessoas com deficiência, se atenderem a essa condição.

7.29. Na hipótese de não haver candidatos(as) Indígenas ou Quilombolas em número suficiente para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão tratadas da seguinte forma, observada a ordem de prioridade:

I - Se as vagas remanescentes forem de Indígenas, serão revertidas para Quilombolas.

II - Se as vagas remanescentes forem de Quilombolas, serão revertidas para Indígenas.

III - Após a aplicação das regras de reversão recíproca (I e II), as vagas que ainda restarem desocupadas do quantitativo original de Indígenas e/ou Quilombolas serão revertidas para as pessoas negras.

IV - Por último, as vagas que ainda restarem desocupadas serão revertidas para a ampla concorrência (AC).

7.30. Na hipótese de não haver candidatos(as) aprovados(as) em número suficiente para o preenchimento das vagas em ampla concorrência, às vagas remanescentes serão revertidas para pessoas negras, indígenas e quilombolas, observada a proporcionalidade de 25% de reserva para pessoas negras, 3% para indígenas e 2% para quilombolas.

7.31. Na classificação final, o(a) candidato(a) que se inscreveu na reserva de vagas para pessoas negras, indígenas ou quilombolas, constará, se habilitado(a), uma única vez na lista de aprovados, com a indicação de sua classificação na ampla concorrência, com a indicação de sua classificação na reserva para pessoas negras ou na reserva de vagas para indígenas ou na reserva de vagas para quilombolas e, se for o caso, com a indicação de sua classificação na reserva para pessoas com deficiência, desde que tenha sua condição confirmada pela respectiva comissão de confirmação desta Universidade e levando em consideração o número máximo de candidatos(as) a aprovar previsto no item 2.4 deste Edital.

7.32. O(A) candidato(a) inscrito(a) nos termos desta seção participará do concurso público em igualdade de condições com os(as) demais candidatos(as), no que se refere ao conteúdo, à avaliação, aos critérios de aprovação, aos(s) horário(s), ao(s) local(is) de aplicação das provas e às notas mínimas exigidas.

7.33. Os(as) candidatos(as) pretos(as) e pardos(as), indígenas e quilombolas optantes pela reserva de vagas aprovados(as) e nomeados dentro do número de vagas oferecido para ampla concorrência não serão computados para efeito de preenchimento das vagas reservadas.

7.34. Em caso de desistência ou vacância de vaga preenchida por pessoa negra, indígena ou quilombola, ocorrida durante o prazo de validade do concurso, a vaga será preenchida pela pessoa negra, indígena ou quilombola aprovada na posição imediatamente subsequente na lista de reserva de vagas, de acordo com a ordem de classificação, nos termos do Art. 10 da Instrução Normativa Conjunta MGI/MIR/MPI nº 261/2025.

8. DA CLASSIFICAÇÃO E NOMEAÇÃO DAS VAGAS RESERVADAS

8.1. A classificação dos candidatos será realizada pela ordem decrescente da nota obtida, elucidando que:

8.1.1. O Edital de homologação do resultado final deste certame será composto por 5 (cinco) listagens: classificação ampla concorrência por área/subárea; classificação geral de candidatos negros, classificação geral de candidatos indígenas, classificação geral de candidatos quilombolas e classificação geral de candidatos PCD;

8.1.2. A nomeação dar-se-á conforme o quantitativo de vagas por área/subárea, sendo nomeado o melhor classificado dentre as vagas, respeitadas as reservas de vagas para candidatos PCD, negros, indígenas e quilombolas, por Edital, desde que tenham cotistas aprovados, visando o cumprimento do Decreto nº 12.536, que regulamenta a Lei nº 15.142, de 3 de junho de 2025.

8.1.3. O provimento dos cargos deste edital obedecerá à ordem de classificação por área de conhecimento, por lista, sendo assegurada a nomeação de no mínimo a quantidade de vagas previstas para cotistas, de acordo com o item 2.4, sendo primeiramente nomeados os candidatos cotistas/PCDs até completarem as vagas destinadas a eles e, posteriormente serão nomeados os de ampla concorrência.

8.1.4. A aprovação do candidato no Concurso Público não lhe assegura o aproveitamento automático no cargo de professor ao qual concorre, garantindo-lhe apenas a expectativa de direito de ser admitido dentro da ordem classificatória. A concretização deste ato estará condicionada à observância da legislação pertinente, especialmente do Anexo II do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, à efetivação da lei de cotas e à necessidade da Instituição.

8.2. Havendo candidatos empatados com o candidato da última posição de cada uma das listagens (AC, vagas reservadas para negros, indígenas e quilombolas, e PCD), serão igualmente considerados aprovados, tendo sua classificação definida de acordo com os critérios de desempate definidos no item 13.3.

8.3. A ordem de nomeação dos candidatos considerará as 5 (cinco) listagens do item 8.1.1 deste Edital, respeitada a alternância e a proporcionalidade, ampla concorrência, negros, indígenas e quilombolas, e PCD, respectivamente, tanto para as vagas já previstas quanto para novas vagas, assegurado o cumprimento do percentual de vagas reservadas.

8.3.1. Na inexistência de candidatos na reserva para pessoas negras ou na reserva de vagas para indígenas ou na reserva de vagas para quilombolas, e/ou PCD, poderão ser nomeados candidatos AC, observada a ordem de classificação por área/subárea.

8.3.2. Para a nomeação de novas vagas, surgidas dentro do prazo de validade deste certame, seguir-se-á considerando as referidas listagens e percentuais previstos para o total de vagas deste edital, observada a existência de candidatos aprovados e homologados para a vaga/área demandada.

8.4. O candidato que optar de acordo com o item 7.31, por concorrer em múltiplas hipóteses de reserva de vagas será classificado, ao fim do concurso público, exclusivamente na modalidade cujo percentual seja mais elevado, observada a ordem de classificação.

8.5. A ocupação das vagas destinadas às reservas para pessoas negras, indígenas e quilombolas, prevista no item 2.2, dar-se-á de tal modo que o primeiro classificado por ordem decrescente, da lista geral de candidatos do grupo étnico-racial considerando negros, indígenas e quilombolas, será nomeado a ocupar a vaga prevista no seu vaga/área, desde que tenha sido aprovado conforme item 13.4, observando o quantitativo do item 2.4 e a distribuição das vagas do Quadro 1.

8.5.1. Na hipótese prevista o candidato classificado dentro das vagas reservadas para pessoas negras, indígenas ou quilombolas, terá prioridade na nomeação da respectiva vaga/área em detrimento do candidato classificado na modalidade de Ampla Concorrência.

8.6. A ocupação das vagas destinadas para PCD, prevista no item 2.2, dar-se-á de tal modo que o primeiro classificado por ordem decrescente, da lista geral de candidatos com deficiência, será nomeado a ocupar a vaga prevista no seu cargo, desde que tenha sido aprovado conforme item 13.4, observando o quantitativo do item 8.3 deste edital. Nesse caso, o candidato PCD terá prioridade na ocupação da vaga do respectivo cargo em detrimento aos candidatos classificados na modalidade de Ampla Concorrência. A referida listagem geral de candidatos PCD será ordenada de forma decrescente, conforme item 8.1.1.

8.6.1. Observados os critérios de alternância e proporcionalidade, o candidato PCD será nomeado após a nomeação do primeiro candidato negro.

8.6.2. O candidato que optar por concorrer em múltiplas hipóteses de reserva de vagas (ex: Negro e PCD) será classificado, ao fim do concurso, exclusivamente na modalidade cujo percentual de reserva seja mais elevado, observada a ordem de classificação.

8.8. Caso o percentual seja igual, a classificação será feita na modalidade em que o candidato obtiver melhor posição relativa.

9. DA BANCA EXAMINADORA E DA COMISSÃO SUPERIOR DO CONCURSO

9.1. Cada área de conhecimento avaliada terá uma única Banca Examinadora, composta por 1 (um) presidente, 2 (dois) membros titulares e 2 (dois) suplentes, competente para avaliar as provas.

9.2. As Bancas Examinadoras serão constituídas por docentes do Magistério Superior:

I - com titulação igual ou superior à exigida para a investidura no cargo ofertado, na área de conhecimento avaliada; ou

II - com titulação igual ou superior à exigida para a investidura no cargo ofertado, em área de conhecimento avaliada distinta, mas que possua graduação na mesma área de conhecimento avaliada; ou

III - com titulação igual ou superior à exigida para a investidura no cargo ofertado, com docência há pelo menos 3 (três) anos em disciplinas relacionadas à área do conhecimento avaliada, mediante comprovação documental.

9.3. Será designada Comissão Superior do Concurso, composta por docentes com título de doutor, sendo 3 (três) membros e 3 (três) suplentes, competente para decidir os recursos interpostos, observadas as disposições editalícias.

9.4. A Comissão Superior do Concurso, constatada irregularidade insanável, observadas as disposições editalícias, poderá determinar a reavaliação das provas, observado o disposto neste edital.

9.5. É proibida a participação em Banca Examinadora e Comissão Superior do Concurso de membros que:

I - Tenham vínculo de natureza conjugal com o candidato concorrente no certame, mesmo que separado judicialmente, divorciado ou companheiro;

II - Tenham vínculo de parentesco até terceiro grau, em linha reta ou colateral, consanguíneos ou afins com os candidatos inscritos no concurso;

III - Sejam orientadores ou coorientadores ou que foram orientadores ou coorientadores dos candidatos concorrentes do certame em cursos de graduação e pós-graduação;

IV - Foram coautores de artigos acadêmicos, científicos ou de qualquer natureza do candidato inscrito no concurso, nos últimos 5 (cinco) anos;

V - Sejam integrantes do mesmo projeto ou grupo de pesquisa dos candidatos inscritos no concurso;

VI - Sejam sócios de candidato ou tenham vínculo em atividade profissional, do tipo associativo civil ou comercial, ou ainda que mantenham algum tipo de vínculo empregatício;

VII - Tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados.

VIII - Hipóteses do artigo 18 da Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999.

9.6. O membro da Banca Examinadora ou da Comissão Superior do Concurso que der causa a motivo de suspeição ou impedimento deverá manifestar-se imediatamente, a fim de ser substituído, sob pena de apuração da conduta.

9.7. Os membros da Banca Examinadora e Comissão Superior do Concurso assinarão termo de isenção em relação às condicionantes previstas no tópico 9.5.

9.8. Observado o cronograma do concurso, será divulgada prévia das composições das Bancas Examinadoras e Comissão Superior do Concurso, na página oficial do concurso, através do link <https://editais.unir.br/>.

9.9. Da prévia das composições das Bancas Examinadoras e Comissão Superior do Concurso caberá pedido de impugnação, no prazo estabelecido no cronograma, não sendo conhecidos os recursos interpostos fora destes prazos.

9.10. As impugnações deverão estar assinadas pelo candidato interessado e serem enviadas para o endereço eletrônico concursodocente@unir.br, com o assunto "Impugnação à Banca".

9.11. Para os pedidos de impugnação obriga-se a produção de provas que justifiquem a solicitação e que serão consideradas nas análises dos pedidos.

9.12. As composições definitivas das Bancas Examinadoras e Comissão Superior do Concurso serão divulgadas na página oficial do concurso, através do link <https://editais.unir.br/>.

10. DAS DATAS E LOCAIS DE PROVAS

10.1. As provas acontecerão conforme cronograma previsto no Anexo I deste Edital.

10.2. As provas serão realizadas conforme Quadro 4, no seguinte endereço:

Quadro 4 - Local de Realização das Provas

Campus	Local de Realização das Provas
Porto Velho	Universidade Federal de Rondônia, Campus José Ribeiro Filho. BR 364, Km 9,5. Porto Velho, Rondônia.

10.3. As salas de realização do certame serão divulgadas na página oficial do concurso, através do link <https://editais.unir.br/>.

10.4. O não comparecimento do candidato a qualquer das provas, exceto a de títulos, nas datas e horários definidos, implicará a sua eliminação do concurso.

10.5. São de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta do local, data e horário de realização das provas.

10.6. Somente será permitida a entrada nos locais de prova, do candidato que estiver munido de documento oficial de identidade, com fotografia e assinatura.

10.7. Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir com clareza a identificação do candidato e de sua assinatura.

10.8. Serão considerados documentos oficiais de identidade: Carteiras expedidas pelos Comandos Militares (ex-Ministérios Militares), pelas Secretarias de Segurança, pelos Corpos de Bombeiros, pelas Polícias Militares e pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc); Carteiras funcionais do Ministério Público e Magistratura; Carteiras funcionais expedidas pelas Polícias Civis dos Estados e do Distrito Federal; Carteiras expedidas por órgão público que por lei federal valem como identidade; Carteira Nacional de Habilitação (somente o modelo novo, com foto); Carteira de Trabalho e Previdência Social.

10.9. Somente serão permitidos recipientes de armazenamento de lanches de rápido consumo e bebidas fabricadas com material transparente e sem rótulos que impeçam a visualização de seu conteúdo, quando estritamente necessário.

10.10. Quaisquer embalagens de produtos trazidos para a sala estarão sujeitas à inspeção pela Comissão Aplicadora de Prova, podendo inclusive ser recolhidos durante a realização da prova e devolvidos ao término.

10.11. Não será permitido o porte de armas nos locais de prova. O candidato que descumprir tal determinação será eliminado do concurso.

10.12. Durante a Prova escrita, é proibida a comunicação e a troca de materiais entre os candidatos, bem como a posse ou utilização de qualquer material, equipamentos mecânicos e/ou eletrônicos, tais como computadores, tablets, telefones celulares e outros que não sejam expressamente autorizados por esse Edital ou pela Comissão Própria de Concurso. Os candidatos não poderão utilizar véus, bonés, chapéus, gorros, lenços, aparelhos auriculares (à exceção de candidato inscrito na condição de Pessoa com Deficiência Auditiva, cuja condição deverá estar previamente informada na lista de candidato que solicitou atendimento especial, conforme subitem 6.27), óculos escuros, ou qualquer outro adereço que lhes cubra a cabeça, os olhos e os ouvidos ou parte do rosto (exceto máscara de proteção, quando aplicável).

11. DAS PROVAS E DA NOTA FINAL DO CONCURSO

11.1. O concurso público constará das seguintes etapas:

I - Prova escrita, de caráter eliminatório e classificatório;

II - Prova didática, de caráter eliminatório e classificatório; e

III - Prova de títulos de caráter classificatório.

11.2. O conteúdo programático das provas está previsto no Anexo II deste Edital.

11.3. As pontuações finais das provas serão atribuídas sem arredondamento, considerando duas casas decimais após a vírgula.

11.4. Não haverá, sob qualquer pretexto, segunda chamada para realização de provas, bem como sua aplicação fora do horário, data e local previamente estabelecidos.

11.5. Da Prova Escrita

11.5.1. A prova escrita será realizada da seguinte forma:

I - Sorteio do tema da prova;

II - Sorteio dos códigos alfanuméricos; e

III - Aplicação da prova.

11.5.2. A Prova Escrita será aplicada pela Comissão de Apoio do Concurso.

11.5.3. A Prova Escrita será de aplicação simultânea para todos os candidatos.

11.5.4. De caráter discursivo, a prova escrita versará sobre um dos temas do conteúdo programático da respectiva área do conhecimento avaliada.

11.5.5. O tema da prova escrita será sorteado por um dos candidatos, perante os demais candidatos e a Comissão de Apoio do Concurso, dentre os temas previstos no conteúdo programático da respectiva área do conhecimento avaliada, conforme cronograma do concurso.

11.5.6. Não será permitido o ingresso de candidato na sala de realização do sorteio do tema da prova escrita após o horário definido para o início do sorteio, o que implicará a sua eliminação automática e irrecorribel.

11.5.7. O tema sorteado para a prova escrita será excluído da prova didática.

11.5.8. As provas escritas serão identificadas por códigos alfanuméricos visando garantir a isonomia na avaliação.

11.5.9. Os códigos alfanuméricos serão atribuídos aos candidatos mediante sorteio.

11.5.10. Após o sorteio, cada candidato assinará, de forma legível, a lista de códigos alfanuméricos no campo referente à sua identificação.



11.5.11. A lista de códigos alfanuméricos, assinada por todos os candidatos presentes, será depositada em envelope que será lacrado na presença de todos os candidatos e assinado por até três candidatos e dois membros da Comissão de Apoio do Concurso, sendo aberto em sessão pública após a publicação do resultado preliminar da prova escrita, observado o cronograma do concurso.

11.5.12. O candidato que assinar ou colocar qualquer marca ou sinal que permita sua identificação será eliminado do concurso, sendo proibida a utilização de corretivos, marca texto e similares.

11.5.13. O candidato que perder o número de sua identificação alfanumérica deverá aguardar a abertura do envelope que contém a lista de códigos alfanuméricos.

11.5.14. A Prova Escrita terá duração de 4 (quatro) horas.

11.5.15. Após o início da Prova Escrita, os candidatos somente poderão ausentar-se da sala, mediante autorização e acompanhados de membros da Comissão de Apoio de Concurso.

11.5.16. A prova escrita valerá de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme os critérios de avaliação assim distribuídos:

I - Conhecimento e compreensão sobre os conceitos e princípios do tema abordado - 30,00 pontos;

II - Fundamentação das ideias abordadas com argumentos de autores e bibliografias relevantes para o tema - 30,00 pontos;

III - Desenvolve numa sequência lógica os aspectos essenciais do tema, demonstrando domínio e precisão sobre o que discorre - 20,00 pontos;

IV - Objetividade, clareza e coerência na dissertação - 10,00 pontos;

V - Uso correto da Língua Portuguesa - 10,00 pontos.

11.5.17. O candidato que for flagrado realizando consultas durante a realização da prova escrita será eliminado do concurso.

11.5.18. O candidato que for flagrado manuseando aparelho eletrônico será eliminado do concurso.

11.5.19. O candidato deverá utilizar somente caneta esferográfica na cor azul ou preta, fabricada em material transparente, não sendo permitido outros materiais.

11.5.20. Os candidatos somente poderão ausentar-se da sala, no período de realização da prova escrita, mediante autorização e acompanhamento de membro da Comissão de Apoio de Concurso.

11.5.21. Ao terminar a prova, o candidato entregará obrigatoriamente a um dos membros da Comissão de Apoio de Concurso as folhas de respostas identificadas com seu código alfanumérico, bem como folhas de rascunho, que não serão consideradas para fins de avaliação.

11.5.22. Os membros da Banca Examinadora atribuirão a cada candidato nota de 0 (zero) a 100,00 (cem) pontos, cuja média aritmética será a nota final da prova escrita, eliminado o candidato que obtiver média inferior a 75,00 (setenta e cinco) pontos.

11.5.23. A avaliação da prova escrita será realizada com base na ficha de avaliação constante no Anexo III.

11.5.24. Ocorrendo diferença de 30 (trinta) ou mais pontos entre as notas atribuídas pelos examinadores, a Banca Examinadora realizará nova correção individualizada de forma a rever as distorções.

11.5.25. O resultado preliminar da Prova Escrita, contando apenas com os códigos alfanuméricos dos candidatos, será divulgado na página oficial do concurso, através do link <https://editais.unir.br/>, conforme cronograma.

11.5.26. O resultado final da Prova Escrita será divulgado na página oficial do concurso, através do link <https://editais.unir.br/>, conforme cronograma.

11.6 Da Prova Didática

11.6.1. A prova didática será realizada da seguinte forma:

Sorteio do tema e da ordem de apresentação dos candidatos, conforme cronograma;

Entrega dos planos de aula pelos candidatos; e

Apresentação da aula.

11.6.2. A prova didática será aplicada pela Banca Examinadora, podendo contar com o suporte da Comissão de Apoio de Concurso.

11.6.3. A avaliação da aula ministrada será feita obrigatoriamente pela Banca Examinadora.

11.6.4. O tema da prova didática será sorteado por um dos candidatos, perante os demais candidatos, Comissão de Apoio de Concurso e/ou Banca Examinadora, dentre os temas previstos no conteúdo programático da respectiva área do conhecimento, excluído o que houver sido sorteado para a prova escrita, com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do início das apresentações das aulas da prova didática, conforme cronograma.

11.6.5. Na mesma sessão será realizado sorteio para definir a ordem de apresentação dos candidatos.

11.6.6. O não comparecimento à sessão de sorteio do tema para a Prova Didática no horário previsto, por qualquer motivo, implicará a desclassificação do candidato.

11.6.7. Antes do início de sua aula didática, conforme cronograma, o(a) candidato(a) entregará 3 (três) vias do respectivo plano de aula às Bancas Examinadoras, sob pena de eliminação do certame.

11.6.8. A aula ministrada terá duração de 50 (cinquenta) minutos.

11.6.9. A sessão da aula ministrada não será pública, sendo permitido que esteja presente apenas o candidato avaliado, Banca Examinadora e membros da Comissão de Apoio de Concurso se necessário.

11.6.10. Em hipótese alguma é permitido à Banca Examinadora ou a qualquer dos presentes realizar arguições, interrupções ou comentários concernentes à aula ministrada, preservando o caráter expositivo da aula.

11.6.11. O candidato não será interrompido se ultrapassar o tempo previsto nem será estimulado a utilizar todo o tempo disponível.

11.6.12. A utilização adequada do tempo será considerada para efeito de avaliação, não sendo, porém, excluído do concurso público o candidato que não completar ou ultrapassar os 50 (cinquenta) minutos previstos.

11.6.13. Haverá gravação audiovisual da apresentação da aula ministrada para efeito de registro, avaliação e interposição de recursos.

11.6.14. A prova didática valerá de 0 (zero) a 100,00 (cem) pontos, que avaliará:

I- Habilidades de planejamento - 20,00 pontos;

II - Habilidades pedagógicas - 40,00 pontos ; e

III - Conhecimentos técnicos-científicos - 40,00 pontos.

11.6.15. Os membros da Banca Examinadora atribuirão a cada candidato nota de 0 (zero) a 100,00 (cem) pontos, imediatamente após o término da aula ministrada, cuja média aritmética será a nota final da prova didática, eliminado o candidato que obtiver média inferior a 75 (setenta e cinco) pontos.

11.6.16. A avaliação da prova didática será realizada com base na ficha de avaliação constante no Anexo IV.

11.6.17. Ocorrendo diferença de 30 (trinta) ou mais pontos entre as notas atribuídas pelos examinadores, a Banca Examinadora realizará nova correção individualizada de forma a rever as distorções.

11.6.18. O resultado final da Prova Didática será divulgado na página oficial do concurso, através do link <https://editais.unir.br/>, conforme cronograma.

11.8 Da Prova de Títulos

11.8.1. Somente apresentarão os títulos os candidatos aprovados nas etapas anteriores.

11.8.2. A documentação comprobatória da prova de títulos não será recebida fora do prazo estabelecido.

11.8.3. A entrega da documentação comprobatória da prova de títulos será realizada por meio de sistema ou correio eletrônico.

11.8.4. Os candidatos habilitados à participação na prova de títulos serão convocados por meio de Edital específico, que constará data e horário para submissão, bem como procedimento a ser observado.

11.8.5. As informações sobre a produção acadêmica que não tiverem comprovação não serão consideradas na prova de títulos.

11.8.6. Na apreciação de títulos, serão considerados os documentos comprobatórios da produção acadêmica e de aperfeiçoamento, de ensino, pesquisa e extensão; produção intelectual, científica, técnica e artística; e experiência profissional, todos relativos aos últimos 5 (cinco) anos.

11.8.7. A prova de títulos valerá de 0 (zero) a 100,00 (cem) pontos, que avaliará:

I - Titulação - 40,00 pontos;

II - Experiência profissional - 25,00 pontos; e

III - Produção acadêmica - 35,00 pontos.

11.8.8. A Banca Examinadora atribuirá a cada candidato nota de 0 (zero) a 100,00 (cem) pontos em ficha de avaliação única, resultante da soma das titulações apresentadas, que será a pontuação final da prova de títulos.

11.8.9. A avaliação da prova de títulos será realizada com base na ficha de avaliação constante no Anexo V.

11.8.10. Para fins de pontuação do título, as áreas constantes do Quadro 1 - Especificações das vagas, como "requisito para investidura do cargo", também serão pontuadas como equivalentes à "área exigida".

11.8.11. O resultado final da Prova de Títulos será divulgado na página oficial do concurso, através do link <https://editais.unir.br/>, conforme cronograma.

11.9 Da nota Final do Concurso

11.9.1. A nota final do concurso será composta pela soma das pontuações obtidas nas provas escritas, didáticas e de títulos, conforme a seguinte fórmula:

Nota Final = Nota da Prova Escrita + Nota da Prova Didática + Nota da Prova de Títulos

11.9.2. A nota final do concurso será atribuída sem arredondamento, considerando duas casas decimais após a vírgula.

12. DOS RECURSOS

12.1. Dos resultados das provas escritas, didáticas e de títulos caberá recurso, no prazo estabelecido no cronograma, não sendo conhecidos os recursos interpostos fora destes prazos.

12.2. O candidato poderá ter acesso ao espelho de suas fichas de avaliação de provas, bem como gravação da Prova Didática através do sistema de inscrições, mediante login e senha.

12.3. Os recursos deverão estar assinados pelo candidato interessado e serem enviados para o endereço eletrônico concursodocente@unir.br, com os assuntos "Recurso à prova escrita", "Recurso à prova didática" ou "Recurso à prova de títulos" de acordo com prova da qual se deseja recorrer.

12.4. Os recursos serão decididos pela Comissão Superior do Concurso, considerando as disposições editalícias.

12.5. Das decisões da Comissão de Heteroidentificação, indígenas, quilombolas e PCD caberá recurso, na forma dos itens 6 e 7 deste Edital.

12.6. Da nota final do concurso, previsto no tópico 11.9 deste Edital, caberá pedido de impugnação, conforme cronograma.

12.7. Os resultados dos recursos e pedidos de impugnação serão divulgados na página oficial do concurso, através do link <https://editais.unir.br/>, conforme cronograma.

13. DA CLASSIFICAÇÃO E APROVAÇÃO

13.1. A classificação final do concurso considerará as notas finais dos candidatos, nos termos do tópico 11.9 deste Edital.

13.2. A classificação se dará por ordem decrescente de notas finais dos candidatos.

13.3. No caso de empate nas notas finais, para fins de classificação, terá preferência aquele que, na ordem a seguir, atenda, sucessivamente:

I - Idade igual ou superior a sessenta (60) anos, até o último dia de inscrição no concurso, conforme artigo 27, parágrafo único, da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003;

II - Maior nota na Prova Didática;

III - Maior nota na Prova de Títulos;

IV - Maior tempo de experiência de magistério em Instituição de Ensino Superior;

V - Persistindo o empate, terá preferência o candidato com idade mais elevada.

13.4. Serão considerados aprovados os candidatos que cumulativamente:

Tenham obtido no mínimo 75,00 (setenta e cinco) pontos, tanto na prova escrita quanto na prova didática, nos termos dos tópicos 11.5.22 e 11.6.15 deste Edital; e

Estejam classificados dentro dos limites previstos no tópico 2.4 deste Edital.

13.5. Os candidatos classificados fora dos limites previstos no item 2.4, ainda que tenham obtido pontuação mínima necessária para aprovação, estarão automaticamente reprovados no concurso público, na forma do §1º do artigo 39 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019.



14. DO RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

14.1. O resultado final do concurso conterá a relação dos nomes e as notas dos candidatos aprovados, por ordem de classificação, conforme tópicos 13.1 deste Edital.

14.2. O resultado final do concurso será divulgado na página oficial do concurso, através do link <https://editais.unir.br/>, conforme cronograma.

14.3. A homologação do resultado final deste Concurso Público será publicada no Diário Oficial da União, conforme cronograma.

15. DOS REQUISITOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO

15.1. O candidato aprovado e classificado indicado para ocupar a vaga, objeto do presente Edital, será investido no cargo se atendidas às seguintes exigências na data da posse:

a) Ser brasileiro nato ou naturalizado, ou, ainda, estrangeiro, nos termos do artigo 207, §1º e §2º, da Constituição Federal, do artigo 5º, § 3º, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e da Lei n.º 13.445, de 24 de maio de 2017, e de sua regulamentação. No caso de estrangeiro de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

b) ter idade mínima de dezoito anos;

c) estar quite com as obrigações eleitorais e militares, quando for o caso;

d) ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, consoante laudo de junta médica;

e) possuir a titulação exigida para o cargo, comprovada por meio de histórico escolar e diploma devidamente registrado, reconhecido ou com título revalidado conforme legislação em vigor, ou certificado no caso de especialização;

f) não acumular cargos, empregos e funções públicas, inclusive na inatividade, exceto aqueles permitidos pela Constituição Federal, assegurada a hipótese de opção dentro do prazo para posse previsto no § 1º do artigo 13 da Lei nº 8.112/1990;

g) não ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade incompatível com a investidura em cargo público federal, prevista no artigo 137, parágrafo único, da Lei 8.112/1990;

h) firmar compromisso de permanência na localidade para a qual for nomeado por, no mínimo, 03 (três) anos, a contar da data de entrada em exercício.

i) Se estrangeiro, deverá atender às exigências constantes nas alíneas, "a", "b", "d", "e", "f", "g" e "h". Após a investidura no cargo, o estrangeiro deverá providenciar junto às autoridades competentes a regularização de sua situação migratória no Brasil, apresentando a Universidade Federal de Rondônia, no prazo de 200 dias, o protocolo do requerimento de concessão da autorização de residência e/ou do visto temporário, na forma exigida pela Lei n.º 13.445, de 2017, para o exercício de cargo ou função pública no País.

16. DO PROVIMENTO

16.1. O ingresso do candidato aprovado dar-se-á na Classe A, na denominação correspondente à área de conhecimento, conforme classificação da titulação do candidato na tabela CAPES, exigida no concurso, no nível 1.

16.2. O candidato aprovado no concurso, quando convocado para a posse, deverá atender aos requisitos previstos na legislação em vigor.

16.3. Os candidatos nomeados e convocados deverão tomar posse junto à Reitoria da Fundação Universidade Federal de Rondônia, na cidade de Porto Velho/RO.

16.4. O candidato convocado terá o prazo de 30 (trinta) dias, contados de sua nomeação no Diário Oficial da União, para tomar posse, condicionada ao que dispõe o artigo 5º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, bem como à prévia inspeção médica oficial, realizada por perícia médica.

16.5. A idade mínima, de acordo com o inciso V do artigo 5º da Lei nº 8.112/90, com suas alterações, é de 18 (dezoito) anos, a ser comprovada na investidura do cargo. Somente poderá ser empossado aquele que, com menos de 70 (setenta) anos, for julgado apto, física e mentalmente, para o exercício do cargo, conforme dispõe o parágrafo único do artigo 14, da Lei nº 8.112/90, com suas alterações.

16.6. O candidato estrangeiro, legalmente habilitado, deverá apresentar o visto permanente no ato da posse. Em caso de possuir o visto temporário, deverá, obrigatoriamente, apresentá-lo acompanhado da solicitação da transformação para o visto permanente e no prazo de 200 (duzentos) dias, a contar da data da posse, apresentar o visto permanente.

16.7. Os documentos para habilitação no cargo e demais exigências legais deverão ser comprovados pelos candidatos no ato da posse.

16.8. O candidato aprovado deverá, após efetuar agendamento, comparecer à Junta Médica Oficial da UNIR- RO, munido dos seguintes exames complementares:

I - Avaliação clínica:

Raio-X total da coluna vertebral com laudo radiológico, exceto para gestantes, que deverá constar com data e nome do candidato;

Avaliação oftalmológica com laudo;

Avaliação psiquiátrica com laudo;

Videolaringoscopia e Audiometria com laudo para cargo de professor; e

valiação cardiológica, baseada no exame de eletrocardiograma, acompanhado da respectiva interpretação, para candidatos acima de 40 anos.

II - exames laboratoriais:

Glicemia em jejum;

Hemograma completo;

Ácido Úrico;

Ureia;

Creatinina;

Colesterol total/frações e triglicérides;

AST (Transaminase Glutâmica Oxalacética - TGO);

ALT (Transaminase Glutâmica Pirúvica - TGP);

Anti-HBS;

Sorologia para LUES (VDRL); e

Sorologia para Doenças de Chagas.

III - servidores com mais de cinquenta anos:

Pesquisa de sangue oculto nas fezes (método imunocromatográfico); e

PSA, para homens.

16.9. As avaliações e os exames médicos poderão ser realizados na rede pública oficial de saúde como também na rede particular, onde as despesas relativas correrão às expensas do próprio candidato.

16.10. Os prazos de validade dos exames complementares até a data da inspeção em saúde realizada pela Junta Médica Oficial da UNIR - Rondônia, são:

I- 3 (três) meses para: Avaliação psiquiátrica com laudo; Glicemia em jejum; Hemograma completo; Ácido Úrico; Ureia; Creatinina; Colesterol total/frações e triglicérides; AST (Transaminase Glutâmica Oxalacética - TGO); ALT (Transaminase Glutâmica Pirúvica - TGP); Anti-HBS; Sorologia para LUES (VDRL); e Sorologia para Doenças de Chagas.

II - 12 (doze) meses para: Raio-X total da coluna vertebral com laudo radiológico; Avaliação oftalmológica com laudo; Avaliação psiquiátrica com laudo; Videolaringoscopia e Audiometria com laudo para cargo de professor; Avaliação cardiológica, baseada no exame de eletrocardiograma; Pesquisa de sangue oculto nas fezes; e PSA.

16.11. O candidato, no ato da posse, assumirá o compromisso de ministrar aulas na área de sua aprovação no concurso, independentemente da especificidade da disciplina, obedecendo às necessidades e ao interesse desta Instituição.

16.12. O candidato nomeado e empossado ficará sujeito a estágio probatório, nos termos da Lei nº 8112/90 e demais legislações pertinentes. Neste período, fica impossibilitada a alteração do regime de trabalho, a remoção a pedido, bem como a redistribuição para outras Instituições Federais de Ensino Superior.

16.13. A Diretoria de Administração de Pessoal (DAP) solicitará à Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa parecer sobre a validade nacional do diploma apresentado pelo candidato, bem como a correspondência do diploma de pós-graduação com relação a áreas de classificação da CAPES.

16.14. Em respeito ao princípio da economicidade, poderá ocorrer o aproveitamento de candidatos classificados para vagas que surgirem durante a validade do concurso, para Campus diferente do qual o candidato foi classificado, de maneira excepcional e observado o interesse da administração, bem como as legislações vigentes.

16.15. O aproveitamento poderá ocorrer nos casos que sejam da mesma área e havendo a anuência do interessado, conforme recomendado pela CGU, processo SEI nº 23118.010744/2021-53.

16.16. A não aceitação do candidato não implicará sua desclassificação do certame, de modo que continuará a figurar entre os classificados para a vaga a qual concorre. Contudo, deve o candidato formalizar a não anuência ao preenchimento da vaga para qual foi convidado a fim de possibilitar a convocação do próximo candidato, observada a ordem de classificação.

16.17. A nomeação dos candidatos ficará condicionada à existência de recursos financeiros e dar-se-á na forma estabelecida em lei, dentro do prazo de validade do concurso.

16.18. A carreira do Magistério Superior poderá sofrer alterações legislativas no decorrer da validade deste Edital, bem como possíveis alterações na remuneração inicial, de maneira que prevalecerá a legislação vigente à época da posse do candidato aprovado.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. Não será fornecido ao candidato qualquer documento comprobatório de participação no concurso, classificação ou de notas, valendo para tal fim a homologação do resultado final do concurso publicado no Diário Oficial da União.

17.2. O candidato que prestar declaração falsa ou inexata, em qualquer documento, ainda que verificada posteriormente, sujeitar-se-á, sem prejuízo das demais cominações legais, à anulação da inscrição e de todos os atos dela decorrentes, ou à rescisão do contrato, se já admitido, assegurada, sempre, a ampla defesa.

17.3. A aprovação no concurso assegurará apenas a expectativa de direito à nomeação, ficando a concretização desse ato condicionada à observância das disposições legais pertinentes, do exclusivo interesse e conveniência da Administração, da rigorosa ordem de classificação e do prazo de validade do concurso.

17.4. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data da convocação dos candidatos para as provas correspondentes, portanto, é de inteira responsabilidade do candidato o conhecimento dessas alterações, atualizações ou acréscimos, por meio de publicações no Diário Oficial da União e na página oficial do concurso, através do link <https://editais.unir.br/>.

17.5. Outras informações poderão ser obtidas pelo e-mail: concursodocente@unir.br.

17.6. Os anexos deste Edital podem ser acessados na página oficial do concurso, através do link <https://editais.unir.br/>.

Anexo I - Cronograma do Concurso;

Anexo II - Conteúdo Programático;

Anexo III - Ficha de Avaliação de Prova Escrita;

Anexo IV - Ficha de Avaliação de Prova Didática;

Anexo V - Ficha de Avaliação de Prova de Títulos;

Anexo VI - Autodeclaração para candidatos negros;

Anexo VII - Autodeclaração para candidatos Indígenas;

Anexo VIII - Autodeclaração para candidatos Quilombolas;

Anexo IX - Formulário para Requerimento de Tratamento Diferenciado para Pessoa com Deficiência.



17.7. Os casos omissos serão resolvidos pela PRAD.
 Henrique Moreira dos Santos
 Pró-Reitor de Administração
 Portaria nº 840/2025/GR/UNIR
 DOS ANEXOS
 EDITAL Nº 01/2026/GR/UNIR, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026
 ANEXO I - CRONOGRAMA DO CONCURSO

ETAPA	DATA	
	INÍCIO	FIM
Publicação do edital no DOU	04/02/2026	-
Período para impugnação ao Edital	04/02/2026	08/02/2026
Resultado das impugnações	10/02/2026	-
Período de inscrições	13/02/2026 às 08:00	05/03/2026 às 23:59
Período para requerer isenção da taxa de inscrição	13/02/2026	19/02/2026
Publicação do resultado preliminar da isenção da taxa de inscrição	23/02/2026	-
Período para interposição de recurso contra resultado preliminar da isenção da taxa de inscrição	24/02/2026	27/02/2026
Divulgação da decisão dos recursos interpostos contra resultado preliminar da isenção da taxa de inscrição	03/03/2026	-
Publicação do resultado final da isenção da taxa de inscrição	03/03/2026	-
Data limite para pagamento da taxa de inscrição	06/03/2026	-
Publicação da lista preliminar de inscrições homologadas	10/03/2026	-
Período para interposição de recurso contra inscrição não homologada	11/03/2026	14/03/2026
Divulgação da decisão dos recursos interpostos contra inscrição não homologada	17/03/2026	-
Publicação de relação final das inscrições homologadas	17/03/2026	-
Divulgação de lista prévia da composição das Bancas Examinadoras e Comissão Superior do Concurso	24/03/2026	-
Período para impugnação à prévia da composição de Bancas Examinadoras e Comissão Superior do Concurso	24/03/2026	27/03/2026
Divulgação da decisão das impugnações às prévias da composição das Bancas Examinadoras e Comissão Superior do Concurso	31/03/2026	-
Realização da Prova Escrita às 12:30 fechamento da sala	05/04/2026 (DOMINGO)	-
às 12:30 sorteio do tema da prova escrita		
às 13:00 início da prova escrita		
Resultado da prova escrita	13/04/2026	-
Abertura do envelope contendo a identificação dos candidatos	14/04/2026 às 09:00	-
Período para interposição de recurso contra o resultado da prova escrita	14/04/2026	17/04/2026
Divulgação das decisões dos recursos da prova escrita	23/04/2026	-
Resultado final da prova escrita	23/04/2026	-
Sorteio do tema da prova didática e ordem das apresentações da prova didática	24/04/2026 às 09:00	-

Realização da Prova Didática	26/04/2026 (DOMINGO)	-
Resultado da prova didática	29/04/2026	-
Período para interposição de recurso contra o resultado da prova didática	29/04/2026	02/05/2026
Divulgação das decisões dos recursos da prova didática	05/05/2026	-
Convocação dos candidatos aptos a participarem da prova de títulos	06/05/2026	-
Envio do currículo <i>lattes</i> com os comprovantes	07/05/2026	09/05/2026
Divulgação do resultado da prova de títulos	12/05/2026	-
Período para interposição de recurso contra o resultado da prova de títulos	13/05/2026	16/05/2026
Divulgação das decisões dos recursos das provas de títulos	19/05/2026	-
Divulgação da nota final do concurso na página da UNIR	20/05/2026	-
Período para impugnação à nota final do concurso	20/05/2026	23/05/2026
Publicação do Edital de convocação para Heteroidentificação e Avaliação Biopsicossocial	06/05/2026	-
Realização da Heteroidentificação, validação das cotas indígenas e quilombolas e Avaliação Biopsicossocial	10/05/2026 (DOMINGO)	-
Divulgação dos resultados da Heteroidentificação, validação das cotas indígenas e quilombolas e Avaliação Biopsicossocial	11/05/2026	-
Período para interposição de recurso contra o resultado da Heteroidentificação, validação das cotas indígenas e quilombolas e Avaliação Biopsicossocial	12/05/2026	15/05/2024
Divulgação das decisões dos recursos contra o resultado da Heteroidentificação, validação das cotas indígenas e quilombolas e Avaliação Biopsicossocial	19/05/2026	-
Divulgação do Resultado Final na página da UNIR	26/05/2026	-
Publicação da Homologação do Resultado Final no Diário Oficial da União	28/05/2026	-

EDITAL Nº 01/2026/GR/UNIR, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

ANEXO II - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Ariquemes

Departamento: Ciência da Educação

Área: Direito (60100001)

Subárea: Teoria do Direito (6.01.01.00-8), Direito Público (6.01.02.00-4), Direito Privado (6.01.03.00-0) e Direitos Especiais (6.01.04.00-7)

Temas de Prova

Fundamentos do Estado Democrático de Direito e o papel do Direito na organização social;

Normas jurídicas e princípios que orientam a conduta humana no ordenamento jurídico;

Princípios do devido processo legal e da ampla defesa no sistema de garantias fundamentais;

O Poder Judiciário na Constituição de 1988: competências, garantias e controle jurisdicional;

Direitos fundamentais do trabalhador e critérios de não discriminação nas relações laborais;

Massificação contratual e vulnerabilidades nas relações privadas contemporâneas;

Atos jurídicos, obrigações e direitos reais no Direito Civil brasileiro;

Títulos de crédito e sociedades empresariais: fundamentos e aplicação prática;

Responsabilidade civil e penal dos agentes públicos e a Lei de Improbidade Administrativa;

A concepção jurídica da soberania e sua aplicação no Direito Internacional.

Bibliografia:

ALVIM, Eduardo A.; GRANADO, Daniel W.; FERREIRA, Eduardo A. Direito Processual Civil. São Paulo: Saraiva, 2019.

CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de direito tributário. São Paulo: Noeses, 2023. p. 704.

ESTEFAM, André. Direito penal. São Paulo: Saraiva Jur, 2025. Vol. 1 (parte geral), 2 e 3 (parte especial).

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. Curso de direito constitucional. 17. ed. Salvador: Juspodivm, 2025. p. 1872.

FILHO, Manoel Gonçalves Ferreira. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Forense, 2022.

GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal. v. 1; 2; 3; 4. Rio de Janeiro: Impetus, 2025.

GUILHERME, Luiz Fernando do Vale de Almeida. Código Civil Comentado e Anotado. São Paulo: Manole, 2022.

JESUS, Damásio & ESTEFAM André. Direito Penal. São Paulo: Saraiva, 2020.

LÔBO, Paulo. Direito Civil: Contratos. v.3. São Paulo: Saraiva, 2023.

LUHMANN, Niklas. O direito da sociedade. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes - Selo Martins, 2016. ISBN 978-8580632569.

MARTINS, Sergio Pinto. Direito do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2023.

MARTINS, Sergio Pinto. Direito Processual do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2024.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. Curso de Direito Internacional Privado. São Paulo: Forense, 2023.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Curso de Direito Internacional Público. São Paulo: Forense, 2025.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2020.

NADER, Paulo. Curso de Direito Civil - Obrigações. v.2. São Paulo: Forense, 2019.

MENDES, Gilmar Ferreira; GONET BRANCO, Paulo Gustavo. Curso de direito constitucional. 20. ed. Brasília: Série IDP, 2025.

NEGRÃO, Ricardo. Manual de Direito Empresarial. São Paulo: Saraiva, 2024.

NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de Direito Processual Penal. Rio de Janeiro: Forense, 2025.

PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. Direito Administrativo. São Paulo: Forense, 2025.

RAMOS, André Luiz Santa Cruz. Manual de direito empresarial: volume único. 15. ed. São Paulo, 2025. p.1248

REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva, 2015.

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 40. ed. rev. e atual. até a EC 132. Salvador: Juspodivm, 2024. p. 944.

TARTUCE, Flávio. Manual de direito civil. Vol. único. 15. ed. São Paulo: Método, 2025. p. 2000.

THEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. Vol. I, II e III. Rio de Janeiro: Forense, 2025.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil. Vol. I, II, III, IV. São Paulo: Forense, 2025.

Departamento: Ciência da Educação

Área: Direito (60100001)

Subárea: (60103019) Direito Civil; (60103035) Direito do Trabalho; (60102063) Direito Administrativo; (60103027) Direito Comercial; (60101040) História do Direito; (60103043)

Direito Internacional Privado; (60101059) Filosofia do Direito; (60101075) Sociologia Jurídica; (60101083) Antropologia Jurídica

Temas de Prova



Contratos contemporâneos e a função social do contrato no Código Civil brasileiro.
Responsabilidade civil objetiva e subjetiva no ordenamento jurídico brasileiro.
Direitos reais: posse, propriedade e suas modalidades na atualidade.
Teoria das obrigações: inadimplemento, cláusulas penais e mora.
Direito de família e a pluralidade de arranjos familiares no contexto constitucional.
Sucessão legítima e testamentária: princípios e controvérsias atuais.
Direito do consumidor e a proteção contratual nas relações de consumo.
Títulos de crédito e sua relevância no sistema jurídico-empresarial.
Direito contratual digital: contratos eletrônicos e proteção de dados pessoais.
Direito internacional privado e seus reflexos nas relações jurídicas familiares e patrimoniais.

Bibliografia:

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: volume 2 - teoria geral das obrigações. 44. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2024. p. 520

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Curso de direito civil: contratos. v. 4. Salvador: Juspodivm, 2025.

LIMA, Adrienne; BARONOSVKY, Thainá; SAMANIEGO, Daniela. LGPD para contratos: Adequando contratos e documentos à Lei Geral de Proteção de Dados. São Paulo: Saraiva Jur, 2023. p. 200

MARQUES, Claudia Lima. Contratos no Código de Defesa do Consumidor: o novo regime das relações contratuais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. p. 1600

MAYRIQUES, Saulo Sena. Manual prático dos títulos de crédito. São Paulo: Editora Mizuno, 2025. p. 320

MONACO, Gustavo Ferraz de Campos; CAMARGO, Solano de; DIZ, Kim Modolo (org.). Direito internacional privado: teoria geral, processo, relações familiares. São Paulo: Instituto Brasileiro de Direito Internacional Privado, 2021.

PINHEIRO, Patricia Peck Garrido. Direito digital aplicado 6.0. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2024. p. 333

RIZZARDO, Arnaldo. Títulos de crédito. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. p. 328

ROSA, Conrado Paulino da. Direito de família contemporâneo. 12. ed. Salvador: Juspodivm, 2025. p. 1072

SANTIAGO, Mariana Ribeiro. Princípio da função social do contrato. Rev. e atual. Prefácio de Maria Helena Diniz. Coord. José Ernani de Carvalho Pacheco. Curitiba: Juruá, 2008.

TARTUCE, Flávio. Responsabilidade civil. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024.

TARTUCE, Flávio. Direito Civil: direito de família. v. 5. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. p. 736

VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil: direitos reais. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2025.

Cacoal

Departamento: Administração

Área: Administração (60200006)

Subárea: Administração de Empresas (60201002); Administração de Produção (60201010); Administração Financeira (60201029); Mercadologia (60201037); Negócios Internacionais (60201045); Administração de Recursos Humanos (60201053); Administração de Pessoal (60202041); Administração Pública (60202009); e Administração de Setores Específicos (60203005).

Temas de Provas

1. Teoria Geral da Administração

2. Análise de Investimentos

3. Planejamento e Orçamento Público

4. Pesquisa Operacional

5. Administração Financeira

6. Marketing

7. Logística e Gestão da Cadeia de Suprimentos

8. Estratégia de Produção e Operações

9. Gestão de Pessoas

10. Planejamento Estratégico

Bibliografia:

1. Teoria Geral da Administração - CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à Teoria Geral da Administração: Uma Visão Abrangente da Moderna Administração das Organizações. CHIAVENATO, Idalberto. Fundamentos da administração. 2. Ed. 8. Ed Elsevier. São Paulo, 2008.; MAXIMIANO, Antonio Cesar A. Introdução à Teoria Geral da Administração, 3ª edição. Grupo GEN, 2015.

2. Análise de Investimento - GITMAN, Lawrence J. Princípios da administração financeira essencial. Porto Alegre: Pearson Education do Brasil, 12. ed. 2009; FILHO, Nelson C. Análise de Investimentos: Manual Para Solução de Problemas e Tomadas de Decisão. Grupo GEN, 2019.; CASAROTTO Fº, Nelson; KOPITTKE, Bruno H. Análise de investimentos: matemática financeira, engenharia econômica, tomada de decisão, estratégia empresarial. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

3. Planejamento e Orçamento Público - BRESSER PEREIRA, Luiz C.; SPINK, Peter K. Reforma do estado e administração pública gerencial. Rio de Janeiro: FGV, 1998. BRESSER PEREIRA, Luiz C.; SPINK, Peter K. Reforma do estado e administração pública gerencial. Rio de Janeiro: FGV, 1998; MATIAS-PEREIRA, José. Curso de administração pública: foco nas instituições e ações governamentais. São Paulo: Atlas, 2010; DIAS, Reinaldo. Gestão pública: aspectos atuais e perspectivas para atualização. São Paulo: Atlas, 2017.

4. Pesquisa Operacional - MOREIRA, Daniel Augusto. Pesquisa operacional curso introdutório. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.; PRADO, Darcy. Programação linear. 7. ed. São Paulo: Falconi, 2016. SILVA, Ermes Medeiros et al. Pesquisa operacional para os cursos de administração e engenharia. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

5. Administração Financeira - GITMAN, Lawrence J. Princípios da administração financeira essencial. Porto Alegre: Bookman, 10. ed. 2007; MATARAZZO, Dante Carmine. Análise financeira de balanços, abordagem básica e gerencial. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007; ROSS, S. A. et al. Princípios de administração financeira. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

6. Marketing - COBRA, Marcos. Administração de marketing no Brasil. São Paulo: Cobra Editora e Marketing, 2014; KOTLER, Philip; Kevin Lan Keller. Administração de marketing. 15. ed. São Paulo: Pearson, 2019. Helton Haddad; et alii. Planejamento estratégico de marketing. 4. ed. São Paulo: FGV, 2011.

7. Logística e gestão e cadeia de Suprimentos - NOVAIS, Antonio Galvão. Logística e gerenciamento da cadeia de distribuição. 4. Edição. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2015; CHISTORPHER, Martin. Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos. 1º edição. São Paulo: Thompson Learning, 2002; CHRISTOPHER, Martin. Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos: Tradução da 5ª edição norte - americana. Cengage Learning Brasil, 2018. CORREA, H. L. Administração de Cadeias de Suprimentos e a Logística: o essencial. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

8. Estratégia de Produção e Operações - CHAMBERS, Stuart. et al. Administração da produção. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2018; CORRÊA, Carlos A; CORRÊA, Henrique L. Administração da produção e operações (manufatura e serviços: uma abordagem estratégica). São Paulo: Grupo GEN, 2022; CORRÊA, Carlos A; CORRÊA, Henrique L. Administração da produção e operações (manufatura e serviços: uma abordagem estratégica). 1. ed. São Paulo: atlas, 2017; MARTINS, Petrônio G.; LAUGENI, Fernando P. Administração da produção. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

9. Gestão de Pessoas - ARAUJO, Luis Cesar G. Gestão de pessoas Estratégicas e Integração Organizacional. São Paulo: Atlas, 2014; BITENCOURT, Claudia. Gestão contemporânea de pessoas: Novas Práticas, Conceitos Tradicionais. Porto Alegre: Bookman, 2017; CHIAVENATO, Idalberto. Administração de recursos humanos. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

10. Planejamento Estratégico - FISCHMANN, Adalberto A.; ALMEIDA, Martinho Isnard Ribeiro de. Planejamento Estratégico na Prática, 3. ed. Grupo GEN, 2018. L.; GUAZZELLI, Arianne M.; XARÃO, Jacqueline C. Planejamento estratégico. Grupo A, 2018. KUAZQUI, Edmír.

Planejamento Estratégico. Cengage Learning Brasil, 2015.

Departamento: Engenharia de Produção

Área: Engenharia de Produção (30800005)

Subárea: Sem subárea

Temas de Provas

1. Planejamento, Programação e Controle da Produção

2. Processos Produtivos Discretos e Contínuos

3. Gestão de Estoques

4. Programação Linear e Não Linear

5. Gestão de Sistemas da Qualidade

6. Planejamento e Projeto do Produto

7. Gestão do conhecimento

8. Engenharia Econômica

9. Projeto e Organização do Trabalho

10. Projeto de Fábrica e Layout

Bibliografia

1. BALLOU, R. H. Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos/Logística Empresarial. Porto Alegre: Bookman, 2009.

2. BAXTER, M. Projeto de produto: guia prático para o design de novos produtos. São Paulo: Editora Blucher, 2011.

3. BLANK, L.; TARQUIN, A. Engenharia Econômica. Porto Alegre: Bookman, 2011.

4. CORRÊA, H. L.; GIANESI, I.; CAON, M. Planejamento, Programação e Controle da Produção. São Paulo: Atlas, 2018.

5. GROOVER, M. P. Introdução aos Processos de Fabricação. São Paulo: LTC, 2014.

6. LACHTERMACHER, G. Pesquisa Operacional na tomada de decisões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

7. PALADINI, E. P. Gestão da Qualidade: Teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 2019.

8. SLACK, N.; CHAMBERS, S.; JOHNSTON, R. Administração da produção. São Paulo: Atlas, 2018.

9. TAKEUCHI, H.; NONAKA, I. Gestão do Conhecimento. Porto Alegre: Bookman, 2008.

10. TOMPKINS, J. A.; WHITE, J. A.; BOZER, Y. A.; TANCHOCO, J. M. A. Planejamento de Instalações. São Paulo: Editora LTC, 2013.

Departamento: Departamento Acadêmico de Direito

Área: Direito (60100001)

Subárea: Direito Público (60102004) e Direito Privado (60103000)

Temas de Provas

1- Os sistemas regionais de proteção dos direitos humanos.

2- A força normativa da constituição e a sociedade aberta dos intérpretes da Constituição.

3- O controle de constitucionalidade e a jurisdição constitucional.

4- Competência tributária e hipótese de incidência tributária.

5- Jurisdição e tutelas provisórias no processo civil.

6- A Dosimetria da Pena e os Limites da Discretariedade Judicial.

7- Direitos fundamentais, ponderação e críticas ao neoconstitucionalismo.

8- Direito digital, proteção de dados e responsabilidade civil (LGPD, prova digital e plataformas digitais e responsabilidade).

9- Famílias, sucessões e transformações sociais (multiparentalidade; filiação socioafetiva e planejamento sucessório).

10- Comércio internacional e a proteção do meio ambiente.

Bibliografia



TEMA 1: OS SISTEMAS REGIONAIS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e justiça internacional. 9. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2019.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. Princípios do direito internacional contemporâneo. 2. ed. rev. atual. Brasília: FUNAG, 2017.

TEMA 2: A FORÇA NORMATIVA DA CONSTITUIÇÃO E A SOCIEDADE ABERTA DOS INTÉPRETES DA CONSTITUIÇÃO

HÄBERLE, Peter. Hermenêutica constitucional - a sociedade aberta dos intérpretes da constituição: contribuição para a interpretação pluralista e proceduralista da constituição.

Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002.

HESSE, Konrad. A Força Normativa da Constituição. Tradução: Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1991.

TEMA 3: O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE E A JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL

BARROSO, Luís Roberto. O controle de constitucionalidade no direito brasileiro: exposição sistemática da doutrina e análise crítica da jurisprudência. São Paulo: Saraiva, 2012.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonçalves. Curso de direito constitucional. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

TEMA 4: COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA E HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA

CARVALHO, Paulo de Barros. Direito tributário: fundamentos jurídicos da incidência. 11. ed. rev. São Paulo: Noeses, 2021.

CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de direito tributário. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

TEMA 5: JURISDIÇÃO E TUTELAS PROVISÓRIAS NO PROCESSO CIVIL

DINAMARCO, Cândido Rangel; BADARÓ, Gustavo Henrique Rihy; LOPES, Bruno Vasconcelos Carrilho. Teoria geral do processo. 35. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2024.

RAATZ, Igor. Tutelas provisórias no direito processual civil brasileiro. Porto Alegre: Livraria do Advogada Editora, 2018.

TEMA 6: A DOSIMETRIA DA PENA E OS LIMITES DA DISCRIMINARIEDADE JUDICIAL

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal. 31. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2025.

CARVALHO, Salo de. Penas e medidas de segurança no direito penal brasileiro. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

TEMA 7: DIREITOS FUNDAMENTAIS, PONDERAÇÃO E CRÍTICAS AO NEOCONSTITUCIONALISMO

ÁVILA, Humberto. Teoria dos princípios. 21. ed. São Paulo: Juspodivm/Malheiros editores, 2022.

STRECK, Lenio Luiz. Verdade e Consenso: constituição, hermenêutica e teorias discursivas. 6. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2017.

TEMA 8: DIREITO DIGITAL, PROTEÇÃO DE DADOS E RESPONSABILIDADE CIVIL (LGPD, PROVA DIGITAL E PLATAFORMAS DIGITAIS E RESPONSABILIDADE)

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados

Pessoais (LGPD). Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 15 jan. 2025.

DONELA, Danilo. Proteção de dados pessoais. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.

PINHEIRO, Patrícia Peck (Coord.). Direito digital aplicado. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

TEMA 9: FAMÍLIAS, SUCESSÕES E TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS (MULTIPARENTALIDADE; FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA E PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO)

DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias. 17. ed. Salvador: Jus Podivm, 2025.

EHRHARDT JÚNIOR, Marcos; LOBO, Fabíola Albuquerque; ANDRADE, Gustavo. Direito das relações familiares contemporâneas: estudos em homenagem a Paulo Luiz Netto Lôbo.

Belo Horizonte: Fórum, 2019.

TEMA 10: COMÉRCIO INTERNACIONAL E A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE

AMARAL JÚNIOR, Alberto do. Comércio internacional e a proteção do meio ambiente. São Paulo: Atlas, 2011.

FIORATI, Jete Jane et al. Direito do Comércio Internacional e meio ambiente: as exceções não comerciais e a OMC. Jaboticabal: Funesp, 2010.

Guará-Mirim

Departamento: Departamento Acadêmico de Administração

Área: Psicologia (70700001)

Subárea: Psicologia Organizacional e do Trabalho (70709009)

Temas de Prova

1. Fundamentos Históricos e Epistemológicos da Psicologia Organizacional e do Trabalho;
2. Teorias da Motivação e do Comportamento no Trabalho;
3. Psicologia e Determinantes Sociais da Saúde de Trabalhadores: Território, Raça, Classe e Gênero;
4. Saúde Mental e Riscos Psicosociais no Trabalho;
5. Psicodinâmica e Clínica do Trabalho: Escuta e Intervenção em Contextos Laborais;
6. Trabalho, Subjetividade e Transformações no Mundo do Trabalho;
7. Processos Grupais e Dinâmica de Equipes;
8. Avaliação Psicológica no Contexto Organizacional;
9. Psicologia, Diversidade e Inclusão no Trabalho;
10. Psicologia Organizacional e Interfaces com Políticas Públicas de Trabalho e Saúde.

Bibliografia

AMARANTE, Paulo. Saúde mental e atenção psicosocial. 4. Ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013. ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018. ARONSON, Elliot; ARONSON, Joshua. O animal social. Tradução de Marcelo Borges. 1. ed. São Paulo: Goya, 2023. BENDASSOLLI, Pedro F. Trabalho e identidade em tempos sombrios. Porto Alegre: Sulina, 2007. BENDASSOLLI, Pedro F.; SOBOLL, Lis Andrea P. (Orgs.). Clínicas do Trabalho: Novas Perspectivas para Compreensão do Trabalho na Atualidade. São Paulo: Atlas, 2010. BERGAMINI, Cecília Whitaker. Motivação nas organizações. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2018. BERGAMINI, Cecília Whitaker. Psicologia aplicada à administração de empresas. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2015. BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP nº 009/2018: Regulamenta a Avaliação Psicológica. Brasília: CFP, 2018. COX, T. Cultural diversity in organizations: theory, research and practice. San Francisco: Berrett-Koehler Publishers, 1994. CUNNINGHAM, George B. Diversity, equity, and inclusion at work. 1. ed. New York: Routledge, 2023. DEJOURS, Christophe. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2018. DEJOURS, Christophe; ABDOUCHELI, Elisabeth; JAYET, Christian. Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 1994. DEJOURS, Christophe; BENSAÍD, Annie; GUIHO-BAILLY, Marie-Pierre; LAFOND, Patrick; GRENIER-PEZÉ, Marie. Psicodinâmica do trabalho: casos clínicos. Tradução de Vanise Dresch. 1. ed. Porto Alegre: Dublinense, 2017. HUTZ, Claudio Simon; BANDEIRA, Denise Ruschel; TRENTINI, Clarissa Marceli; VAZQUEZ, Ana Claudia S. Avaliação psicológica no contexto organizacional e do trabalho. 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019. MASLOW, Abraham H. Motivação e personalidade. 2. ed. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1970. MENDES, Ana Magnólia; FACAS, Emílio Peres; MERLO, Álvaro Roberto Crespo; MORRONE, Carla Faria (orgs.); PACHECO, José Ernani de Carvalho (ed.). Psicodinâmica e clínica do trabalho: temas, interfaces e casos brasileiros. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010. MINISTÉRIO DO TRABALHO DO BRASIL. Relatório do encontro tripartite sobre a implementação de políticas voltadas à diversidade. São Paulo, out. 1996. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Diversidade: avanço conceitual para a educação profissional e o trabalho - ensaios e reflexões. Brasília: OIT, 2002. PASQUALI, Luiz. Psicometria: teoria dos testes na psicologia e na educação. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. POLEJACK, Larissa; VAZ, Amanda Maria de Albuquerque; GOMES, Pérrola Mello Goulart; WICHROWSKI, Victor Costa (orgs.). Psicologia políticas públicas na saúde: experiências, reflexões, interfaces e desafios. Porto Alegre: Rede Unida, 2015. PUENTE-PALACIOS, Katia; PEIXOTO, Adriano de Lemos Alves (orgs.). Ferramentas de diagnóstico para organizações e trabalho: um olhar a partir da psicologia. 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 2015. ROBBINS, Stephen P.; JUDGE, Timothy A. Comportamento organizacional. 18. ed. São Paulo: Pearson Universidades, 2020. ROSA, Miriam Debieux. A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento. São Paulo: Escuta, 2016. SANTOS, Camai Lima dos. Processos grupais: principais teorias e práticas da psicologia de grupos. 1. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2025. SAWAIA, Bader. As artimanhas da exclusão: análise psicosocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2014. SOUSA-DUARTE, Fernanda; MENDES, Ana Magnólia; FACAS, Emílio Peres (orgs.). Psicopolítica e psicopatologia do trabalho [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora Fi, 2020. SPECTOR, Paul E. Psicologia nas organizações. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. ZANELLI, José Carlos; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo; BASTOS, Antonio Virgílio Bittencourt (orgs.). Psicologia, organizações e trabalho no Brasil. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. ZANELLI, José Carlos; KANA, Lilia A. Fatores de risco, proteção psicosocial e trabalho: organizações que emancipam ou que matam. 1. ed. Lages: Editora da Uniplac, 2018. ZANELLI, José Carlos; SILVA, Narbal; TOLFO, Suzana da Rosa (orgs.). Processos psicosociais nas organizações e no trabalho. 1. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011. ZANELLI, José Carlos; SILVA, Narbal; TOLFO, Suzana da Rosa (orgs.). Processos psicosociais nas organizações e no trabalho. 1. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011. ZANELLI, José Carlos; SILVA, Narbal; TOLFO, Suzana da Rosa (orgs.). Processos psicosociais nas organizações e no trabalho. 1. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

Departamento: Departamento Acadêmico de Ciências da Educação

Área: Educação (70800006)

Subárea: Fundamentos da Educação (70801002)

Temas de Prova

1. Supervisão de recursos humanos e liderança organizacional;
2. Princípios orientadores ao funcionamento da Supervisão;
3. O Significado da Arte em Educação;
4. A História da Arte em Educação;
5. A criança, a cotidianidade e as aulas de arte;
6. Pesquisa qualitativa, qualitativa e quantitativa;
7. Fundamentos filosóficos, psicológicos e psicosociais da orientação educacional;
8. A prática de orientação educacional e o processo ensino e aprendizagem;
9. Estudo da construção do conhecimento matemático e o desenvolvimento do raciocínio lógico abordando os aspectos epistemológicos;
10. Retrospectiva histórica da matemática e as novas tendências dos currículos de matemática da Educação Básica, enfatizando as relações matemática e operações do pensamento, matemática e comunicação, matemática e suas aplicações cotidianas.

Bibliografia

ALVES, Nilda (Coord.). Educação e Supervisão: o trabalho coletivo na escola. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011

BIGODE, A. J. L.; GIMENEZ, J. Metodologia para o ensino da aritmética: competência numérica no cotidiano. São Paulo: FTD, 2009.

BORBA, Marcelo de C. Pesquisa qualitativa em educação matemática. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

DANYLUK, O. Alfabetização matemática: as primeiras manifestações da escrita infantil. Porto Alegre: Sulina, Passo Fundo: Ediupf, 1998.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. Supervisão educacional: uma reflexão crítica. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

FERRAZ, Maria Heloísa C. de Toledo. Metodologia do ensino de Arte. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GIACAGLIA, Lia Renata Angelini; PENTEADO, Wilma Millan Alves. Orientação educacional na prática: princípios, histórico, legislação, técnicas e instrumentos. 6. ed. São Paulo: Cengage L., 2010.

GONÇALVES, Tatiana Fecchio (Org.). Entre linha, formas e cores: arte na escola. Campinas. SP: Papirus, 2010.

LEITE, Francisco Tarciso. Metodologia científica: métodos e técnicas de pesquisa: monografias, dissertações, teses e livros. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2008.

MICHEL, Maria Helena. Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

NÉRICI, Imídeo G. Introdução à orientação educacional. São Paulo: Atlas, 1992.

NOGUEIRA, Martha Guanaes. Supervisão escolar: uma reflexão crítica. 3. ed. - São Paulo: Edições Loyola, 2005.

Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

SOLE, Isabel. Orientação educacional e intervenção psicopedagógica. Campinas: Artmed, 2001.

Ji-Paraná

Departamento: Departamento Engenharia Ambiental

Área: Geociências (10700005)

Subárea: Sem subárea

Pontos de Prova

1. Modelagem de banco de dados geográficos;
2. Sensoriamento remoto;
3. Processamento digital de imagens;
4. Biodiversidade e biomas;



5. Biodegradação e biorremediação;
6. Microbiologia da água e esgoto;
7. Tecnologias de tratamento de água;
8. Instrumentos de gestão ambiental;
9. Fundamentos, princípios, objetivos e diretrizes em direito ambiental;
10. Epidemiologia e saúde ambiental.

Bibliografia

a) ALMEIDA FILHO, N.; BARRETO, M. L. Epidemiologia e Saúde: fundamentos, métodos e aplicações. Guanabara Ata de Reunião 2404116 SEI 23118.000497/2024-20 / pg. 1 Koogan, 2012.

b) BARBOSA, C.C.F.; NOVO, E.M.L.M.; MARTINS, V.S. (Ed.). Introdução ao Sensoriamento Remoto de Sistemas Aquáticos. INPE, 2019.

c) HOWE, K. J. et al. Princípios de Tratamento de Água. Cengage, 2016.

d) MADIGAN, M. T. et al. Microbiologia de Brock. 14. ed. Artmed, 2016.

e) MELO, I. S.; AZEVEDO, J. L. Microbiologia Ambiental. EMBRAPA, 2008.

f) MENESSES, P. R. et al. Introdução ao Processamento de Imagens de Sensoriamento Remoto. UnB, 2012.

g) MOREIRA, M. A. Fundamentos do Sensoriamento Remoto e Metodologias de Aplicação. INPE, 2001.

h) PHILIPPI JR, A.; ROMÉRO, M. A.; BRUNA, G. C. Curso de Gestão Ambiental. Manole, 2014.

i) SEIFFERT, M. E. B. Gestão Ambiental. 2. ed. Atlas, 2011.

j) TORTORA, G. J.; FUNKE, B. R.; CASE, C. L. Microbiologia. 12. ed. Artmed, 2017.

k) TOWNSEND, C. R.; BEGON, M.; HARPER, J.

l) Fundamentos em Ecologia. 2. ed. Artmed, 2011.

Departamento: Departamento Engenharia Ambiental

Área: Engenharia Civil (30100003)

Subárea: Sem subárea

Pontos de Prova

1. Equilíbrio e elasticidade;
2. Trabalho e energia;

3. Esforços seccionais: normal, cortante, fletor e torsor;

4. Introdução à teoria das estruturas: vínculações, classificação das estruturas e tipos de carregamentos;

5. Estática de partículas em três dimensões;

6. Definição de centroides e momentos de inércia;

7. Resistência ao cisalhamento, tensões e círculo de Mohr, critérios de ruptura a Mohr-Coulomb, equação da resistência ao cisalhamento (coesão e atrito);

8. Cálculo de estruturas isostáticas simples e associadas: vigas, quadros planos e treliças;

9. Construções em concreto;

10. Detalhamento de lajes, vigas, pilares, fundações e reservatórios.

Bibliografia

a) ARAÚJO, J. M. Curso de Concreto Armado. v.1. Rio Grande: Editora Dunas, 2003.

b) BEER, F. P.; JOHNSTON, E. R. Mecânica Vetorial para Engenheiros: Estática. São Paulo: Bookman, 2019.

c) GERE, J. M.; GOODNO, B. J. Mecânica dos Materiais. Cengage Learning, 2018.

d) HALLIDAY, D.; RESNICK, R.; WALKER, J. Fundamentos de Física, Vol. 1: Mecânica. 9. ed. LTC, 2016. e) HALLIDAY, D.; RESNICK, R.; WALKER, J. Fundamentos de Física, Vol. 2: Gravitação, Ondas e Termodinâmica. 9. ed. LTC, 2016.

f) SEARS, F. W.; ZEMANSKY, M. W.; YOUNG, H. D.; FREEDMAN, R. A. Física I: Mecânica. 12. ed. Pearson, 2008.

Porto Velho

Departamento: Artes

Área: Artes (80300006)

Subárea: Música (80303005)

Pontos de Prova

1. Legislação pertinente ao ensino de Música nos diversos contextos;
2. Ensino Musical no ensino regular: legislação, metodologia e avaliação;

3. Análise crítica das metodologias aplicáveis ao ensino de Música;

4. Tecnologias aplicáveis ao ensino de Música;

5. Objetos de conhecimento, competências e habilidades em Música no ensino fundamental e médio a partir da BNCC;

6. Desafios contemporâneos do estágio supervisionado em Música nos diversos contextos;

7. Planejamento, execução e avaliação no Estágio Supervisionado em Música;

8. O estágio supervisionado na formação do professor de Música: legislação, concepções e possibilidades teórico-práticas;

9. Educação Musical Inclusiva e Adaptações para PCD;

10. A elaboração de um Plano Educacional Individualizado em Música e o acompanhamento do estudante PCD.

Bibliografia

ARAUJO, Ulisses F. Temas transversais, pedagogia de projetos e as mudanças na educação. São Paulo: Summus, 2014. 119 p.

ARMSTRONG, Victoria. Technology and the Gendering of Music Education. Burlington: Ashgate Publishing Company, 2011.

BEINEKE, Viviane (org). Educação musical: diálogos insurgentes. São Paulo: Hucitec, 2023.

BEYER, E.; KEBACH, P. (org.). Pedagogias da Música: experiências de apreciação musical. 2ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.

BORGES, P. A PEI - Plano Educacional Individualizado para Alunos com Deficiência. Rio de Janeiro: Ampla, 2024.

BRASIL, Parâmetros Curriculares Nacionais. Adaptações Curriculares. Estratégias para educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: MEC/ SEESP, 1999.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): educação é a base. Brasília, DF: MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf Acesso em: 23 mar. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 out. 1988.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

CAMACHO, Cristiane; COSTA, Gisele Cássia; ZANUZZIO, Zuleika. Construindo o PEI - Guia Completo Para Criar um Plano Educacional Individualizado. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2025.

CANDÉ, Roland de. História Universal da Música. Volume 1. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

CANDÉ, Roland de. História Universal da Música. Volume 2. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

D'AMBROSIO, Ubiratan. Educação para uma sociedade em transição. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Livraria da Física, 2016. 309p.

DELALANDE, F. A música é um jogo de criança. Trad. Alessandra Cintra. São Paulo: Peirópolis, 2019

FARRELL, Michael; VERONESE, Maria Adriana Veríssimo. Dificuldades de aprendizagem moderadas, graves e profundas: guia do professor. Porto Alegre: Artmed, 2008. 104 p.

FONTERRADA, M. T. O. De tramas e fios: um ensaio sobre música e educação. São Paulo: Unesp, 2005.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA. Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Música.

UNIR: Porto Velho, 2023. Disponível em: https://secons.unir.br/uploads/ato/ilovepdf_merged_1_1284741514.pdf.

GRISI, Sandra Josefina Ferraz Ellero et ali. Desenvolvimento da Criança. Atheneu Rio de Janeiro, 2018.

LEAL, Daniela; NOGUEIRA, Makeliny Oliveira Gomes. Dificuldades de aprendizagem: um olhar psicopedagógico. Curitiba: IBPEX, 2011. 170 p.

LOURO, Viviane. Fundamentos da Aprendizagem Musical Inclusiva. SOM: São Paulo, 2012.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 2010. MATEIRO, T. A. N.; ILLARI, B. S.(Orgs.). Pedagogias em Educação Musical. Curitiba: Intersaberes, 2014. MATEIRO, T.;

SOUZA, J. Práticas de ensinar música: legislação, planejamento, observação, registro, orientação, espaços, formação. Porto Alegre: Sulina, 2008. MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

231 p. MITJÁNS MARTÍNEZ, Albertina; TACCA, Maria Carmen V. R (Org.). Possibilidades de aprendizagem: ações pedagógicas para

alunos com dificuldades e deficiência. Campinas: Alínea, 2011. 271 p. MORAN, Joe. Interdisciplinarity. London and New York: Routledge, 2002. MORIN, Edgar. Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios. Maria da Conceição de Almeida e Edgard de Assis

Carvalho (orgs.). Tradução de Edgard de Assis Carvalho. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2009. NASCIMENTO, João Paulo Costa do. Abordagens do pós-moderno em música: a incredulidade nas metanarrativas e o saber

musical contemporâneo. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

PACHECO, José (Org.). Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed,

2007. viii, 230 p.

PAZ, Ermelinda A. Pedagogia Musical Brasileira no Século XX - 2a Ed. Brasília: Editora Musimed, 2013.

RUIZ, Cheung Meining; VALERO, Luis Pérez. Producción Musical: Pedagogía e investigación en Artes. Guayaquil: Artes Ediciones Ensayo, 2020.

SLOBODA, John A. A mente musical: a psicologia cognitiva da música. Tradução de Beatriz Ilari e Rodolfo Ilari. Londrina: Eduel, 2008.

SOUZA, L. C; SAMPAIO, R. T. Educação Musical inclusiva no Brasil. Revista Olhares, v7, n.2, Guarulhos, 2019. Disponível em:

<https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/58371/2/A%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20inclusiva%20no%20Brasil.pdf>.

SWANWICK, Keith. Ensinando Música Musicalmente. Trad. Alda Oliveira e Cristina Tourinho. São Paulo: Moderna, 2003.

TUDISSAKI, S. E. Ensino de música para pessoas com deficiência visual. São Paulo: Unesp, 2015.

VASCONSELOS, Antônio Ângelo. O conservatório de música: professores, organização e políticas. Lisboa: Instituto de Inovação

Educacional, 2002.

Departamento: Artes

Área: Artes (80300006)

Subárea: Artes Plásticas (80302009); Pintura (80302017); Fotografia (80307000); Educação Artística (803100001) e; História da Arte (80301029).

Temas de Provas

01. Fundamentos do ensino de Artes Visuais: epistemologias críticas e práticas pedagógicas. Reflexão sobre os fundamentos históricos, políticos e epistemológicos do ensino

de Artes Visuais; emergência de novas práticas a partir de epistemologias críticas e decoloniais.

02. Abordagem triangular e suas ressignificações à luz da cultura visual e da estética decolonal.

Releituras contemporâneas da proposta de Ana Mae Barbosa em diálogo com os Estudos Culturais, a cultura visual e os debates decoloniais. O lugar da apreciação, contextualização e produção na formação de sujeitos críticos e plurais.

03. Currículo, arte e colonialidade: debates contemporâneos na formação docente. Análise das diretrizes curriculares para o ensino de Artes Visuais. Disputas curriculares e a descolonização do saber na escola.

04. Estética decolonal e práticas artísticas insurgentes no ensino de Artes Visuais. Discussão sobre estética decolonal e a potência política de práticas artísticas vinculadas a resistências culturais, saberes populares, indígenas, afro-brasileiros e periféricos. Deslocamento das categorias eurocentradas de arte.



05. Estudos culturais, interseccionalidade e diferença no ensino de Artes Visuais. Contribuições dos Estudos Culturais para a compreensão da diferença e da interseccionalidade no espaço escolar. Desafios para pensar raça, gênero, classe e território na prática docente em arte.

06. Cultura visual, mídias e ensino de arte: desafios pedagógicos e estéticos. Análise crítica das imagens e das mídias como dispositivos de poder e produção de subjetividades. A cultura visual como campo de disputa simbólica e como ferramenta pedagógica na educação em artes.

07. Educação em Artes Visuais e decolonialidade: saberes insurgentes e territorialidades na formação docente. Experiências de formação docente em contextos específicos (como a Amazônia, o sertão, territórios indígenas e quilombolas). A educação como prática situada e territorializada.

08. Didática das Artes Visuais e suas interfaces com pedagogias decoloniais. Relações entre didática, linguagem visual, corporalidade e afetos. Estratégias metodológicas que rompem com práticas eurocentradas e valorizam formas plurais de ensinar e aprender com arte.

09. Planejamento, avaliação, didática e práticas pedagógicas em Artes Visuais: ética, autonomia e crítica. Relações entre planejamento, avaliação e a constituição de sujeitos críticos e autônomos. Avaliação como prática discursiva e política.

10. Estágio supervisionado em Artes Visuais: pesquisa, docência e práticas em contextos escolares e comunitários. O estágio como espaço de reflexão e articulação entre teoria e prática. O papel da pesquisa-formação na constituição da identidade docente. Conexões entre escola, comunidade e território.

Bibliografia

BARBOSA, Ana Mae; COUTINHO, Rejane Galvão (Org.). Arte/Educação como Mediação Cultural e Social. São Paulo: Editora UNESP, 2009. BARBOSA, Ana Mae. A imagem no ensino da arte. Perspectiva, 2010. BARBOSA, Ana Mae; CUNHA, Fernando Pereira da (Org.). Abordagem triangular no ensino das artes e culturas visuais. Cortez, 2012. FUSARI, Maria F. de Rezende; FERRAZ, Maria Heloísa Corrêa de Toledo. Arte na educação escolar. São Paulo: Cortez, 2015. GOMEZ, Pedro Pablo; MIGNOLO, Walter. Estéticas decoloniais. Bogotá: Universidad Distrital Francisco José de Caldas, 2012. MARTINS, Mirian Celeste (Org.). Pensar juntos mediação cultural: [entre]laçando experiências e conceitos. São Paulo: Terracota Editora, 2014. MARTINS, Raimundo Martins; TOURINHO, Irene (Org.). Culturas das Imagens: desafios para a arte e a educação. Santa Maria: UFSM, 2020. OLIVEIRA, Marilda Oliveira de; HERNÁNDEZ, Fernando (Org.). A formação do professor e o ensino das artes visuais. Santa Maria: Editora UFSM, 2020 SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2021.

Departamento: Departamento Acadêmico de Ciência da Educação

Área: Educação (70800006)

Subárea: Tecnologia Educacional (70804036)

Temas de Prova

1. Bases teóricas e históricas para o estudo das tecnologias aplicadas à Educação;
2. Cibercultura: sociedade, comunicação e Educação;
3. Sociedade em rede e sociologia do conhecimento;
4. Conceitos e abordagens educacionais emergentes: e-learning, m-learning e u-learning;
5. Robótica Educacional;
6. Inteligência Artificial: escola e sociedade;
7. Possibilidades teórico-práticas das relações entre educação e tecnologias emergentes na formação docente e nas práticas pedagógicas;
8. Recursos tecnológicos aplicados à Educação: softwares, aplicativos, plataformas e dispositivos;
9. Tecnologias assistivas;
10. Educação a Distância, educação híbrida e ensino remoto emergencial.

Bibliografia

BELLONI, Maria Luiza. Educação a Distância. 7. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2015; CALVO, Alfredo M. Viagem à escola do século XXI: assim trabalham os colégios mais inovadores do mundo. 1. ed. São Paulo: Fundação Telefônica Vivo, 2016; CASTELLS, Manuel. The Rise of the Network Society. 2 ed. New Jersey: Wiley-Blackwell, 2009; CASTRO, Rafael F. de. Tecnologias Emergentes e Formação de Professores: o que as grades curriculares de cursos de Pedagogia sinalizam? Múltiplos Olhares sobre a Formação de Professores no Brasil. (Orgs.) SILVA, Marijâne S.; PEDROSA, Neide B.; ISOBÉ, Rogéria M. R. Porto Velho: EDUFRO, 2019; CASTRO, Rafael F. INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS: formação pela pesquisa de Sul a Norte do Brasil. Revista Exitus, [S. I.], v. 11, n. 1, p. e020125, 2021; CASTRO, Rafael F. de; SILVA, Epifânia B. Processos formativos mediados por tecnologias emergentes no estado de Rondônia em tempos de pandemia: o que dizem os professores?. Revista Educar Mais, v. 5, n. 1, p. 7-24, 2021; COURSERA. Online courses & Credentials by top Educators. Disponível em: <<https://www.coursera.org/>>. Acesso em: 13 de março de 2024; DAMIANI, Magda F.; BIELEMANN, Renata M.; MENEZES, Ana B.; GONÇALVES, Helen. Afinal, o uso doméstico do computador está associado à diminuição da reprovação escolar? Resultados de um estudo longitudinal. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 24, n. 90, p. 59-81, jan./mar. 2016; DURSO, Samuel O. O uso da inteligência artificial na educação e o desenvolvimento de competências dos estudantes. Educ. Rev., Belo Horizonte, v. 41, e58030, 2025; LÉVY, Pierre. A inteligência coletiva. São Paulo: Folha de São Paulo, 2015; LIBÂNEO, José Carlos. Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010; LIMA, Francisco A. S.; SANTOS, Camila G. D. G. A utilização do celular como recurso didático para as aulas de Física. Revista Práxis Pedagógica, v. 3, n. 4, p. 59-77, 2020; LITWIN, Edith. El oficio de enseñar: condiciones y contextos. Buenos Aires: Tilde editora, 2022; LOUREIRO, Karine B.; LOPES, Maura C. Aprendizagem e tecnologias móveis sem fio: conexões, problematizações e possibilidades. Educação, Porto Alegre, v. 44, n. 1, p. 1-13, jan.-abr. 2021; LUCENA, Simone. Cultura Digital, Jogos Eletrônicos e Educação. Salvador: FAPEX - EDUFBA, 2022; LUCENA, Simone. Culturas digitais e tecnologias móveis na educação. Educar em Revista, Curitiba, n. 59, p. 277-290, jan./mar. 2016; LUCENA, Simone; NASCIMENTO, Marilene B. C. Pesquisas em Educação e Redes Colaborativas. São Paulo: Scielo Editus, 2023; MORAN, José M. José Manuel Moran. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/prof/moran/>>. Acesso em: 14 de março de 2024; RIBEIRO, Carlos D.; SILVA, Madalena P. Nativos e imigrantes digitais: um diálogo necessário para reencantar a Educação. Revista Humanidades e Inovação, v. 8, n. 45, p. 344-357, 2021; ORTEGA Y GASSET, José. Meditações sobre a técnica. Lisboa: Sociedade Unipessoal, 2009; PAPERT, Seymour. Mindstorms: Children, Computers, And Powerful Ideas. London: Basic Books, 2022; RODRIGUES, Tereza C.; TELES, Lucio F. O uso de mensagens eletrônicas instantâneas como recurso didático. Rev. bras. Estud. pedagog., Brasília, v. 100, n. 254, p. 17-38, jan./abr. 2019; SANTAELLA, Lucia. A inteligência artificial é inteligente? São Paulo: Edições 70, 2023; SANTAELLA, Lucia. Neo-Humano - A Sétima Revolução Cognitiva do Sapiens. São Paulo: Paulus Editoras, 2022; SACCOL

Departamento: Departamento Acadêmico de Ciência da Informação

Área: Ciência da Informação (60700009)

Subárea: Biblioteconomia (60702001)

Temas para Prova

1. Fundamentos teóricos e epistemológicos da Ciência da Informação
2. Representação descritiva em Biblioteconomia
3. Representação temática em Biblioteconomia
4. Normas técnicas em Informação e Documentação
5. Planejamento de unidades de informação
6. Gestão de produtos e serviços de informação
7. Mediação da Informação e da leitura
8. Ação cultural em Unidades de Informação
9. Comunicação científica e Ciência Aberta
10. Humanidades digitais em Ciência da Informação

Bibliografia

ALMEIDA, M. C. B. de. Planejamento de bibliotecas e serviços de informação. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2005.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo. Mediação da informação: um conceito atualizado. In: BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo; SILVA, Rovilson (org.). Mediação oral da informação e da leitura. Londrina: ABECIN, 2015. p. 9-32.

ARAÚJO, C. A. A. Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação: um diálogo possível. Brasília: Briquet de Lemos, 2014.

ARAÚJO, C. A. A. Fundamentos teóricos da Classificação. Encontros Bibli., Florianópolis, v. 11, n. 22, p. 117-140, jul./dez. 2006.

ARAÚJO, C. A. A. O que é ciência da informação. São Paulo: KMA, 2018.

CERVANTES, Brígida Maria Nogueira. Horizontes da Organização da Informação e do Conhecimento. Londrina: Eduel, 2012.

CINTRA, A. M. M. et al. Para entender as linguagens documentárias. São Paulo: Polis, 1994.

FREIRE, Paulo Reglus Neves. Ação cultural para a liberdade e outros escritos. 14. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

INOMATA, D. O.; TREVISOL NETO, O. (Org.). Inovação e Biblioteconomia: temas transversais. Chapecó: Argos, 2018.

MARTINS, D. L. Declaração de Pirenópolis para as Humanidades Digitais. 2023. Disponível em: <http://doi.org/10.5281/zenodo.8030169>. Acesso em: 06 out. 2025.

MCGEE, J.; PRUSAK, L. Gerenciamento estratégico da informação: aumente a competitividade e a eficiência de sua empresa utilizando a informação como uma ferramenta estratégica. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

MEADOWS, A. J. A Comunicação científica. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1999.

MOURA, M. A. Ciência da Informação e humanidades digitais: mediações, agência e compartilhamento de saberes. Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 24, n. especial, p. 57-69, jan./mar. 2019.

PALETTA, F. C. Ciência da Informação e humanidades digitais - uma reflexão. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 19., 2018. Anais [...] Marília: Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2018.

ROWLEY, J. A biblioteca eletrônica. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2002.

VALENTIM, M. (Org.). Gestão, mediação e uso da informação. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/j4gkh/pdf/valentim9788579831171.pdf>. Acesso em: 06 out. 2025.

Departamento: Departamento Acadêmico de Ciências Contábeis

Área: Administração (60200006)

Subárea: Ciências Contábeis (60204001)

Temas de Prova

1. Teoria da Contabilidade Geral - História da Contabilidade; Evolução do pensamento contábil e a Contabilidade no Brasil; Usuários da Contabilidade; A contabilidade: finalidades, Objeto e Objetivos; Escrituração e livros contábeis: aspectos legais e formais; Contas e Planos de Contas.

2. Contabilidade introdutória e intermediária - Campo de atuação do Profissional Contábil; Estudo do Patrimônio e Estrutura Conceitual Básica (framework).

3. Análise de Projetos e Orçamento Empresarial - Aspectos Introdutórios; Orçamento de Vendas; Orçamento de Produção; Orçamento de Despesas Operacionais; Orçamento de Caixa; 4. Planejamento e Contabilidade Tributária - Introdução à Contabilidade tributária: conceitos, princípios, normas e objeto; Tributos Diretos e Indiretos; Procedimentos contábeis para cálculos de Impostos no Sistema Tributário Nacional: ICMS, IPI, ISS; Aspectos do fato gerador: pessoal, espacial, temporal, material e quantitativo (Base de Cálculo e Alíquota).

5. Contabilidade do Agronegócio - Atividade do Agronegócio. Forma jurídica de exploração. Fluxo contábil no agronegócio e os gastos de melhorias. Depreciação, exaustão e amortização no agronegócio. Planificação contábil na atividade do agronegócio. Contabilidade no agronegócio. Custos: mensuração e contabilização no agronegócio. Responsabilidade fiscal e tributos no agronegócio. Relatórios contábeis e sociais no agronegócio.

6. Contabilidade Avançada - Matriz e filiais; Estrutura de Capital das Empresas; Consolidação das demonstrações contábeis; Reorganização societária: fusões, incorporações e cisões; Noções contábeis de importações e exportações; Remuneração do Capital Próprio; Conversão de demonstrações contábeis para moeda estrangeira



7. Perícia Contábil e Arbitragem - Conceito e campo de atuação; A perícia como prova judicial; O Perito-Contador e o Assistente Técnico e seus campos de atividade; A inserção da Perícia no Código do Processo Civil e na legislação pertinente; Formulação de quesitos, laudo, prazos e documentação para suporte das perícias; Honorários e a Ética profissional. Procedimentos periciais contábeis: exame, vistoria, avaliação; indagação, investigação, arbitramento, mensuração e certificação; Arbitragem e mediação.

8. Contabilidade pública, auditoria Pública e a prestação de contas: - Campo de aplicação da contabilidade na área pública; Patrimônio público, Receita e Despesa; Escrituração na administração pública; Tomada de contas, Controle interno e externo; Lei de responsabilidade fiscal e relatórios; Controle interno e externo na administração pública; Procedimentos de auditoria e elaboração de prestação de contas na administração pública

9. Contabilidade de Custos e Formação de Preços - Análise de Custos; Introdução à contabilidade de custos, Classificação e nomenclatura de custos; Sistemas de custeamento; Tipos e procedimentos para cálculo de custo.

10. Auditoria Contábil - Conceitos/definições e finalidade de Auditoria; Perfil ético do auditor; Avaliação e controles internos; Técnicas e Normas básicas de auditórias; Instrumentos para execução dos trabalhos de auditória: papéis de trabalho, programa de Auditória. Elaboração de auditória das Contas Patrimoniais e de Resultado

Bibliografia

1. ALMEIDA, M. C. *Curso básico de contabilidade: Introdução à Metodologia da Contabilidade, Contabilidade Básica*. 5 ed. S. Paulo: Atlas, 2005.
- IUDÍCIBUS, S. de. *Teoria da contabilidade*. 12ª. ed. São Paulo, Atlas, 2021. 320 p. ISBN-13 978-8597027099.
- IUDÍCIBUS, S. de; MARION, J. C.; FARIA, A. C. de. *Introdução à teoria da contabilidade: para graduação*. 6. ed. São Paulo, Atlas, 2017. 320 p. ISBN 97885-97011425.
- LOPES, A. B.; MARTINS, E. *Teoria da contabilidade: uma nova abordagem*. São Paulo: Atlas, 2005. 196 p. ISBN 9788522441662.
- MARION, J. C. *Contabilidade Empresarial: Livro de exercícios*. 10º Ed. São Paulo, 2012.
- NIYAMA, J. K.; SILVA, César A. T. *Teoria da contabilidade*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013. 352 p. ISBN 9788522480333.
- SÁ, A. L. de. *Teoria da contabilidade*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 448 p. ISBN 9788522458462.
- SILVA, A. C. R.; MARTINS, W. T. S. *História do pensamento contábil: com ênfase na história da contabilidade brasileira*. Curitiba: Juruá, 2006. 240 p. ISBN 8536212837.
2. ALMEIDA, J. E. *Fundamentos de contabilidade para os negócios: introdução à contabilidade*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. 208 p. ISBN 9788535272901.
- IUDÍCIBUS, S. de; MARTINS, E. *Contabilidade Introdutória*. 12ª edição. São Paulo: Atlas, 2019. 272 p. ISBN 13978-8597019926.
- MARION, J. C. *Contabilidade básica*. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 280 p. ISBN 9788522498864. Livro-texto.
- PADOVEZE, C. L. *Manual de contabilidade básica: contabilidade introdutória e intermediária*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 464 p. ISBN. 9788597009279.
- SÁ, A. L. de. *Fundamentos de contabilidade geral: introdução ao conhecimento prático e doutrinário da ciência contábil moderna*. 5. ed. rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2017. 422 p. Atualizada por Wilson Alberto Zappa Hoog. ISBN: 9788536265629.

SILVA, C. A. T; TRISTÃO, G. *Contabilidade básica*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 254 p. ISBN 9788522454983.

3. CASAROTTO FILHO, N; KOPITKE, B. H. *Análise de investimentos*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 472 p. ISBN 978 85 224 4801 2.

CLEMENTE, A. *Projetos empresariais e públicos*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 344 p. ISBN 978 85 224 5195 1.

FREZATTI, F. *Orçamento empresarial: planejamento e controle gerencial*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 230 p. ISBN 978 85 224 5593 5.

SANVICENTE, A. Z; SANTOS, Celso da Costa. *Orçamento na administração de empresas: planejamento e controle*. 2. ed. 18. tir. São Paulo: Atlas, 1995.

4. BORGES, H. B. *Planejamento tributário: IPI, ICMS, ISS e IR*. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 624 p. ISBN 978 8597001754.

BRASIL. Decreto n. 4.544, de 26 de dezembro de 2002. Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI.

HIGUCHI, H.; HIGUCHI, F. H.; HIGUCHI, C. H. *Imposto de renda das empresas: interpretação e prática*. 34. ed. São Paulo: IR publicações, 2009. 952 p. ISBN 9788561291013.

5. MARION, José C. *Contabilidade Rural - Agrícola, Pecuária e Imposto de Renda*. 15. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2020. E-book. p.i. ISBN 9788597024210. Disponível em: <https://integrada.mnhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597024210/>. Acesso em: 17 set. 2025.

CREPALDI, Silvio A. *Contabilidade Rural*. 9. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2019. E-book. p.i. ISBN 9788597021639. Disponível em: <https://integrada.mnhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597021639/>. Acesso em: 17 set. 2025.

OLIVEIRA, Deyvison de Lima; OLIVEIRA, Gessy Dhein. *Contabilidade Rural - Uma Abordagem do Agronegócio Dentro da Porteira*. 5. ed. Curitiba: Juruá, 2025.

CREPALDI, Silvio Aparecido. *Contabilidade Rural: uma abordagem decisória*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

NAKAO, Sílvio H. *Contabilidade Financeira no Agronegócio*. Rio de Janeiro: Atlas, 2017. E-book. p.[Inserir número da página]. ISBN 9788597012156. Disponível em: <https://integrada.mnhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597012156/>. Acesso em: 17 set. 2025.

PEREIRA, Luiz F.; JÚNIOR, Mauro R. B. *Direito aplicado ao agronegócio*. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. p.Capa. ISBN 9788595025882. Disponível em: <https://integrada.mnhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595025882/>. Acesso em: 17 set. 2025.

6. IASB - International Accounting Standards Board. *IAS - International Accounting Standards*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005. 374 p. ISBN 978 85 224 4194 5.

MARTINS, E. et al. *Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013. 928 p. ISBN 9788522477173.

PEREZ JÚNIOR, J. H.; OLIVEIRA, L. M. de. *Contabilidade avançada: texto e testes com as respostas*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 408 p. ISBN 9788522469390.

SANTOS, J. L dos; SCHMIDT, P. *Contabilidade societária*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 544 p. ISBN 9788522492626.

SCHMIDT, P; SANTOS, J. L. dos; FERNANDES, L. A. *Contabilidade avançada: aspectos societários e tributários*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 352 p. ISBN 978 85 224 5201

1.

7. ALBERTO, V. L. P. *Perícia contábil*. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2012. 264 p. ISBN 9788522469574.

FRANÇA, J. A. de; MORAIS, A. C. *Perícia judicial e extrajudicial*. 2. ed. Brasília: Ed. do autor, 2004. 179 p. ISBN 85 901-7252-X.

HOOG, W. A. Z. *Prova pericial contábil: teoria e prática*. 14. ed. rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2017. 1152 p. ISBN 9788536264295.

MAGALHÃES, A. D. F. *Perícia contábil: casos praticados*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 152 p. ISBN 9788597008906.

MELLO, P. C. de. *Perícia contábil*. 2. ed. São Paulo: SENAC, 2016. 160 p. ISBN 8539610701.

ORNELAS, M. M. G. de. *Perícia contábil: diretrizes e procedimentos*. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2017. 190 p. ISBN 9788597013177.

8. ANGÉLICO, J. *Contabilidade pública*. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CARVALHO, J. C. O. de. *Auditória geral e pública*. Rio de Janeiro: Campus, 2008.

CASTRO, R. G. de; LIMA, D. V. de. *Fundamentos da Auditoria Governamental e Empresarial*. São Paulo: Atlas, 2003.

CRUZ, F. *Auditória governamental*. São Paulo: Atlas, 2007. - CRUZ, F. da. *Lei de Responsabilidade Fiscal comentada*. 2. ed São Paulo: Atlas, 2011. -

KOHAMA, H. *Contabilidade pública: teoria e prática*. 3. ed São Paulo: Atlas, 2012.

MACHADO Jr., J. T.; REIS, H. C. A *Lei 4.320 comentada e a Lei de Responsabilidade Fiscal*. 32 ed. Rio de Janeiro: IBAM, 2009.

PISCITELLI, R. B.; M. Z. F. TIMBÓ. *Contabilidade pública: uma abordagem da administração financeira pública*. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, L. M. *Contabilidade governamental: um enfoque administrativo*. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

9. HORNGREN, C. T.; DATAR, S. M.; FOSTER, G. *Contabilidade de custos*. 11. ed. São Paulo: Pearson, 2004. 2 v. ISBN 85 879-1840-0 (v. 1). ISBN 85 879-1895-8.

KOLIVER, O. *Contabilidade de custos*. Curitiba: Juruá, 2008. 524 p. ISBN 978 85 362 2140 3.

LEONE, G. S. *Curso de contabilidade de custos: Contém critério do custeio ABC e aplicação de métodos quantitativos*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 376 p. ISBN 978 85 224 60816.

MARTINS, E. *Contabilidade de custos*. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2018. 408 p. ISBN 9788597017816. Livrotexto

10. ALMEIDA, M. C. *Auditoria: abordagem moderna e completa*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 520 p. ISBN 9788597012774.

ATTIE, W. *Auditória: conceitos e aplicações*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 704 p. ISBN 9788522462384.

BOYNTON, W. C.; JOHNSON, R. N.; KELL, W. G. *Auditória*. São Paulo: Atlas, 2002. 986 p. ISBN 85 224- 3244-8.

CREPALDI, S. A.; CREPALDI, G. S. *Auditória Contábil: teoria e prática*. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2019, 560 p. ISBN 978-8597021981.

CREPALDI, S. A. *Auditória Contábil*. São Paulo: Atlas, 2013. 912 p. ISBN: 9788522480821.

LONGO, C. G. *Manual de Auditoria e Revisão de Demonstrações Financeiras*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014. 464 p. ISBN 9788522493203.

Departamento: Departamento Acadêmico de Ciências da Computação

Área: Ciência da Computação (10300007)

Subárea: Sem subárea

Temas de Provas

Qualidade e Testes de Software;

Métodos ágeis para desenvolvimento de software

Análise e Projeto de Sistemas

Arquitetura de Software

Tecnologias para desenvolvimento web

Tecnologias para desenvolvimento mobile

Compiladores e Linguagens Formais

Teoria da Computação

Segurança da Informação

Sistemas Distribuídos

Bibliografia

CHAUHAN, Naresh. *Software Testing: Principles and Practices*. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 2016.

THIAGO; FRED. *Testes de Software*. São Paulo: Casa do Código, 2023.

GANDARA, Fernando. *Testes Inteligentes: Inteligência Artificial na Qualidade de Software*. São Paulo: Novatec, 2024.

IEEE COMPUTER SOCIETY. *SWEBOK: Guide to the Software Engineering Body of Knowledge*. 3. ed. São Paulo: Blucher, 2014.

COHN, Mike. *Agile Estimating and Planning*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2005.

RASMUSSEN, Jonathan. *The Agile Samurai: How Agile Masters Deliver Great Software*. São Paulo: Novatec, 2010.

FOWLER, Martin. *UML Distilled: A Brief Guide to the Standard Object Modeling Language*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

FORSGREN, Nicole; HUMBLE, Jez; KIM, Gene. *Accelerate: The Science of Lean Software and DevOps*. São Paulo: Alta Books, 2018.

FOWLER, Martin. *UML Distilled: A Brief Guide to the Standard Object Modeling Language*. Op. cit. 2003.

RICHARDS, Mark; FORD, Neal. *Fundamentos da Arquitetura de Software: uma Abordagem de Engenharia*. 1. ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2024. 416 p. ISBN 978-8550819853.

FORD, Neal; RICHARDS, Mark; SADALAGE, Pramod; DEHGHANI, Zhamak. *Arquitetura de Software: as Partes Difíceis: Análises Modernas de Trade-off Para Arquiteturas Distribuídas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2024. 448 p. ISBN 978-8550819846.

BOAGLIO, Fernando. *Spring Boot: Desenvolvimento Java em Sintonia com a Inovação*. 1. ed. São Paulo: Casa do Código, 2017; atual. em 05/2024. 210 p. ISBN 978-85-94120-00-7.

BOAGLIO, Fernando. *Spring Boot: Acelere o desenvolvimento de microserviços*. eBook. São Paulo:

GAMMA, Erich et al. Padrões de Projeto: Soluções Reutilizáveis de Software Orientado a Objetos. Porto Alegre: Bookman, 2000.
FORSGREN, Nicole; HUMBLE, Jez; KIM, Gene. Acelere: a ciência por trás de DevOps: construindo e escalando organizações de alta performance. Rio de Janeiro: Alta Books, 2019.
HIGGINBOTHAM, James. Principles of Web API Design: Delivering Value with APIs and Microservices. 1. ed. [S.I.]: O'Reilly, 2021.
GRUNE, Dick et al. Modern Compiler Design. 2. ed. New York: Springer, 2012.
LINZ, Peter. An Introduction to Formal Languages and Automata. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.
Departamento: Departamento Acadêmico de Ciências da Educação
Área: Educação (70800006)
Subárea: Educação Especial (70807051)
Temas de Provas
1) Práticas Pedagógicas Inclusivas;
2) Medicinalização da/na Educação;
3) Desenho Universal da aprendizagem;
4) Política Nacional da Educação especial na perspectiva Inclusiva;
5) Aspectos Históricos e Legais da Educação Especial e inclusiva;
6) Atendimento Educacional Especializado em Turno Contrário; Plano Educacional Individualizado (PEI) e Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAE);
7) Os processos de ensino e aprendizagem da Educação Especial e o Modelo Social da deficiência;
8) Terminologias na área de Educação Especial;
9) Paradigmas da Educação especial: da exclusão à inclusão;
10) Formas de Acessibilidade e Tecnologia Assistiva;

Bibliografia

APA, American Psychiatric Association. DSM-V: Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. Disponível em: https://dislex.co.pt/images/pdfs/DSM_V.pdf Acesso em: 12 nov. 2024. BARCELOS, Zenaide Pereira. Uma análise da articulação entre professor regente e o auxiliar de apoio ao educando, durante o processo de ensino-aprendizagem do público-alvo da educação especial na perspectiva da educação inclusiva. 2019. Dissertação (Mestrado) - Programa de pós-graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. BECKER, Carolina; ANSELMO, Alexandre Guilherme. Modelo social na perspectiva da educação inclusiva. Revista Conhecimento Online, v. 1, n. 12, p. 91-108, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.25112/rco.v1i0.1854> Acesso em: 12 nov. 2024. BENEDETTI, Rafaella Hanauer; MANJINSKI, Everson. Os níveis do Sistema de Suporte Multicamadas (SSMC), Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) e Abordagem do Ensino Diferenciado (AED). Faculdade Sant'Ana Em Revista, v. 8, n. 2, p. 339-352, 2024. Disponível em: <https://www.iessa.edu.br/revista/index.php/fsr/article/view/2585> Acesso em: 12 nov. 2024. BERSCH, Rita. 2008. Introdução às Tecnologias Assistivas. Disponível em: http://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf Acesso em: 12 nov. 2024. BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP n.º 50/2024. Reanálise do Parecer CNE/CP n.º 50, de 5 de dezembro de 2023, que tratou das Orientações Específicas para o PÚBLICO da Educação Especial: Atendimento a Estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Brasília, 2024a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=265021-pcp050-23-reanalise&category_slug=dezembro-2023-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 12 nov. 2024. BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução n.º 4, de 2 de outubro de 2009. Institui diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009. BRASIL. Convenção da Guatemala (1999). Decreto n.º 3.956/2001. BRASIL. Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, 2015. BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008. BRITO, Maria Claudia. Estratégias práticas de intervenção nos Transtornos do Espectro do Autismo. E-book Saber Autismo, 2022. Disponível em: <https://proinclusao.ufc.br/wpcontent/uploads/2018/09/ebook-estrategias-de-intervencao-nos-transtornos-do-espectro-do-autismo-maria-claudia-brito.pdf> Acesso em: 12 nov. 2024. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Recomendações de práticas não medicinalizantes para profissionais e serviços de educação e saúde. Reimpressão da 1ª edição revista. São Paulo: Grupo de Trabalho Educação e Saúde do Fórum sobre Medicinalização da Educação e da Sociedade, 2015. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wpcontent/uploads/2015/06/CFP_CartilhaMedicalizacao_web-16.06.15.pdf Acesso em: 12 nov. 2024. França EB, Abreu DMX de, Marinho F, França GVA de, Cortéz-Escalante J, Assunção AA, et al. Tradução para a língua portuguesa da 11a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-11). Rev bras epidemiol [Internet]. 2023;26:e230043. Available from: <https://doi.org/10.1590/1980-549720230043.2>. GATTI, Bernardete Angelina, BARRETO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de; ALMEIDA, Patrícia Cristina Albieri de. Professores do Brasil: novos cenários de formação. Brasília: Unesco, 2019. JANNUZZI, Gilberta de Martino. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas: Autores Associados, 2006. LANUTI, José Eduardo de Oliveira Evangelista; MANTOAN, Maria Tereza Eglér. Como os estudantes considerados com deficiência atrapalham -os demais? Revista Ensin@ UFMS, v. 2, p. 57-67, 2021. MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Para uma escola do século XXI. Campinas: Unicamp, 2013. MANTOAN, Maria Teresa Eglér; SANTOS, Maria Terezinha Teixeira. Atendimento Educacional Especializado: políticas públicas e gestão nos municípios. São Paulo: Moderna, 2011. MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006. MATTOS, Jaci Carnicelli. Alterações sensoriais no Transtorno do Espectro Autista (TEA): implicações no desenvolvimento e na aprendizagem. Revista Psicopedagogia, v. 36, n. 109, p. 87-95, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/347245690_Alteracoes_sensoriais_no_Transtorno_do_Espectro_Autista_TEA_Implicacoes_no_desenvolvimento_e_na_aprendizagem Acesso em: 12 nov. 2024. MAZZOTTA, Marcos José Silveira. Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas. São Paulo: Cortez Editora, 2011. MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A. (Orgs.). Das margens ao centro: perspectivas para as políticas e práticas educacionais no contexto da educação especial inclusiva. Araraquara: Junqueira e Marin, 2010. MENDES, Enicéia Gonçalves. Práticas inclusivas inovadoras no contexto da classe comum: dos especialismos às abordagens universalistas. 1 ed. Campos dos Goytacazes/RJ: Editora Encontrografia: 2023. PICCOLO, Gustavo Martins; MENDES, Enicéia Gonçalves. Maio de 68 e o modelo social da deficiência: notas sobre protagonismo e ativismo social. Revista Educação Especial, v. 35, e40/1-21, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1984686X65328>. SASSAKI, Romeu Kazumi. Nada sobre nós, sem nós: da integração à inclusão - Parte 1. Revista Nacional de Reabilitação, ano X, n. 58, p. 8-16, set./out. 2007. Disponível em: <https://www.sinprof.org.br/wp-content/uploads/2012/01/nada-sobre-n%C3%93s-sem-n%C3%93s1.pdf> Acesso em: 12 nov. 2024. SASSAKI, Romeu Kazumi. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. Revista Nacional de Reabilitação, São Paulo, ano 5, n. 24, p. 6-9, jan./fev. 2002. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/TERMINOLOGIA_SOBRE_DEFICIENCIA_NAERA_DA.pdf Acesso em: 12 nov. 2024. UNESCO. Declaração de Salamanca. 1994. UNESCO. Declaração mundial sobre educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. In: Conferência mundial sobre educação para todos, 1990, Jóhannesburg. Anais... Paris, 1990. VILARONGA, Carla Ariela Rios; MENDES, Enicéia Gonçalves. Formação de professores como estratégia para realização do coensino. Diálogos e Perspectivas em Educação Especial, v. 4, p. 1-32, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/2358-8845.2018.v4n1.03.p19> Acesso em: 12 nov. 2024. ZERBATO, Ana Paula; MENDES, Enicéia Gonçalves. O desenho universal para a aprendizagem na formação de professores: da investigação às práticas inclusivas. Educação e Pesquisa, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/XrThMT5Hhn6D9CSqcn3HHSM/?format=pdf> Acesso em: 12 nov. 2024.

Departamento: Departamento Acadêmico de Ciências Econômicas

Área: Economia (6030000)

Subárea: Sem subárea

Temas de Provas

1. Economia brasileira: plano real;
 2. Modelo IS-LM para uma economia aberta;
 3. Economia do setor público: restrição orçamentária;
 4. Teoria do Comportamento do Consumidor;
 5. Teoria da Firma;
 6. Aspectos espaciais do crescimento e desenvolvimento econômico;
 7. Elaboração de projetos sociais;
 8. Modelos de crescimento e desenvolvimento econômico;
 9. Teorias do Comércio
- Internacional: Teorias Tradicionais vs novas contribuições;
10. Regimes de Política Monetária: Metas Monetárias, Metas Cambiais e Metas de Inflação

Bibliografia

BLANCHARD, O. Macroeconomia. 7a ed. São Paulo: Prentice Hall, 2011. CARVALHO, F. J. C. et all. Economia monetária e financeira. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2015. CLEMENTE, A. Economia e desenvolvimento regional. São Paulo: Atlas, 2000. CLEMENTE, A. Projetos Empresariais e Públicos. 3. ed. - São Paulo: Atlas, 2008. CONTADOR, C. R. Projetos Sociais. 5. ed. - São Paulo: Atlas, 2014. FORTUNA, E. Mercado financeiro - produtos e serviços. 21. ed. - São Paulo: Qualimark, 2017. FURTADO, C.; F. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. FROEN, R. Macroeconomia: Teoria e Aplicações. 5a Edição. Editora Saraiva, 2007. GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, André Arruda. Economia brasileira contemporânea. Elsevier Brasil, 2005. GREMAUD, Amaury Patrick et al. Economia brasileira contemporânea. 2025. MAIA, J. M. Economia internacional e comércio exterior. 16ª ed. São Paulo: Atlas, 2014. MATIAS-PEREIRA, J. Finanças públicas. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2017. PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. Microeconomia. 7. ed. - São Paulo: Prentice Hall, 2010. RIANI, F. Economia do setor público: uma abordagem introdutória. 6ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016. SARQUIS, S. J. B. Comércio internacional e crescimento econômico no Brasil. Distrito Federal: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. SOUZA, N. J. Desenvolvimento Econômico. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2012. SOUZA, N. J. Desenvolvimento Regional. São Paulo: Atlas, 2009. VARIAN, H. Microeconomia - Uma Abordagem Moderna. Edição. 9ª; Editora: GEN Atlas, 2015.

Departamento: Departamento Acadêmico de Ciências Jurídicas

Área: Direito (60100001)

Subárea: Direito Privado (60103000)

Tema de Provas

Petição Inicial, Acesso à Justiça e Vulnerabilidades Processuais

Estrutura e requisitos da petição inicial nas esferas cível (CPC), trabalhista (CLT) e penal (queixa-crime e representação). Princípios do acesso à justiça. Justiça gratuita e assistência jurídica integral. Hipóteses de vulnerabilidade processual e tratamento adequado.

Atos Processuais e Papel dos Sujeitos do Processo

Comunicação dos atos processuais (citação, intimação, notificação) nas esferas cível, trabalhista e penal, inclusive por meios eletrônicos. Papel do juiz, das partes e dos advogados.

Ética processual, boa-fé, cooperação e paridade de armas. Mandado tácito, poderes da procuração e validade dos atos na ausência de instrumento.

Soluções Consensuais e Flexibilização do Procedimento

Métodos adequados de resolução de conflitos: mediação, conciliação e arbitragem. Negócios jurídicos processuais, convenções processuais e calendarização. Procedimentos diferenciados: sumaríssimo, ordinário e especial.

Resposta do Réu, Intervenções de Terceiros e Dinâmica da Lide

Contestação, exceções e reconvenção. Revelia e seus efeitos nas diversas esferas. Modalidades de intervenção de terceiros: assistência, denúncia, chamamento, amicus curiae e incidente de desconsideração da personalidade jurídica.

Produção da Prova e Audiência

Teoria geral das provas e espécies: documental, testemunhal, pericial, inspeção e confissão. Ônus da prova e distribuição dinâmica. Prova no processo penal e trabalhista. Audiência una, audiência de instrução e julgamento e audiência de custódia.

Recursos, Microssistemas e Sustentação Oral

Sistema recursal: pressupostos extrínsecos e intrínsecos, juízo de admissibilidade e mérito. Recursos em espécie: apelação, agravos, embargos e recursos aos tribunais superiores.

Sustentação oral. Recursos repetitivos e repercussão geral. Recursos nos juizados especiais cíveis, criminais, federais e da fazenda pública.

Execução e Cumprimento de Sentença nas Esferas Cível, Trabalhista e Pública

Petições executivas, penhora, avaliação e alienação. Meios de defesa do executado: embargos e exceções. Noções de cálculo judicial. Execução contra a Fazenda Pública e precatórios. Execução fiscal e remessa necessária.

Processo Eletrônico e Tecnologia Judicial

Juízo 100% digital. Julgamento virtual. Audiências online e videoconferência. Sistema PJe e integração com o CNJ. Lei do processo eletrônico (Lei 11.419/2006) e Resoluções correlatas.

Tutela Processual dos Grupos Vulneráveis e Direitos Difusos e Coletivos

Ações do consumidor. Processos relativos à infância e juventude (ECA). Aspectos processuais nos Estatutos do Idoso e da Pessoa com Deficiência. Ações de família (alimentos, interdição, separação, divórcio). Inventário, partilha e usufrução judicial e extrajudicial. Ações possessórias e locatícias. Mandado de segurança individual e coletivo.

Direito Processual Penal Aplicado e Garantias Fundamentais



Habeas corpus: fundamento constitucional, requisitos e efeitos. Tribunal do júri: princípios, procedimento e nulidades. Processos penais envolvendo crimes da Lei de Drogas, crimes patrimoniais e violência doméstica (Lei Maria da Penha). Atuação do Ministério Público, Defensoria Pública e polícia judiciária. Medidas protetivas e políticas públicas de proteção.

Bibliografia

Departamento: Departamento Acadêmico de Ciências Jurídicas

Área: Direito (60100001)

Subárea: Direito Público (60102004)

Temas de Prova

Petição Inicial, Acesso à Justiça e Vulnerabilidades Processuais

Estrutura e requisitos da petição inicial nas esferas cível (CPC), trabalhista (CLT) e penal (queixa-crime e representação). Princípios do acesso à justiça. Justiça gratuita e assistência jurídica integral. Hipóteses de vulnerabilidade processual e tratamento adequado.

Atos Processuais e Papel dos Sujeitos do Processo

Comunicação dos atos processuais (citação, intimação, notificação) nas esferas cível, trabalhista e penal, inclusive por meios eletrônicos. Papel do juiz, das partes e dos advogados.

Ética processual, boa-fé, cooperação e paridade de armas. Mandato tácito, poderes da procuração e validade dos atos na ausência de instrumento.

Soluções Consensuais e Flexibilização do Procedimento

Métodos adequados de resolução de conflitos: mediação, conciliação e arbitragem. Negócios jurídicos processuais, convenções processuais e calendarização. Procedimentos diferenciados: sumaríssimo, ordinário e especial.

Resposta do Réu, Intervenções de Terceiros e Dinâmica da Lide

Contestação, exceções e reconvenção. Revelia e seus efeitos nas diversas esferas. Modalidades de intervenção de terceiros: assistência, denúncia, chamamento, amicus curiae e incidente de desconsideração da personalidade jurídica.

Produção da Prova e Audiência

Teoria geral das provas e espécies: documental, testemunhal, pericial, inspeção e confissão. Ônus da prova e distribuição dinâmica. Prova no processo penal e trabalhista.

Audiência una, audiência de instrução e julgamento e audiência de custódia.

Recursos, Microssistemas e Sustentação Oral

Sistema recursal: pressupostos extrínsecos e intrínsecos, juízo de admissibilidade e mérito. Recursos em espécie: apelação, agravos, embargos e recursos aos tribunais superiores.

Sustentação oral. Recursos repetitivos e repercussão geral. Recursos nos juizados especiais cíveis, criminais, federais e da fazenda pública.

Execução e Cumprimento de Sentença nas Esferas Cível, Trabalhista e Pública

Petições executivas, penhora, avaliação e alienação. Meios de defesa do executado: embargos e exceções. Noções de cálculo judicial. Execução contra a Fazenda Pública e precatórios. Execução fiscal e remessa necessária.

Processo Eletrônico e Tecnologia Judicial

Juízo 100% digital. Julgamento virtual. Audiências online e videoconferência. Sistema PJe e integração com o CNJ. Lei do processo eletrônico (Lei 11.419/2006) e Resoluções correlatas.

Tutela Processual dos Grupos Vulneráveis e Direitos Difusos e Coletivos

Ações do consumidor. Processos relativos à infância e juventude (ECA). Aspectos processuais nos Estatutos do Idoso e da Pessoa com Deficiência. Ações de família (alimentos, interdição, separação, divórcio). Inventário, partilha e usucapião judicial e extrajudicial. Ações possessórias e locatícias. Mandado de segurança individual e coletivo.

Direito Processual Penal Aplicado e Garantias Fundamentais

Habeas corpus: fundamento constitucional, requisitos e efeitos. Tribunal do júri: princípios, procedimento e nulidades. Processos penais envolvendo crimes da Lei de Drogas, crimes patrimoniais e violência doméstica (Lei Maria da Penha). Atuação do Ministério Público, Defensoria Pública e polícia judiciária. Medidas protetivas e políticas públicas de proteção.

Bibliografia

Departamento: Departamento Acadêmico de Engenharia Civil

Área: Engenharia Civil (30100003)

Subárea: Sem subárea

Temas de Prova

1. Dimensionamento de elementos estruturais de aço simples e compostos, submetidos a esforços de tração e compressão, flexão simples e composta, bem como à combinação de esforços solicitantes.

2. Alvenaria estrutural: Dimensionamento dos principais elementos resistentes do sistema estrutural.

3. Métodos numéricos aplicados à engenharia estrutural: Aplicação de métodos numéricos na análise estrutural, incluindo esforços internos, deslocamentos e estabilidade.

4. Protensão em estruturas de concreto: conceitos, classificação, aplicações estruturais, aspectos construtivos e controle tecnológico.

5. Ações e combinações de cargas em pontes: Cargas permanentes, móveis, térmicas, reológicas, vento, impactos e ações excepcionais; critérios normativos e estados limites.

6. Processos de tratamento de esgotos em climas quentes: Lodos ativados, lagoas de estabilização, reatores anaeróbios (UASB), biofiltros; fundamentos microbiológicos, vantagens e limitações. Eficiência de processos anaeróbios e facultativos; influência da temperatura; potencial de aproveitamento energético do biogás.

7. Tratamento de água em regiões tropicais e amazônicas: Desafios específicos: altas cargas de matéria orgânica, águas pretas e claras, regime hidrológico extremo, logística e soluções descentralizadas.

8. Fundamentos matemáticos aplicados à engenharia civil: Modelagem de problemas de Engenharia Civil, com aplicações em sistemas estruturais, transporte e saneamento.

9. Ferrovias em ambientes tropicais úmidos: Traçado ferroviário, terraplenagem em solos compressíveis, drenagem ferroviária, estabilidade de plataformas e manutenção em regiões de alta pluviosidade.

10. Hidrovias interiores amazônicas: Características das hidrovias naturais; navegabilidade, balizamento, dragagem, derrocamento e gestão da via navegável.

Bibliografia

1. PFEIL, W.; PFEIL, M. Estruturas de aço: dimensionamento prático. São Paulo: LTC, 2009.

2. PARSEKIAN, G. A; HAMID, A. DRYSDALE, R. G. Comportamento e dimensionamento de alvenaria estrutural. 2 ed São Carlos: EdUFSCAR, 2014.

3. SORIANO, H. L. Elementos finitos. ed. Ciência Moderna. 1a ed., 2020.

4. CARVALHO, R. C. Estruturas em concreto pretendido: pré-tração, pós-tração, cálculo e detalhamento. 2 ed. São Paulo: PINI, 2017.

5. MARCHETTI, O. Pontes de concreto armado. 2a. ed. São Paulo: Blucher, 2018.

6. JORDÃO, Eduardo Pacheco; PESSÔA, Constantino Arruda. Tratamento de esgotos domésticos. 7. ed. Rio de Janeiro: ABES, 2014.

7. DI BERNARDO, Luiz; SABOGAL PAZ, Lilian. Seleção de tecnologias de tratamento de água. São Carlos: LDibe Editora, 2008.

8. KREYSZIG, Erwin. Matemática superior para engenharia. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

9. NABAIS, Rui José da Silva. Manual básico de engenharia ferroviária. São Paulo: Oficina de Textos, 2014.

10. MCCARTNEY, Bruce L.; LEE, B. K.; LINDGREN, Mark; NEILSON, Frank (eds.). Inland Navigation: Locks, Dams, and Channels. American Society of Civil Engineers (ASCE), 1998.

Departamento: Departamento Acadêmico de Engenharia Elétrica

Área: Engenharia Elétrica (30400007)

Subárea: Sistemas Elétricos de Potência (30404002).

Temas de Prova

Tema 1 - TÉCNICAS DE ANÁLISE DE SISTEMAS ELÉTRICOS DE POTÊNCIA - a. Cálculo de Fluxo de Potência: Conceitos Básicos; Métodos de Solução para Redes Trifásicas (Newton Raphson Convencional e Continuado, Linearizado); b. Cálculo de Faltas Simétricas e Assimétricas: Conceitos Básicos; Métodos de Solução para Sistemas de Grande Porte. c. Aplicação das Ferramentas de Análise Fluxo de Potência e Cálculo de Faltas nas Atividades de Expansão e de Operação;

Tema 2 - MODELOS DE LINHAS DE TRANSMISSÃO - a. Representação de linhas de transmissão aéreas, linha de transmissão curta, Linha de transmissão média, circuitos Pi e T nominais, constantes generalizadas. LT longa, solução das equações diferenciais e interpretação - domínio fasorial. b. Constantes de atenuação, defasamento e propagação, velocidade de propagação, impedância característica. c. Ondas de corrente e tensão incidente/refletida - domínio do tempo. Casamento de impedâncias. d. Forma hiperbólica das equações. e. Circuito equivalente de uma LT longa;

Tema 3 - TRANSITÓRIOS EM LINHAS DE TRANSMISSÃO - a. A transformada de Laplace; b. Equações diferenciais para uma linha monofásica no domínio s e sua solução; c. Fatores de reflexão; c. Estudo de transitórios em redes simples; d. Solução gráfica de transitórios por meio dos diagramas de treliça; e. Técnicas computacionais para cálculo de transitórios;

Tema 4 - FATORES TÍPICOS DA CARGA - a. Classificação das cargas: Introdução; Localização geográfica; Tipo de utilização da energia; Dependência da energia elétrica; Efeito da carga sobre o sistema de distribuição; Tarifação; Tensão de fornecimento; b. Fatores típicos utilizados em distribuição: Demanda; Demanda máxima; Diversidade da carga; Fator de demanda; Fator de utilização; Fator de carga; Fator de perdas; Correlação entre fator de carga e fator de perdas; curva de duração de carga; c. Conceitos gerais de tarifação;

Tema 5 - CORRENTE ADMISSÍVEL EM LINHAS - a. Considerações gerais: Seções da série milimétrica; Seções definidas pela American Wire Gage; Cabos isolados. b. Corrente admissível em cabos: Equacionamento térmico - Pequenas variações de corrente; Equacionamento térmico - Grandes variações de corrente; Corrente de regime- Cabos nus; Corrente de regime - Cabos protegidos; Corrente de regime - Cabos isolados; Corrente admissível - Limite térmico; Cabos nus; Cabos protegidos; Cabos isolados.

Tema 6 - ESTRATÉGIAS DE CONTROLE DE SISTEMAS ELÉTRICOS DE POTÊNCIA - a. Estratégias de Controle de Frequência, Tensão, Potência Reativa e Potência Ativa Aplicadas nas Atividades de Expansão e de Operação. b. Estratégias para Controle Preventivo, Controle de Emergência e Recomposição de Sistemas Elétricos. Equivalentes de Redes Elétricas. c. Centros de Supervisão e Controle. Sistemas Supervisórios. Medição Fasorial Sincronizada. Estimação de Estado;

Tema 7 - ESTABILIDADE ANGULAR E DE TENSÃO DE SISTEMAS ELÉTRICOS DE POTÊNCIA - a. Conceitos Básicos sobre Estabilidade Eletromecânica. b. Estabilidade Angular frente a Pequenas e Grandes Perturbações. c. Aplicação dos Estudos de Estabilidade Eletromecânica nas Atividades de Expansão e de Operação. d. Conceitos Básicos sobre Estabilidade de Tensão. e. Estabilidade de Tensão frente a Pequenas e Grandes Perturbações. f. Aplicação da Teoria de Sistemas Lineares e Não-lineares aos Estudos de Estabilidade de Tensão. g. Metodologias de Análise Estática e Dinâmica. h. Aplicação das Metodologias de Estabilidade de Tensão nas Atividades de Expansão e de Operação;

Tema 8 - REDES INTELIGENTES - a. Conceitos Básicos sobre Redes Inteligentes/Smart Grid b. Configuração de Redes Inteligentes. c. RED (Recursos Energéticos Distribuídos), Geração Distribuída e Armazenamento de Energia. d. Medidores Inteligentes. e. Legislação - Brasileira e Internacional. f. Impacts e Situação no Brasil e no mundo. g. Avanços dos Projetos e Infraestrutura de Redes Inteligentes no Brasil;

Tema 9 - PROTEÇÃO DE SISTEMAS ELÉTRICOS DE POTÊNCIA - a. Filosofia da Proteção dos Sistemas Elétricos de Potência. b. Transformadores de Corrente e de Potencial. c. Métodos de Detecção de Faltas nos SEP. d. Proteção de Distância e Estudos Avançados (características de operação polarizadas). e. Proteção Diferencial e Piloto. f. Introdução à Proteção Digital e Algoritmos para Proteção Digital.

Tema 10 - CURTO CIRCUITO - a. Introdução e natureza da corrente de curto-circuito; b. Análise das componentes transitórias e de regime permanente: Componente de regime permanente, Componente unidirecional. c. Estudo de curto circuito trifásico: Cálculo da corrente de curto circuito, Potência de curto circuito, Barramento infinito e paralelo das potências de curto circuito. d. Estudo do curto circuito fase terra: Cálculo de correntes e tensões, Curto circuito fase a terra com impedância, Potência de curto circuito fase a terra. e. Estudo dos curtos circuitos dupla fase e dupla fase a terra: Curto circuito dupla fase, Curto circuito dupla fase a terra; Curto circuito dupla fase a terra com impedância. f. Análise de sistemas aterrados e isolados: Análise de defeito dupla fase a terra, Análise de defeito dupla fase a terra, Sistemas aterrados e isolados. g. Estudo de curto circuito em redes em malha: Representação matricial da rede, Cálculo das correntes de curto circuito.

Bibliografia

1. MONTICELLI, A. J. Fluxo de Carga em Redes de Energia Elétrica. 2. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1983.

2. PEREIRA, C. Redes Elétricas no Domínio da Frequência. 1. ed. São Paulo: Artliber, 2015.

3. GLOVER, J. D.; SARMA, M. S. Power System Analysis and Design. 3. ed. Thomson Learning, 2002.

4. TAYLOR, C. W. Power System Voltage Stability. EPRI Power System Engineering Series. McGraw-Hill, 1993.

5. ANDERSON, P. M. Analysis of Faulted Power Systems, 1. ed. Wiley-IEEE Press, 1995.

6. KAGAN, N.; BARIONI, C. C.; ROBBA, E. J. Introdução aos Sistemas de Distribuição de Energia Elétrica, Edgard Blucher, São Paulo, 2005.

7. WOOD, A. J.; WOLLENBERG, B. F.; SHEBLÉ, G. B. Power Generation, Operation and Control. 3. ed. Wiley-Interscience, 2013.

8. OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA ELÉTRICO (ONS). Procedimentos de Rede.



9. AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL). Procedimentos de Distribuição.
 10. GOMES, R. A Gestão do Sistema de Transmissão do Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2012.
 11. KUNDUR, P. Power System Stability and Control. EPRI Power System Engineering Series. McGraw-Hill, 1994.
 12. ANDERSON, P. M.; FOUAD, A. A. Power System Control and Stability. 2. ed. Wiley-IEEE Press, 2002.
 13. SAUER, P. W.; PAL, M. A. Power System Dynamics and Stability. Prentice Hall, 1998.
 14. PADIYAR, K. R. Power System Dynamics Stability and Control. 2. ed. BS Publications, 2008.
 15. CUTSEM, T. V.; VOURNAS, C. Voltage Stability of Electric Power Systems. Springer, 1998.
 16. CAMINHA, A. C. Introdução à Proteção dos Sistemas Elétricos. 1. ed. Blucher, 1977.
 17. MAMEDE, J.; MAMEDE D. R. Proteção de Sistemas Elétricos de Potência. 1. ed. LTC, 2011.
 18. ANDERSON, P. M. Power System Protection, 1. ed. Wiley-IEEE Press, 1999.
 19. WARRINGTON, A. R. Van C. Protective Relays - Their Theory and Practice. vol. I, Chapman & Hall Ltd., London, 1962.
 20. WARRINGTON, A. R. Van C. Protective Relays - Their Theory and Practice. vol. II, John Wiley & Sons, New York, 1972.
 21. MASON, C. The Art and Science of Protective Relaying, John Wiley & Sons, 1956.
 22. JOHNS, A. T & SALMAN, S. K. Digital Protection for Power Systems, IEE Power Series 15, Peter Peregrinus Ltd., pp. 01-201, 1995.
 23. SACHDEV, M. S. Computer Relaying. IEEE Tutorial Course, 79EH0148-7-PWR, IEEE Service Center, Piscataway, NJ, pp. 01-79, 1979.
 24. SACHDEV, M. S. Microprocessor Relays and Protection Systems. IEEE Tutorial Course, 88EH0269-1-PWR, IEEE Service Center, Piscataway, NJ, pp. 01-95, 1988.
 25. PHADKE, A. G. & THORP, J. S. Computer Relaying for Power Systems. Research Studies Press, Taunton, Somerset, England / John Wiley & Sons Inc., New York Center, pp. 01-289, 1988.
 26. STEVENSON JR., WILLIAM D., "Elementos de Análise de Sistemas de Potência". 2a ed., McGraw-Hill, 1986.
 27. ZANETTA JÚNIOR, LUIZ CERA "Fundamentos de Sistemas Elétricos de Potência", 1ª ed., Editora Livraria da Física, 2005, São Paulo.
 28. D'AJUZ, ARU E OUTROS "Transitórios Elétricos e Coordenação de Isolamento" - aplicação em Sistemas Elétricos de Potência de Alta Tensão ", Furnas Centrais Elétricas, Universidade Federal Fluminense/EDUFF, 1987.

29. BERGER, L. T., KRZYSZTOF, I. Redes elétricas inteligentes - aplicações, comunicação e segurança. Editora LTC, 2015.
 30. SOUZA, A.C.Z; BONATTO, B. D.; RIBEIRO, P. F. Integração De Renováveis E Redes Elétricas Inteligentes. Editora Interciência, 2020.
 31. MME. Relatório Smart Grid. 231p. 2021. Disponível em: < https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/energia-eletrica/relatorio-smart-grid-1/do_cumentos/relatorio-smart-grid.pdf/view>. Acessado em: 31/01/2022.

Departamento: Departamento Acadêmico de Filosofia

Área: Filosofia (7010004)

Subárea: História da Filosofia (70101000)

Temas de Prova

1. Lógica Clássica;
2. O problema dos universais;
3. Ceticismo;
4. Verdade e Validade;
5. A ontologia de Platão;
6. Os sentidos do ser;
7. Justiça em Platão e Aristóteles;
8. O platonismo de Santo Agostinho;
9. O aristotelismo de Tomás de Aquino;
10. Teoria ética das virtudes

Bibliografia

AGOSTINHO, S. De Magistro (Trad. Bento Silva Santos). Petrópolis: Editora Vozes, 2009

AQUINO, T. Escritos políticos de Santo Tomás de Aquino (Trad. Francisco Benjamin de Souza Neto). Petrópolis: Editora Vozes, 1995

ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. (Trad. André Malta). São Paulo: Editora 34, 2024.

ARISTÓTELES. Órganon. (trad. Edson Bini). Bauru: Editora EDIPRO, 2016

BLANCHÉ, R. História da Lógica de Aristóteles a Bertrand Russell. Lisboa: Edições 70

BROCHARD, V. Os Céticos Gregos (trad. Jaimir Conte). São Paulo: Odysseus Editora, 2010

COPI, I. Introdução à Lógica. (Alvaro Cabral). São Paulo: Editora Mestre Jou

GILSON, E. A Filosofia na Idade Média (trad. Eduardo Brandão). São Paulo: Martins Fontes, 2001

HEIDEGER, M. Ser e Tempo. (Trad. Marcia Sá Cavalcante). São Paulo: Editora Vozes, 2015

MORTARI, C. Introdução à Lógica. São Paulo: Editora UNESP, 2017

PLATÃO. A República. (Trad. Maria Helena da Rocha Pereira). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

Departamento: Departamento Acadêmico de História

Área: História (70500002)

Subárea: História do Brasil (70505004)

Temas de Prova

1. Federalismo, cidadania e exclusão social na Primeira República (1889- 1930): autonomia dos estados e o coronelismo como forma de poder local. As práticas políticas da República Oligárquica e as dinâmicas eleitorais nas regiões periféricas, especialmente nos estados da Região Norte. 2. Economia cafeeira e industrialização incipiente: limites do modelo agrárioexportador e a inserção periférica da economia amazônica via extrativismo na Primeira República (1889-1930). 3. O Estado Novo e o autoritarismo varguista: repressão, propaganda e nacionalismo, incluindo a incorporação simbólica da Amazônia ao discurso da brasiliidade. 4. A modernização econômica durante o período Vargas e o papel do Estado: industrialização, infraestrutura e política econômica, com análise das estratégias estatais para a região amazônica no contexto da centralização. 5. O populismo e os desafios da democracia brasileira: Vargas, Dutra, JK e Jânio Quadros, com análise de sua repercussão nas estratégias de interiorização do desenvolvimento. 6. Desenvolvimentismo e nacionalismo econômico: Plano de Metas, BNDES e industrialização acelerada, com atenção aos efeitos dos projetos federais em áreas periféricas como a Amazônia. 7. O golpe de 1964 e o autoritarismo na Amazônia (1964-1985): Estudo das causas e discursos de legitimação do golpe civil-militar, do AI-5 e da estrutura repressiva do regime, com ênfase na Amazônia como região estratégica para o projeto de segurança nacional. 8. Milagre econômico, endividamento e crise do modelo desenvolvimentista, considerando os megaprojetos implantados na Amazônia e seus impactos sociais e ambientais. 9. A Constituição de 1988 e os fundamentos da Nova República: direitos, cidadania e pluralismo, com ênfase nos direitos territoriais de indígenas, ribeirinhos e quilombolas da Amazônia. 10. Neoliberalismo, reformas e desigualdades sociais nos governos Collor, FHC e os anos 1990, analisando os efeitos das políticas de austeridade em áreas periféricas e de baixa densidade estatal como a Região Norte.

Bibliografia

1. FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 4. ed. São Paulo: Globo, 2001. 2 v. 2. FAUSTO, Boris (dir.). O Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930). História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III, v. 1. São Paulo: DIFEL, 1977. 3. FAUSTO, Boris (dir.). O Brasil republicano: sociedade e instituições (1889-1930). História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III, v. 2. São Paulo: DIFEL, 1978. 4. FAUSTO, Boris (dir.). O Brasil republicano: Sociedade e Política (1930-1964). História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III, v. 3. São Paulo: DIFEL, 1980. 5. FAUSTO, Boris (dir.). O Brasil republicano: Economia e Cultura (1930-1964). História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III, v. 4. São Paulo: DIFEL, 1983. 6. FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 35. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007. 7. FURTADO, Celso. O mito do desenvolvimento econômico. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998. 8. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. Edição crítica. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 9. PRADO JÚNIOR, Caio. História econômica do Brasil. 44. ed. São Paulo: Brasiliense, 2022. 10. PRADO JÚNIOR, Caio. A revolução brasileira. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 2022. 2. Por período histórico 2.1 Primeira República (1889-1930) 11. CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. 12. CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 13. LEAL, Vitor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1987. 14. LESSA, Renato. A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988. 15. SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 16. CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, 1986. 17. DECCA, Edgar de. 1930: o silêncio dos vencidos. São Paulo: Brasiliense, 1988. 18. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. Os cangaceiros. São Paulo: Ática, 1977. 19. LEITE, Dante. O messianismo no Brasil e no mundo. São Paulo: Nacional, 1969. 20. MICELI, Sérgio. Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945). 5. ed. São Paulo: Difel, 2001. 22. Era Vargas e Segunda República (1930-1964) 21. GOMES, Ângela de Castro. A invenção do trabalhismo. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 22. IANNI, Octavio. Populismo e tecnocracia: política brasileira contemporânea. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. 23. MOTA, Carlos Guilherme. Ideologia da cultura brasileira (1933-1974). São Paulo: Ateliê Editorial, 2008. 24. ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003. 25. DRAIBE, Sonia. O intervencionismo econômico no primeiro Vargas. São Paulo: Paz e Terra, 1985. 26. MENDONÇA, Sônia Regina. Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1985. 27. TRINDADE, Hélio (org.). Partidos políticos e regimes de governo no Brasil. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1993. 28. LOPES, José Sérgio Leite. O Brasil e a modernização autoritária. São Paulo: Brasiliense, 1979. 2.3 Ditadura Militar (1964-1985) 29. DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado - ação política, poder e golpe de classe. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2006. 30. CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. Estranhas Catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. Niterói: EDUFF, 2014. 31. FICO, Carlos. O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 32. FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Revista Brasileira de História, v. 24, n. 47, 2004, p. 29-60. 33. WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 34. PINHEIRO, Paulo Sérgio. Autoritarismo e democratização. São Paulo: Paz e Terra, 1997. 2.4 Nova República (1985-presente) 35. CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. 36. FERNANDES, Florestan. Nova República? Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986. 37. SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 38. AVRITZER, Leonardo. A razão democrática: entre o mito e a realidade da democracia no Brasil. São Paulo: UNESP, 2016. 39. NUNES, Edson de Oliveira. A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/Fundação ENAP, 1997. 40. GONÇALVES, Reinaldo. Desenvolvimento às avessas: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento. Rio de Janeiro: LTC, 2013. 3. Amazônia: economia, sociedade, cultura e território (Organizado por período histórico nacional) 3.1 Primeira República (1889-1930) 41. DEAN, Warren. A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história econômica e social. São Paulo: Nobel, 1989. 42. WEINSTEIN, Barbara. A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920). São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993. 43. MONTEIRO, Denise. O seringal e o seringueiro: a borracha na Amazônia na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (dir.). O Brasil Republicano, vol. 2. São Paulo: DIFEL, 1978. 44. SANTOS, Roberto. História econômica da Amazônia (1800-1920). São Paulo: T. A. Queiroz, 1980. 45. IANNI, Octavio. A colonização da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1979. 46. MENEZES, Maria do Socorro. Do seringal à metrópole: os caminhos da migração nordestina para a Amazônia. Belém: EDUFPA, 2004. 3.2 Era Vargas e Segunda República (1930-1964) 47. CASTRO, Edna. Política e planejamento regional: a Amazônia no contexto das políticas públicas. Belém: NAEA/UFPA, 1999. 48. PINTO, Renan Freitas. Fronteira amazônica: colonização e conflitos (1930- 1970). Manaus: Valer, 2006. 49. LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Pouca saúde e muita saúva: sanitarismo, desenvolvimento e a Amazônia no século XX. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996. 3.3 Ditadura Militar e Transição Democrática (1964-1985) 50. ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Carajás: a guerra dos mapas. Belém: UFPA, 1994. 51. BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. Estudos Avançados, v. 19, n. 53, 2005. 52. CASTRO, Edna; MONTEIRO, Maurílio. Desenvolvimento e exclusão social na Amazônia: desafios para a sustentabilidade e governança territorial. Belém: NAEA/UFPA, 2003. 53. LITTLE, Paul E. Megaprojetos na Amazônia: uma análise geopolítica e socioambiental com base na experiência brasileira. Manaus: Editora da UEA, 2014. 54. VERRÍSSIMO, Beto. Amazônia: situação atual, riscos e oportunidades para desenvolvimento sustentável. Belém: Imazon, 2012. 55. COSTA, Wanderley Messias da. Amazônia: território e conflito na expansão do capitalismo. São Paulo: Contexto, 2012. 56. LOURENÇO, José Seixas. Inventário e análise de projetos da Amazônia brasileira. Brasília: OTCA/FAO/UE, 1994. 3.4 Nova República (1985-presente) 57. ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras indígenas no Brasil: dinâmica, conflitos e imaginários. Manaus: PPGSCA/Ufam, 2008. 58. ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de quilombo, terras indígenas, "babacuais livres", "castanhais do povo", faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PPGSCA-Ufam, 2008. 59. GONDIM, Neide. A invenção da Amazônia: ensaios sobre literatura e história na Amazônia contemporânea. São Paulo: Annablume, 2006. 60. GONDAR, Jô. Historiografia e memória na Amazônia: representações sociais e políticas do esquecimento. História & Perspectivas, v. 24, 2000. 61. HEMMING, John. A conquista da Amazônia brasileira. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003. 62. OLIVEIRA, João Pacheco de. O nascimento do Brasil e outros ensaios: povos indígenas e formação nacional. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016. 63. PACHECO DE OLIVEIRA, João. Ensaios em antropologia histórica. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. 64. RIBEIRO, Ana Lúcia Duarte Lanna. Ruralidades na Amazônia: cultura, saberes e práticas sociais. Belém: NAEA/UFPA, 2015. 65. GOMES, Frederico A. C. Cabanagem e memória: política e identidade na Amazônia. Belém: Paka-Tatu, 2013.



Departamento: Departamento Acadêmico de Letras Vernáculas
Área: Letras (80200001)

Subárea: Língua Portuguesa (8020100)

Temas de Prova

História da Língua Portuguesa: formação a partir do latim, processos de mudança linguística, expansão e variação histórica, geográfica e social da Língua Portuguesa, com ênfase na realidade do português brasileiro.

Fonética e Fonologia da Língua Portuguesa: aspectos descritivos, sociolinguísticos e suas implicações para o ensino.

Morfologia e formação de palavras na Língua Portuguesa: funcionamento, variação e ensino.

Sintaxe da Língua Portuguesa: relações sintático-semânticas, organização do enunciado e ensino.

Semântica e Pragmática no funcionamento da Língua Portuguesa: processos de construção de sentido em diferentes contextos comunicativos e educativos.

Sociolinguística e diversidade linguística no Brasil: variação, preconceito linguístico e implicações para o ensino de Língua Portuguesa.

Multiletramentos, letramentos digitais e uso das TDICs no ensino de Língua Portuguesa: práticas de leitura, escrita e produção de sentidos em ambientes presenciais, digitais e híbridos.

Gêneros textuais e discursivos: teorias, práticas de leitura, escrita e oralidade no ensino de Língua Portuguesa.

Texto, textualidade e produção de sentido: coesão, coerência, progressão textual e estratégias argumentativas no ensino de Língua Portuguesa.

Metodologias de ensino de Língua Portuguesa: práticas de ensino de leitura, escrita e oralidade, avaliação, tecnologias e recursos didáticos, considerando os contextos socioculturais e linguísticos dos estudantes.

Bibliografia

ANTUNES, Irandé. Gramática Contextualizada: limpando o pó das ideias simples. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

ANTUNES, Irandé. Textualidade: noções básicas e implicações pedagógicas. São Paulo: Parábola, 2017.

BASSO, Renato Miguel. Descrição do português brasileiro. Coordenação de Tommaso Raso, Celso Ferrarezi Junior. São Paulo: Parábola, 2019.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

GONÇALVES, Carlos Alexandre Victorio; VIVAS, Vitor de Moura (orgs.). Morfologia & ensino: teoria e prática nas aulas de português. Curitiba: Brazil Publishing, 2020.

GUESER, Simone; RECH, Núbia Ferreira (orgs.). Gramática, aquisição e processamento linguístico: subsídios para o professor de Língua Portuguesa. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. O português da gente: a língua que falamos, a língua que estudamos. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

KENEDY, Eduardo; OTHERO, Gabriel de Avila. Para conhecer sintaxe. São Paulo: Contexto, 2018.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

SILVA, Thaís Cristófaro. Fonética e fonologia do português: roteiro de estudos e guia de exercícios. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

Bibliografia Complementar

ANTUNES, Irandé. Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BATISTA, Ronaldo de Oliveira (org.). O texto e seus conceitos. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris et al. (orgs.). Por que a escola não ensina gramática assim? São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. Nós chegamos na escola, e agora?: sociolinguística & educação. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

FARACO, Carlos Alberto. Norma culta brasileira: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

KLEIMAN, Ângela B. (org.). Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995.

LAGARES, Xoán Carlos et al. Gramáticas brasileiras: com a palavra, os leitores. Organização de Carlos Alberto Faraco e Francisco Eduardo Vieira. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

NAMUTI, Cristiane; GONÇALVES, Elisângela (orgs.). Morfologia, sintaxe e interfaces. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.

RIBEIRO, Ana Elisa. Multimodalidade, textos e tecnologias: provocações para a sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2020.

SEARA, Izabel Christine; NUNES, Vanessa Gonzaga; LAZZAROTTO-VOLCÃO, Cristiane. Para conhecer: fonética e fonologia do português brasileiro. São Paulo: Contexto, 2015.

Departamento: Departamento Acadêmico de Letras Vernáculas

Área: Linguística (80100007)

Subárea: Teoria e Análise Linguística (80101003), Fisiologia da Linguagem (80102000), Linguística Histórica (80103006), Sociolinguística e Dailetologia, Psicolinguística (80105009) e Linguística Aplicada (80106005).

Temas de Prova

1. Língua e Literatura Latina

2. Filologia e História da Língua Portuguesa

3. Fonética e Fonologia do Português Brasileiro

4. Estudos Morfológicos do Português Brasileiro

5. Abordagens da Sintaxe do Português Brasileiro

6. Texto, Discurso e Gêneros Discursivos

7. A questão do sentido em diferentes abordagens

8. Leitura e produção de textos para a esfera acadêmica

9. Português instrumental: aspectos gramaticais da revisão textual

10. Português Instrumental: produção e leitura de textos técnicos, científicos e acadêmicos

Bibliografia

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. Gramática latina: curso único e completo. 29ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2000.

FARACO, Carlos Alberto. História sociopolítica da língua portuguesa. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão. Prática de textos para estudantes universitários. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

FERRAREZI JUNIOR, Celso e TELES, Iara Maria. Gramática do brasileiro: uma nova forma de entender a nossa língua. São Paulo: Editora Globo, 2008.

GARCIA, Othon M. Comunicação em Prosa Moderna: Aprendendo a Escrever, Aprendendo a Pensar. SP: FGV, 1988

MARCUSCHI, L. A. (2008). Produção textual: análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MUSSALIM, Fernanda; Bentes, Anna Christina. Introdução à linguística: domínios e fronteiras. São Paulo: Editora Cortez, 2009. Vol I e II.

MUSSALIM, Fernanda; Bentes, Anna Christina. Introdução à linguística: domínios e fronteiras. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

SEARA, Izabel Christine; NUNES, Vanessa Gonzaga; LAZZAROTTO-VOLCÃO, Cristiane. Para conhecer fonética e fonologia do português brasileiro. São Paulo: Contexto, 2015.

2015.

VAL, Maria da Graça Costa. Redação e textualidade. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Departamento: Departamento Acadêmico de Letras Vernáculas

Área: Letras (80200001)

Subárea: Teoria (80205003), Literatura Brasileira (80206000), Outras Literaturas Vernáculas (80207006 e Literatura Comparada (80210007)

Temas de Prova

1 - Gênero lírico: operadores de leitura do poema

2 - Gênero narrativo: operadores da análise da prosa

3 - Formação do sistema literário brasileiro: impasses críticos

4 - Aspectos do modernismo brasileiro: inovação estética e antropofagia

5 - Tendências críticas contemporâneas e as literaturas marginais e periféricas

6 - Literaturas da/na Amazônia: produção dos anos 1970 aos dias atuais

7 - Literatura infantil e juvenil na escola

8 - Literatura e formação de leitores

9 - Teoria literária e ensino de literatura

10 - Decolonialidade e diversidade no ensino de literatura

Bibliografia

ANDRUETTO, Maria Teresa. Por uma literatura sem adjetivos. Tradução Carmem Cacciaco. São Paulo: Pulo do Gato, 2023.

BERND, Zila. Cultura e Identidade Nacional. 4 ed. POA: Editora da UFRGS, 2023.

BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lucia Osana. Teoria Literária: Abordagens Históricas e Tendências Contemporâneas. 3ª ed. Maringá, 2009.

CANDIDO, Antonio. Formação da Literatura Brasileira. 7. ed. Belo Horizonte-Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 1993.

_____. Iniciação à Literatura Brasileira. São Paulo: Humanitas Publicações - FFLCH/USP, 1999.

CAMPOS, Haroldo de. O sequestro do barroco na formação da literatura brasileira. O caso Gregório de Matos. São Paulo, Iluminuras, 2011.

CECHINEL, André; DURÃO, Fabio Akcelrud. Ensinando literatura: a sala de aula como acontecimento. São Paulo: Parábola Editorial, 2022.

COSSON, Rildo. Letramento literário: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2006.

COUTINHO, Afrânia. Introdução à literatura no Brasil. 17 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001.

CULLER, Jonathan. Teoria Literária: uma introdução. Tradução Sandra Guardini T. Vasconcelos. Beca, 2001.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. São Paulo, SP: Autores Associados: Cortez, 1982. 96p. (Polêmicas do nosso tempo, 4).

FRIEDRICH, Hugo. Estrutura da lírica moderna (da metade do século XIX a meados do século XX). 2.ed. Tradução do texto de Marise M. Curioni; tradução das poesias de Dora F. da Silva. São Paulo: Duas Cidades, 1991.

ISER, Wolfgang. O ato da leitura: uma teoria do efeito estético, vol. 2. Tradução de Hohannes Kretschmer- São Paulo: Ed.34, 1999.

JOBIM, José Luís; ARAUJO, N.; SASSE, P. P. (Orgs.). (Novas) Palavras da Crítica. Rio de Janeiro: Makunaima Edições, 2021. v. 1. 785p.

JOBIM, José Luís. Literatura comparada e literatura brasileira: circulações e representações. 1. ed. Boa Vista, RR: Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal de Roraima: Makunaima Edições, 2020. 162p.

MIGNOLO, Walter. MIGNOLO, Walter. Desafios Decoloniais Hoje. Revista Epistemologias do Sul. Foz do Iguaú/PR, v. 1, n. 1, p. 12-32, 2017. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/772>

PAES LOUREIRO, João de Jesus. Cultura amazônica. 5. ed. Manaus: Valer, 2015.

PANSINI, Flávia, NENEVÉ, Miguel. Educação Multicultural e Formação Docente. Currículo sem Fronteiras, v.8, n.1, pp.31-48, Jan/Jun 2008. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/hevila/CurriculoseFronteiras/2008/vol8/no1/3.pdf> Acesso em 12/05/2024.

RISÉRIO, Antônio. Textos e tribos: poéticas extraocidentais nos trópicos brasileiros. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

<http://pib.socioambiental.org/pt/c/iniciativasindigenas/autoriaindigena/uma-outra-historia-a-escrita-indigena-no-brasil>. Acesso em: 20 abr. 2020.

SOUZA, Roberto Acizelo de. Um pouco de método: nos estudos literários em particular, com extensão às humanidades em geral. São Paulo: É Realizações, 2016.

TODOROV, Tzvetan. Literatura em perigo. Tradução Caio Meira. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

Departamento: Departamento Acadêmico de LIBRAS

Área: Letras (80200001)

Subárea: Sem subárea

Temas de Prova

Educação bilíngue para surdos no Brasil.

Aspectos da literatura surda.

Semântica e pragmática da Libras.

Morfologia da Libras.

Sintaxe da Libras.

- Aquisição de Libras como L1 e L2.
Linguística aplicada ao Ensino da Libras.
Uso do espaço e as expressões não manuais.
Letramento em Sign Writing: Escrita da Língua de Sinais.
Aspectos fonéticos e fonológicos da Libras.
Bibliografia
ALBRES, N. A. (Org.) ; NEVES, S. L. G. (Org.). *Libras em estudo: política linguística*. 1. ed. São Paulo: FENEIS SP, 2014. v. 5. 169p.
ALMEIDA, Elizabeth G. C. de. *Leitura e surdez: um estudo com adultos não oralizados*. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.
BRASIL, Ministério de Educação. *Ensino de Língua Portuguesa para Surdos: caminhos para a prática pedagógica*. MEC, SEESP, 2004.
BRASIL, Ministério da Educação. *O Tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa*. Ronice M. Quadros (org), Brasília: Ministério de Educação, 2006.
BRITO, L. F. *Por uma gramática da Língua de Sinais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.
BARRETO, Madson. *BARRETO, Raquel. Escrita de Sinais sem mistérios*. Belo Horizonte: Ed. do autor, 2012. Vol. 1.
FELIPE, Tanya. *MONTEIRO, Myrna S. LIBRAS em contexto*. Curso Básico. Legislação Específica de Libras - MEC/SEESP.
GESER, Andrei, O ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender a Libras. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
LACERDA, C. B. F. de; GOES, M.C.R. (orgs.). *Surdez: processos educativos e subjetividade*. São Paulo: Lovise, 2000.
LEITE, Emeli Marques Costa. *Os papéis do intérprete de Libras na sala de aula inclusiva*. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2004.
LIMA, Marisa Dias. *Política educacional e política linguística na educação dos e para os surdos*. 2018. 454f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. DOI.
MOURA, Maria Cecília. *O surdo: caminhos para uma nova identidade*. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.
NEVES, S. L. G.; ALBRES, N. A. (Org.). *Libras em estudo: políticas educacionais*. 1a. ed. São Paulo: FENEIS SP, 2013. v. vol. 4.
QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. B (col.). *Língua de sinais brasileira, estudos linguísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.
QUADROS, R. M. de. (org.) *Estudos Surdos I*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Arara Azul, 2006.
QUADROS, R. M. de. (org.) *Estudos Surdos II*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Arara Azul, 2007.
QUADROS, R. M. de. *Educação de Surdos: a Aquisição da Linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2005.
QUADROS, Ronice Muller de; FINGER, Ingrid. *Teorias de aquisição da linguagem* (Org.). 2 ed. Ver.- Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2013.
SACKS, Oliver. *Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 196p.
SALLES, Heloísa et. al. *Ensino de Língua Portuguesa para Surdos: caminhos para a prática pedagógica*. Brasília, MEC, 2002 (vol. 1 e 2).
SKLIAR, Carlos. (org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998.
STROBEL, Karin. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. Florianópolis: UFSC, 2008.
STUMPF, Marianne, PERLIN, Gladis. *Um olhar sobre nós surdos - Leituras contemporâneas*. Curitiba: CRV.
Departamento: Departamento Acadêmico de Línguas Estrangeiras
Área: Letras (80200001)
Subárea: Línguas Estrangeiras Modernas (80202004) e Literaturas Estrangeiras Modernas (80208002)
Temas de Prova
Approaches to Teaching English as an International Language (EIL) or Lingua Franca (ELF);
Multiliteracies and the Teaching of English Language and Literature in the Digital Era;
Teacher Education and the Challenges of Preparing English Language Teachers for Critical and Intercultural Practices in Basic Education;
Contemporary Issues in English Phonology and Pronunciation Teaching;
Critical Analysis and Pedagogical Use of English Language Teaching Materials in Basic Education;
Language Policies and Language Teacher Education in Brazil;
African and African-American literature in English: Postcolonial and feminist perspectives;
The English novel: rise, development and historical context;
Travel writing, imperialism, and conflicts in English Literatures;
The lost generation: tension, war, and conflicts in Literature.
Bibliografia
ABRAMS, M. H. et. al. *The Norton Anthology of English Literature*. 3a ed. New York: W.W. Norton & Co, 1974.
ASCROFT, Bill et al. *Post-colonial studies: the key concepts*. Second edition. New York: Taylor & Francis e-Library, 2007.
BAHRI, Deepika. *Feminismo e/ou pós-colonialismo*. Tradução: Andréia Guerini e Juliana Steil. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, v. 21, n. 2, 2013.
BRASIL. Secretaria de Educação Básica. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC/SEB, 2018.
CADILHE, A. J.; LEROY, Henrique R. *Formação de Professores de Língua e Decolonialidade: o Estágio Supervisionado como espaço de (Re) Existências*. Calidoscópio (Unisinos), v. 18, n. 2, p. 250-271, 2020.
COPE, Bill; KALANTZIS, Mary. *Towards education justice: the multiliteracies project revisited*. In. ZAPATA, Gabriela C.; KALANTZIS, Mary; COPE, Bill. (org.). *Multiliteracies in international educational contexts: towards education justice*. New York: Routledge, 2024.
GIMENEZ, Telma; CALVO, Luciana C.S.; EL KADRI, Michelle S. (Orgs). *Inglês como Língua Franca: Ensino-Aprendizagem e Formação de Professores*. Campinas: Pontes, p. 87-115, 2011.
GODOY, Sonia M. Baccari; GONTOW, Cris; MARCELINO, Marcello. *English Pronunciation for Brazilians: the sounds of American English*. Editorial Disal, 2006.
HULME, Peter; MCDOUGALL, Russel. *Writing, travel and empire*. London: TJ International Ltd, 2007.
JENKINS, Jennifer. *English as a lingua franca: attitude and identity*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
MOITA LOPES, L. P. (Org.). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
MONK, Craig. *Writing the Lost Generation: Expatriate Autobiography and American Modernism*. Iowa: University of Iowa Press, 2008.
MONTE MÓR, W. *Critical literacies, meaning making and new epistemological perspectives*. Matices en Lenguas Extranjeras Revista Electrónica, v. 02, p. 01-18, 2009. Disponível em: https://www.academia.edu/37438179/Critical_literacies_meaning_making_and_new_epistemological_perspectives
PENNINGTON, Martha C. *Phonology in English language teaching: an international approach*. London: Routledge, 2014.
ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo. *Letramentos Mídias Linguagens*. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2019.
ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo. *Multiletramentos na escola*. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2020.
SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
SCHEYERL, D.; SIQUEIRA, S. (Org). *Materiais didáticos para o ensino de línguas na contemporaneidade: contestações e proposições*. Salvador: Editora da UFBA, p. 37-56, 2012.
THIONG'O, Ngugi Wa. *Decolonizing the mind: the politics of language in African literature*. London: James Currey, 1986.
Departamento: Departamento Acadêmico de Línguas Estrangeiras
Área: Línguas Estrangeiras Modernas (80202004)
Subárea: Sem subárea
Temas de Prova
1. Enfoque, metodologia e orientações didáticas no ensino de E/LE;
2. Linguística aplicada ao ensino de Espanhol como Língua Estrangeira. Propostas para a prática pedagógica à luz da Educação brasileira.
3. A tradução como ferramenta pedagógica no ensino de línguas estrangeiras. Teorias, teóricos, competência tradutora, estudo descritivo-comparativo de português/espanhol e espanhol/português.
4. Novas tecnologias aplicadas ao ensino de língua espanhola como língua estrangeira.
5. Abordagens teórico-metodológicas de ensino de língua espanhola e suas tendências pedagógicas atuais.
6. A variação linguística da língua espanhola e sua abordagem no ensino de espanhol como língua estrangeira.
7. Letramento crítico e ensino de língua espanhola. Desafios e práticas inovadoras no campo de Estágio Supervisionado.
8. Fonética contrastiva do espanhol peninsular e o hispano-americano. Fenômenos linguísticos: "el voseo, tuteo, ceceo, seseo, yeísmo"
9. Impacto literário e político do Boom Latinoamericano.
10. Modernidade, tendências literárias na Espanha do século XX. "La Generación del 27", os "poetas del 27" e outras manifestações artísticas.
Bibliografia
ALBRES, N. A. (Org.) ; NEVES, S. L. G. (Org.). *Libras em estudo: política linguística*. 1. ed. São Paulo: FENEIS SP, 2014. v. 5. 169p.
ALMEIDA, Elizabeth G. C. de. *Leitura e surdez: um estudo com adultos não oralizados*. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.
BRASIL, Ministério de Educação. *Ensino de Língua Portuguesa para Surdos: caminhos para a prática pedagógica*. MEC, SEESP, 2004.
BRASIL, Ministério da Educação. *O Tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa*. Ronice M. Quadros (org), Brasília: Ministério de Educação, 2006.
BRITO, L. F. *Por uma gramática da Língua de Sinais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.
BARRETO, Madson. *BARRETO, Raquel. Escrita de Sinais sem mistérios*. Belo Horizonte: Ed. do autor, 2012. Vol. 1.
FELIPE, Tanya. *MONTEIRO, Myrna S. LIBRAS em contexto*. Curso Básico. Legislação Específica de Libras - MEC/SEESP.
GESER, Andrei, O ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender a Libras. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
LACERDA, C. B. F. de; GOES, M.C.R. (orgs.). *Surdez: processos educativos e subjetividade*. São Paulo: Lovise, 2000.
LEITE, Emeli Marques Costa. *Os papéis do intérprete de Libras na sala de aula inclusiva*. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2004.
LIMA, Marisa Dias. *Política educacional e política linguística na educação dos e para os surdos*. 2018. 454f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. DOI.
MOURA, Maria Cecília. *O surdo: caminhos para uma nova identidade*. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.
NEVES, S. L. G.; ALBRES, N. A. (Org.). *Libras em estudo: políticas educacionais*. 1a. ed. São Paulo: FENEIS SP, 2013. v. vol. 4.
QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. B (col.). *Língua de sinais brasileira, estudos linguísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.
QUADROS, R. M. de. (org.) *Estudos Surdos I*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Arara Azul, 2006.
QUADROS, R. M. de. (org.) *Estudos Surdos II*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Arara Azul, 2007.
QUADROS, R. M. de. *Educação de Surdos: a Aquisição da Linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2005.
QUADROS, Ronice Muller de; FINGER, Ingrid. *Teorias de aquisição da linguagem* (Org.). 2 ed. Ver.- Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2013.
SACKS, Oliver. *Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 196p.
SALLES, Heloísa et. al. *Ensino de Língua Portuguesa para Surdos: caminhos para a prática pedagógica*. Brasília, MEC, 2002 (vol. 1 e 2).
SKLIAR, Carlos. (org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998.
STROBEL, Karin. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. Florianópolis: UFSC, 2008.
STUMPF, Marianne, PERLIN, Gladis. *Um olhar sobre nós surdos - Leituras contemporâneas*. Curitiba: CRV.
Departamento: Departamento Acadêmico de LIBRAS
Área: Letras (80200001)
Subárea: Sem subárea

Temas de Prova

Educação bilíngue para surdos no Brasil.
Aspectos da literatura surda.
Semântica e pragmática da Libras.
Morfologia da Libras.
Sintaxe da Libras.
Aquisição de Libras como L1 e L2.
Linguística aplicada ao Ensino da Libras.
Uso do espaço e as expressões não manuais.
Letramento em Sign Writing: Escrita da Língua de Sinais.
Aspectos fonéticos e fonológicos da Libras.

Bibliografia

ALADRÉN, María del Carmen. Español actual: textos, gramática, ejercicios. 3.ed. Porto Alegre: Sagra, 1995.
ALARCOS LLORACH, Emilio. Gramática de la Lengua Española. Madrid: Espasa-Calpe/Real Academia Española, 1994.
ALBIR, Amparo Hurtado. Traducción y Traductología. Introducción a la traductología. Madrid: Cátedra, 2001.
BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio: Línguas Estrangeiras Modernas. Brasília: MEC, 2000.
CANAVAGGIO, Jean. Historia de la literatura española. Tomo V - El siglo XIX. Traducción: Juana Bignozzi. Barcelona: Editora Ariel, 1995
CASTRO, Francisca. Uso de la gramática española. 14. ed. Madrid: Edelsa, 2006.
DOMINGUEZ, Pablo; BAZO, Plácido. Claves del español: gramática práctica. Madrid: Santillana, 1994.
DONOSO, José. História Personal del "Boom". Barcelona: Editorial Anagrama, 1972.
DÍAZ, L.; AYMERICH, M. La destreza escrita. Madrid: EDELSA, 2003.
ECO, Umberto. Quase a mesma coisa: experiências de tradução. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2007.
GARCÍA DE LA CONCHA, Víctor. Antología comentada de la Generación de 27. Novena edición. Madrid: Espasa Calpe, 2006.
LAPESA, Rafael. Historia de la lengua española. 9. ed. Madrid: Biblioteca Románica Hispánica. Gredos, 1997.
LIMA, José Lezama. La expresión americana. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
MASIP, Vicente. Fonología y ortografía españolas. Curso integrado para brasileños. Recife: Edições Bagaço LTDA, 2001.
MILANI, Maria Esther. Gramática de espanhol para brasileiros. São Paulo: Saraiva, 1999.
LOBATO, Jesús Sánchez; GARGALLO, Isabel Santos. Vademécum para la formación de profesores: enseñar español como segunda lengua (L2) / lengua extranjera (LE). Madrid: General Española de Librería, 2005.

REYES, Graciela. Manual de Redacción: cómo escribir bien en español. Madrid: Arco/Libros, 1998.
SARMIENTO, Ramón; SÁNCHEZ, Aquilino. Gramática Básica del Español: norma y uso. 14. ed. Madrid: SGEL, 2007. GAYA, Samuel Gili. Curso superior de sintaxis española. 12 ed. Barcelona: Biblograf, 1978.

TORREGO, Leonardo Gómez. Gramática didáctica del español. 9. ed. Madrid: Ediciones, 2007.

Departamento: Departamento Acadêmico de Medicina

Área: Medicina (40100006)

Subárea: Ginecologia e Obstetrícia; Saúde Materno-Infantil

Temas de Prova

Amenorreas

Sangramento Uterino Anormal

Distopias Genitais

Infertilidade

Tumores benignos da mama feminina

Trabalhos de parto períodos e assistência

Diabetes gestacional

Doenças hipertensivas na gestação

Gestação múltipla

Prematuridade

Bibliografia

Speroff L. Endocrinologia Ginecológica Clínica e Infertilidade. Revinter. 8ª edição. 2015.

Berek, JS. Novak - Tratado de Ginecologia. Guanabara Koogan. 15ª Ed. 2017.

Rezende J, Montenegro, CAB. Rezende - Obstetrícia Fundamental. Guanabara Koogan. 14ª Ed.2017.

Zugaib M. Zugaib Obstetrícia. Manole. 4ª edição. 2019. Tratado de Mastologia da SBM. Carlos Ricardo Chagas..(et al.)-Rio de Janeiro: Revinter, 2011.

Departamento: Departamento Acadêmico de Medicina

Área: Medicina (400100006)

Subárea: Medicina I e Medicina II

Temas de Prova

Insuficiência renal aguda

Insuficiência renal crônica

Distúrbios hidroeletrólíticos

Doença glomerular

Terapia renal substitutiva

Lúpus eritematoso sistêmico

Artrite reumatoide

Doenças do tecido conjuntivo

Infecção do trato urinário

Litíase renal

Bibliografia

Harrison - Medicina Interna, 21ª edição

Cecil - Medicina Interna, 26ª edição

Porto - Semiologia Médica, 9ª edição

Riela - Princípios de Nefrologia e Distúrbios Hidroeletrólíticos, 7ª edição

Firestein & Kelley's Textbook of Rheumatology - 12ª edição

Departamento: Departamento Acadêmico de Química

Área: Química (10600000)

Subárea: Química Analítica (10604006), Análise de traços e Química Ambiental (10604073), Química Inorgânica (10602023) e Instrumentação Analítica (10604065)

Temas de Prova

Ponto 1: Espectroscopia de absorção atômica (EAA) e infravermelho com transformada de Fourier (FTIR): fundamentos e aplicações para análise de elementos traços; Ponto 2: Tratamento e análises de águas e efluentes. Ponto 3: Métodos clássicos de análise quantitativa: volumetria e gravimetria. Ponto 4: Equilíbrios químicos em solução aquosa: ácido-base; complexação, solubilidade, oxirredução. Fundamentos e aplicações em análise química qualitativa e quantitativa. Ponto 5: Métodos eletroanalíticos: fundamentos e aplicações de potenciometria e voltametria em química analítica. Ponto 6: Métodos espectroquímicos: espectrometria de absorção molecular no UV-Visível. Fundamentos e aplicações analíticas. Ponto 7: Métodos de separação: Cromatografia líquida de alta eficiência acoplada à espectrometria de massas. Ponto 8: Métodos de separação: eletroforese capilar acoplada à espectrometria de massas. Ponto 9: Métodos de separação: Cromatografia gasosa acoplada à espectrometria de massas. Ponto 10: Complexos de metais de transição: fundamentos teóricos e aplicação em química analítica.

Bibliografia

Manahan, S.E. Environmental Chemistry, Lewis Publishers, Boca Raton, 6th edition, 1994. McBRIDE, M.B. Environmental chemistry of soils. Oxford: Oxford University Press, 1994. Yaron, B.; Calvet, R. ; Prost, R. ; Soil Pollution: Processes and Dynamics, Ed Springer-Verlag Berlin Heidelberg, 1996. Guia nacional de coleta e preservação de amostras: água, sedimento, comunidades aquáticas e efluentes líquidos, CETESB-SP e Agência Nacional de Águas, Brasília, 2011. DIAS, Silvio Luis Pereira; BOHRER, Fábio Marcos Gonçalves; LUCA, Maria Augusta de; VAGHETTI, Júlio César Pacheco; BRASIL, Jorge de Lima (org.). Análise qualitativa: em escala semimicro. Porto Alegre: Bookman, 2016. 124 p. FATIBELLO FILHO, Orlando. Equilíbrio iônico: aplicações em química analítica. São Carlos: Edufscar, 2016. 513 p. ROSA, Gilber; GAUTO, Marcel; GONÇALVES, Fábio. Química Analítica: práticas de laboratório. Porto Alegre: Bookman, 2013. 127 p. FATIBELLO FILHO, Orlando; SILVA, Tiago Almeida; MORAES, Fernando Cruz de; JANEGITZ, Bruno Campos. Potenciometria: aspectos teóricos e práticos. São Carlos: Edufscar, 2019. 267 p. SKOOG, Douglas A.; HOLLER, F. James; NIEMAN, Timothy A.. Princípios de Análise Instrumental. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002. 836 p. Bard, A. J.; Faulkner, L. R. "Electrochemical Methods: Fundamentals and Applications" 2ª Edição, New York: John Wiley & Sons, 2001. Snyder, L. R.; Kirkland, J. J.; Dolan, J. W. "Introduction to Modern Liquid Chromatography" 3ª Edição ,Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, 2010. COLLINS, C. H. Cromatografia Gasosa. 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2006. DE JONG, Gerhardus. Capillary Electrophoresis - Mass Spectrometry (CE-MS): Principles and Applications. 1. ed. Berlin: Springer, 2016. 298 p. SHIVER, D. F.; ATKINS, P. W.; LANGFORD, C. H. Química Inorgânica. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008. 848 p. HUHEEY, James E.; KEITER, Ellen A.; KEITER, Richard L.. Inorganic Chemistry: principles of structure and reactivity. 4. ed. New York: Harper Collins College Publishers, 1993. DUPONT, Jair. Química Organometálica: elementos do bloco d e f. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Rolin de Moura

Curso: Departamento Acadêmico de Educação do Campo

Área: Física (10500006)

Subárea: Física Geral (10501002)

Temas de Prova

1) Leis de Newton e aplicações práticas no ensino contextualizado com a realidade da Educação do Campo. 2) Conservação da Energia Mecânica e Momento Linear: ensino contextualizado com a realidade da Educação do Campo

3) Ondulações e Ondas: ensino contextualizado com a realidade da Educação do Campo.

4) Aprendizagem significativa, utilizando mapas conceituais, aplicado ao Ensino de física;

5) Termodinâmica: ensino contextualizado para a realidade da Educação do Campo.

6) Eletromagnetismo: ensino contextualizado para a realidade da Educação do Campo

7) Óptica Geométrica e Física: ensino contextualizado para a realidade da Educação do Campo.

8) Ensino Física, Projeto de Pesquisa e Extensão em Educação do campo.

9) Física Moderna: ensino contextualizado para a Educação do Campo. 10) Saberes populares e o Ensino de Física na Educação do Campo.

Bibliografia

BRICK, E. M.. Paulo Freire: interfaces entre Ensino de Ciências Naturais e Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica Castagna (org.) Licenciaturas em Educação do Campo e o Ensino de Ciências Naturais: desafios à promoção do trabalho docente interdisciplinar. Brasília: MDA, 2014. BRITTO, N. S.; SILVA, T.G.R. Educação do Campo: formação em ciências da natureza e o estudo da realidade. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 40, n. 3, p. 763-784, jul./set. 2015. CALDART, R. Licenciatura em educação do campo e projeto formativo: qual o lugar da docência por área?. In: MOLINA, M. C.; SÁ, L. M. (Org.) Licenciaturas em educação do campo: registros e reflexões a partir das experiências-piloto (UFMG; UnB; UFBA e UFS). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. - (Coleção Caminhos da Educação do Campo; 5). p.95-121. CALDART, Roseli Salete. Pedagogia do campo. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. CARDOSO, L.R.; ARAÚJO, M.I.O. Currículo de ciências: professores e escolas do campo. Ensaio, Belo Horizonte, v. 14. n.02, ago-nov, 2012 HALLIDAY, D., RESNICK, R. e WALKER, J. Fundamentos de Física: Mecânica. vol. 1, 2, 3 e 4. LTC, 12ª ed.,



2023; HALLIDAY, D.; RESNICK, R.; WALKER, J. Abordagem Temática no Ensino de Ciências: Algumas Possibilidades. Vivências: Revista Eletrônica de extensão da URI. v.7, n. 13, p. 10-21, Outubro/2011. TIPLER, P. Física - vol. 1, 2, 3 e Física Moderna. 5ª ed., LTC, 2006; NUSSENZVEIG, H. M. Curso de Física Básica. vol. 1, 2, 3 e 4. Edgard Blucher; SYMON, K. R. Mecânica. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1986; KITTEL, C. Introdução à Física do Estado Sólido, 8ª ed., LTC, RJ, 2006; JACKSON, J. D. Classical Electrodynamics. J. Wiley, 1975; MACHADO, K. D. Teoria do Eletromagnetismo. 2ª ed. vol. I e II, UEPG, 2004; KAPLAN, I. Física Nuclear, Guanabara, 1978; PESSOA, E. F., COUTINHO, F. A. B., SALA, O. Introdução à Física Nuclear, McGraw Hill, 1979; CARUSO, F.; OGURI, V. Física Moderna: Origens Clássicas & Fundamentos Quânticos. Elsevier, 2006 REVISTA BRASILEIRA DE ENSINO DE FÍSICA. Disponível em UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA.PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO COM HABILITAÇÃO EM CIÊNCIAS DA NATUREZA E CIÊNCIAS HUMANAS. 2014. Disponível em: https://educampo.unir.br/uploads/71717171/arquivos/PPC_Educampo_do_Campo_264370189.pdf

Departamento: Departamento Acadêmico de Educação do Campo

Área: Ensino (90200000)

Subárea: Ensino de Ciências e Matemática (90201000)

Temas de Prova

- 1) Estratégias e recursos didáticos para o ensino biologia, física e química na educação do campo numa perspectiva interdisciplinar.
- 2) A pedagogia da alternância, o ensino de biologia, física e química e suas implicações na formação dos educadores do campo.
- 3) A relação entre ensino de biologia, física e química e educação do campo numa perspectiva interdisciplinar.
- 4) Práticas educativas na educação do campo: vivências, saberes e conhecimentos tradicionais dos povos do campo versus conhecimentos científicos de biologia, química e física numa perspectiva interdisciplinar.
- 5) As teorias da aprendizagem e o ensino de biologia, física e química em escolas do campo.
- 6) Prática pedagógica e o estágio supervisionado na área de biologia, física e química na educação do campo. 7) Compreensão do processo de construção de conhecimento científico (lógica e natureza da ciência) e das disciplinas de biologia, física e química como ciências experimentais.
- 8) A transformação do conhecimento científico de biologia, física e química em conhecimento escolar em escolas do campo.
- 9) Métodos ativos de ensino como alternativas para o ensino de biologia, física e química em escolas do campo.
- 10) Reflexão sobre o método científico, pesquisa, procedimentos e tipos de pesquisa na área de biologia, física e química aplicada em escolas do campo.

Bibliografia

1 - ARROYO, Miguel González; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (orgs.). Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 2 - BACICH, Lilian; MORAN, José (orgs.). Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. 1. ed. Porto Alegre: Penso, out. 2017. 3 - BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo. Brasília: MEC/SECADI, 2013. 4. BRITTO, N. S.; SILVA, T.G.R. Educação do Campo: formação em ciências da natureza e o estudo da realidade. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 40, n. 3, p. 763-784, jul./set. 2015. 5 - CALDART, R. Licenciatura em educação do campo e projeto formativo: qual o lugar da docência por área?. In: MOLINA, M. C.; SÁ, L. M. (Org.) Licenciaturas em educação do campo: registros e reflexões a partir das experiências-piloto (UFMG; UnB; UFBA e UFS). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. - (Coleção Caminhos da Educação do Campo; 5). p.95-121. 6 - CALDART, Roseli Salete. Pedagogia do campo. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 7 - CAMPOS, Maria Cristina da Cunha; NIGRO, Rogério Gonçalves (org.). Didática de ciências: o ensino-aprendizagem como investigação. 1. ed. São Paulo: FTD, 2022. 8 - CHEVALLARD, Yves. La transposition didáctica: del saber sabio al saber enseñado. Traducción Claudia Gilman. 3. ed. Buenos Aires: Aique Grupo Editor, 2005. 9 - DELIZOICOV, Demétrio. Metodologia do ensino de ciências. São Paulo: Cortez, 1994. 10 - DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A.; PERNAMBUCO, M. M. Ensino de ciências: fundamentos e métodos. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2018 11 - FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021. 12 - FREITAS, Denise; DELIZOICOV, Demétrio (org.). Educação científica e popular: saberes em diálogo na educação do campo. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 13 - KRASILCHIK, Maria. Prática de ensino de biologia. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: EDUSP/Clacso, 2008-2012. 14 - LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 15 - MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 16 - MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de (org.). Educação do campo: trajetória e perspectivas. Brasília: MEC/SECAD, 2004. 17 - MOREIRA, Marco Antônio; MASINI, Elcicle Aparecida Fortes Salzano. Aprendizagem significativa: a teoria de David Ausubel. São Paulo: Centauro, 2001. 18 - MOURA, Breno Arsioli. O que é natureza da Ciência e qual sua relação com a História e Filosofia da Ciência?. Revista Brasileira de História da Ciência, v. 7, n. 1, p. 32-46, 2014. 19 - NARDI, Roberto (org.). Questões atuais no ensino de ciências. 2. ed. São Paulo: Escrituras, 2013.

Departamento: Departamento Acadêmico de História

Área: História (70500002)

Subárea: Ensino de História (70505004)

Temas de Prova

1. Estágio Supervisionado e formação do professor/a-pesquisador/a em História
2. Currículo, planejamento, avaliação, metodologias e instrumentos pedagógicos para o ensino de história
3. Historiografia do Ensino de História no Brasil: trajetórias e desafios
4. O ensino de história, cultura afro-brasileira e relações étnico-raciais
5. Fundamentos e práticas para o ensino de história: o trabalho com fontes documentais e o uso de Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs)
6. Os Livros Didáticos de História e seus usos no ensino e na pesquisa histórica
7. A formação docente em História e os desafios à atuação profissional
8. Perspectivas e possibilidades no Ensino de História e cultura indígena
9. O novo ensino médio, as ciências humanas e os desafios da formação interdisciplinar
10. O papel da pesquisa na produção de saberes históricos na sala de aula: diálogos, articulações entre teoria e prática.

Bibliografia

BITTENCOURT, Circe Maria. Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez Editora, 2008. BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC/SEB, 2017. HARTMANN, A. M., & Zimmermann, E. O trabalho interdisciplinar no Ensino Médio: A reaproximação das "Duas Culturas". Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências, 7(2), 2011. MONTEIRO, Ana Maria F. C. Professores de história: entre saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. MUNDURUKU, Daniel. O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970- 1990). São Paulo: Paulinas, 2012. OLIVEIRA, Margarida; CAINELLI, Marlene; OLIVEIRA, Almir (Orgs.). Ensino de História: múltiplos ensinos em múltiplos espaços. Natal, RN: EDUFRN, 2008. PEIXOTO, SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA EDITAL Nº 03/2022/GR/UNIR, DE 30 DE MARÇO DE 2022 33 Maria do Rosário da Cunha. Ensino como pesquisa: um novo olhar sobre a história no ensino fundamental como e por que aprender/ensinar história. História e Perspectivas, Uberlândia, v.1. n.53, p.37-70, jan/jun.2015. ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; MAGALHÃES, Marcelo de Souza; GONTIJO, Rebeca (Org.). A escrita da história escolar: memória e historiografia. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2009. SCHIMDT, Maria Auxiliadora & CAINELLI, Marlene. Ensinar história. 2.ed. São Paulo: Scipione, 2009. (coleção Pensamento e ação na sala de aula). VÁLERO, Marion Escorsi & RIBEIRO JUNIOR, Halferd Carlos (Org.). Ensino de História e Currículo: reflexões sobre a Base Nacional Comum Curricular, formação de professores e prática de ensino. Jundiaí: Paco Editorial, 2017. ZABALZA, Miguel A. O estágio e as práticas em contextos profissionais na formação universitária. São Paulo: Cortez, 2014.

Vilhena

Departamento: Departamento Acadêmico de Ciências Contábeis

Área: Administração (60200006)

Subárea: Ciências Contábeis (60204001)

Temas de Prova

1 Contabilidade Avançada: propriedade para investimento, investimento em coligada, controlada e empreendimentos controlados em conjunto, negócios em conjunto, demonstrações consolidadas.

2 Teoria da Contabilidade: Características Qualitativas da Informação Contábil. Teoria da Regulação.

3 Contabilidade do Agronegócio: Planificação contábil nas atividades agrícola e zootécnica, métodos de mensuração de estoques nas atividades agrícola e zootécnica: ativos biológicos consumíveis e produtos agrícolas, Métodos de mensuração de ativos biológicos para produção nas atividades agrícola e zootécnica.

4 Contabilidade Societária: Operações com ativo imobilizado e intangível, redução ao valor recuperável de ativos, ajuste a valor presente e mensuração do valor justo.

5 Abertura e Encerramento de Empresas: Plano de Negócio. Procedimentos legais (práticos) para constituição, alteração e encerramento de sociedade empresária. Escrituração Contábil de constituição de empresas e de operações mercantis. Balanço Patrimonial de Abertura. Livro Diário, Livro Razão. Encerramento do exercício. Balanço Patrimonial. Obrigações Acessórias.

6 Análise das Demonstrações Contábeis: Aspectos introdutórios da análise das demonstrações contábeis. Técnicas de análise de balanços. Análise Vertical e Horizontal. Análise Econômico-Financeira. Alavancagem operacional e financeira e as diversas taxas de retorno.

7 Auditoria Contábil: Normas profissionais e técnicas de auditoria contábil. Controle interno. Aspectos conceituais, legais, práticos e comportamentais de fraude, erro e convivência.

Fases da auditoria contábil. Conclusão dos trabalhos e relatórios dos auditores.

8 Perícia Contábil e Arbitragem Patrimonial: Perícia Contábil Judicial, Extrajudicial e Arbitragem Patrimonial. 9 Custos e Análise de Custos: Métodos (Sistemas) de Custo. Custos para Decisão. Custos para Planejamento e Controle.

10 Auditoria e Controladoria Governamental: Estrutura e controle da administração pública. Sistema de Controle Interno. Controladoria Governamental: Aspectos legais, teóricos e aplicáveis. Introdução à auditoria governamental: Normas fundamentais de auditoria. Tópicos especiais: Sistema de Controle Externo das contas públicas. Competências dos Tribunais de Contas.

Bibliografia

1. ALBERTO, V. L. P. Perícia Contábil. São Paulo: Atlas. 2. ALMEIDA, M. C. Auditoria: abordagem moderna e completa. São Paulo: Atlas. 3. ASSAF NETO, A. Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro. São Paulo: Atlas. 4. BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. 5. BRASIL. Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996. Dispõe sobre a arbitragem. 6. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). NBC PP 01 (R2) - Norma Brasileira de Contabilidade - Perito Contábil. 7. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). NBC TSP - Normas Brasileiras de Contabilidade do Setor Público. NBC TSP. 8. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Normas Brasileiras de Contabilidade. NBC TP 01 (R2) - Perícia Contábil. 9. CREPALDI, S. A.; CREPALDI, G. S. Auditoria Contábil: teoria e prática. São Paulo: Atlas. 10. CREPALDI, S. Manual de Perícia Contábil. Rio de Janeiro: Saraiva. 11. CRUZ, F.; et al. Auditoria governamental. São Paulo: Atlas. 12. DORNELAS, J. Plano de Negócios: Seu Guia Definitivo. Rio de Janeiro: Atlas. 13. EMPRESA FÁCIL RO. Disponível em: www.empresafacil.ro.gov.br 14. GELBCKE, E. R.; SANTOS, A.; IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E. Manual de Contabilidade Societária. São Paulo: Atlas. 15. HENDRIKSEN, E. S.; BREDA, M. F. V. Teoria da Contabilidade. Rio de Janeiro: Atlas. 16. IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. C.; FARIA, A. C. Introdução à Teoria da Contabilidade - Para Graduação. Rio de Janeiro: Atlas. 17. IUDÍCIBUS, S. Teoria Avançada da Contabilidade. São Paulo: Atlas. 18. IUDÍCIBUS, S. Teoria da Contabilidade. São Paulo: Atlas. 19. LONGO, C. G. Relatórios de auditoria. São Paulo: Trevisan. 20. MARION, J. C. Contabilidade Rural - Agrícola, Pecuária e Imposto de Renda. São Paulo: Grupo GEN. 21. MARION, J. C. Análise das Demonstrações Contábeis. São Paulo: Atlas. 22. MARTINS, E. Contabilidade de Custos. Rio de Janeiro: Atlas. 23. MARTINS, E.; DINIZ, J. A.; MIRANDA, G. J. Análise Avançada das Demonstrações Contábeis: uma abordagem crítica. São Paulo: Atlas. 24. MATARAZZO, D. C. Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial. São Paulo: Atlas. 25. NIYAMA, J. K. Teoria da Contabilidade. Rio de Janeiro: Atlas. 26. OLIVEIRA, D. L.; OLIVEIRA, G. D. Contabilidade Rural - Uma Abordagem do Agronegócio dentro da Porteira. Livro de Exercícios. Curitiba-PR: Juruá. 27. PÉGAS, P. H. Manual de Contabilidade Tributária. Rio de Janeiro: Atlas. 28. PETER, M. G. A. Manual de auditoria governamental. São Paulo: Atlas. 29. RIBEIRO, O. M. Contabilidade de Custos. Rio de Janeiro: Saraiva. 30. SLOMSKI, V. Controladoria e governança na gestão pública. São Paulo: Atlas. 31. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público. NBASP. 32. VALENTINA, J. D.; CORRÉA, R. S. Guia para Abertura de Empresas-Aspectos, Tributários e Contábeis. Rio de Janeiro: Atlas. 33. VIEIRA, L. M. Auditoria contábil-financeira no setor público: fundamentos, técnicas e aplicações. Brasília: Gestão Pública. 34. WERNKE, R. Análise de custos e preço de venda. Rio de Janeiro: Saraiva.

EDITAL Nº 01/2026/GR/UNIR, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

ANEXO III - FICHA DE AVALIAÇÃO DE PROVA ESCRITA

Código alfanumérico:
Avaliador:
Curso e Campus/Núcleo:
Área:
Tema da prova:



a.

Conhece e comprehende os conceitos e princípios do tema abordado (máximo 30 pontos):

Totalmente inadequado	Inadequado	Pouco adequado	Adequado	Plenamente adequado	Pontuação obtida
0 a 4,9	5 a 9,9	10 a 14,9	15 a 29,5	29,6 a 30	

Justificativa:

b.

Fundamenta as ideias abordadas com argumentos de autores e bibliografias relevantes para o tema (máximo 30 pontos):

Totalmente inadequado	Inadequado	Pouco adequado	Adequado	Plenamente adequado	Pontuação obtida
0 a 4,9	5 a 9,9	10 a 14,9	15 a 29,5	29,6 a 30	

Justificativa:

c.

Desenvolve numa sequência lógica os aspectos essenciais do tema, demonstrando domínio e precisão sobre o que discorre (máximo 20 pontos):

Totalmente inadequado	Inadequado	Pouco adequado	Adequado	Plenamente adequado	Pontuação obtida
0 a 2,4	2,5 a 7,4	7,5 a 9,9	10 a 19,5	19,6 a 20	

Justificativa:

d.

Escreve com objetividade, clareza e coerência (máximo 10 pontos):

Totalmente inadequado	Inadequado	Pouco adequado	Adequado	Plenamente adequado	Pontuação obtida
0 a 2,4	2,5 a 4,9	5,0 a 7,4	7,5 a 9,5	9,6 a 10	

Justificativa:

e.

Usa corretamente a Língua Portuguesa (máximo 10 pontos):

Totalmente inadequado	Inadequado	Pouco adequado	Adequado	Plenamente adequado	Pontuação obtida
0 a 2,4	2,5 a 4,9	5,0 a 7,4	7,5 a 9,5	9,6 a 10	

Justificativa:

Nota da Prova Escrita

(Nota da Prova Escrita = a + b + c + d + e)

Membro da Banca Examinadora
EDITAL Nº 01/2026/GR/UNIR, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026
ANEXO IV - FICHA DE AVALIAÇÃO DA PROVA DIDÁTICA

Candidato:	
Avaliador:	
Hora de início da prova:	Hora de término da prova:

EIXO I - HABILIDADES DE PLANEJAMENTO DE AULA (20 pontos)

a.

Apresenta conteúdos, objetivos, metodologia, avaliação e referência bibliográfica (máximo 10 pontos):

Totalmente inadequado	Inadequado	Pouco adequado	Adequado	Plenamente adequado	Pontuação obtida
0 a 2,4	2,5 a 4,9	5,0 a 7,4	7,5 a 9,5	9,6 a 10	

Justificativa:

b.

A proposta do plano é coerente com o tema (máximo 10 pontos):

Totalmente inadequado	Inadequado	Pouco adequado	Adequado	Plenamente adequado	Pontuação obtida
0 a 2,4	2,5 a 4,9	5,0 a 7,4	7,5 a 9,5	9,6 a 10	

Justificativa:

c.

A proposta do plano é coerente com o tema (máximo 10 pontos):

Totalmente inadequado	Inadequado	Pouco adequado	Adequado	Plenamente adequado	Pontuação obtida
0 a 2,4	2,5 a 4,9	5,0 a 7,4	7,5 a 9,5	9,6 a 10	

Justificativa:

d.

Apresentou boa capacidade de comunicação, como fluência verbal, concordância gramatical, tom de voz e desenvoltura corporal (máximo 10 pontos):

Totalmente inadequado	Inadequado	Pouco adequado	Adequado	Plenamente adequado	Pontuação obtida
0 a 2,4	2,5 a 4,9	5,0 a 7,4	7,5 a 9,5	9,6 a 10	

Justificativa:

e.

Utilização do tempo disponível (máximo 10 pontos):

Totalmente inadequado	Inadequado	Pouco adequado	Adequado	Plenamente adequado	Pontuação obtida
0 a 2,4	2,5 a 4,9	5,0 a 7,4	7,5 a 9,5	9,6 a 10	

Justificativa:

f.

Apresentou boa capacidade de comunicação, como fluência verbal, concordância gramatical, tom de voz e desenvoltura corporal (máximo 10 pontos):

Totalmente inadequado	Inadequado	Pouco adequado	Adequado	Plenamente adequado	Pontuação obtida
0 a 2,4	2,5 a 4,9	5,0 a 7,4	7,5 a 9,5	9,6 a 10	

Justificativa:

g.

Relaciona o tema da aula com o todo da unidade de conteúdo do qual faz parte, apresentando introduções necessárias à compreensão do conteúdo abordado (máximo 10 pontos):

Totalmente inadequado	Inadequado	Pouco adequado	Adequado	Plenamente adequado	Pontuação obtida
0 a 2,4	2,5 a 4,9	5,0 a 7,4	7,5 a 9,5	9,6 a 10	

Justificativa:

h.

Utilização da bibliografia apresentada no plano de aula (máximo 10 pontos):

Totalmente inadequado	Inadequado	Pouco adequado	Adequado	Plenamente adequado	Pontuação obtida
0 a 2,4	2,5 a 4,9	5,0 a 7,4	7,5 a 9,5	9,6 a 10	

Justificativa:

i.

Utilização da bibliografia apresentada no plano de aula (máximo 10 pontos):

Totalmente inadequado	Inadequado	Pouco adequado	Adequado	Plenamente adequado	Pontuação obtida
0 a 2,4	2,5 a 4,9	5,0 a 7,4	7,5 a 9,5	9,6 a 10	

Justificativa:



EDITAL Nº 01/2026/GR/UNIR, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026
 ANEXO V - FICHA DE AVALIAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS

Candidato:
 Número de Inscrição:

Eixo I - Formação Acadêmica ¹ (Máximo 40 pontos)	Titulação do candidato	Pontuação
Título de Doutor na área de formação exigida no concurso (diploma devidamente registrado, reconhecido ou com Título revalidado ou ata conclusiva de defesa de tese, em que esteja consignada a aprovação do discente sem ressalvas, em curso de programa stricto sensu no País).		40
Título de Mestre na área de formação exigida no concurso (diploma devidamente registrado, reconhecido ou com Título revalidado ou ata conclusiva de defesa de dissertação, em que esteja consignada a aprovação do discente sem ressalvas, em curso de programa stricto sensu no País).		30
Título de Especialista na área de formação exigida no concurso (diploma devidamente registrado, reconhecido ou com Título revalidado ou ata conclusiva de defesa de Trabalho de Conclusão de Curso, em que esteja consignada a aprovação do discente sem ressalvas, em curso Lato sensu no País).		20
Nota do Eixo I		

Justificativa da Nota Atribuída:

1. A nota de Formação Acadêmica se dará por enquadramento. O(a) candidato(a) deverá apresentar a titulação de nível mais elevado na área para qual se inscreveu, não sendo cumulativas

Eixo II - Experiência Profissional (Máximo 25 pontos)	Pontos por título	Pontuação Máxima	Pontuação Solicitada	Nota Atribuída
1. Exercício de magistério em curso de ensino superior na área exigida da vaga. Pontuação por ano letivo completo, sem sobreposição de tempo.	1	3		
2. Exercício de cargos de Direção Superior em atividades de administração acadêmica em Instituição de Ensino Superior, por cargo e no mínimo doze meses	0,4	1,6		
3. Exercício de cargos/funções de Coordenação de Curso, Chefia de Departamento ou equivalente em Instituição de Ensino Superior, por cargo e no mínimo doze meses	0,5	1		
4. Coordenação/Presidência de Comissões Permanentes (ex.: Comissão Própria de Avaliação (CPA's), e/ou Comissões de Concurso Público de Instituição de Ensino Superior. Pontuação por comissão.	0,5	0,5		
5. Orientações concluídas de teses de doutorado. Valor por tese orientada.	1,5	3		
6. Orientações concluídas de dissertações de mestrado. Valor por dissertação orientada.	1,2	2,4		
7. Orientações concluídas de monografias de conclusão de curso de pós-graduação lato sensu. Valor por orientação.	1	2		

..

8. Orientações concluídas de monografias de conclusão de curso de graduação. Valor por orientação.	0,5	2,5
9. Participação em bancas examinadoras de doutorado.	0,8	4
10. Participação em banca examinadora de mestrado	0,6	3
11. Participação em bancas examinadoras de graduação ou pós-graduação lato sensu. Valor por banca.	0,4	2

Nota do Eixo II

Justificativa da Nota Atribuída:

..

Eixo III - Atividades Acadêmicas (Máximo 35 pontos)	Pontuação por item	Pontuação Máxima	Pontuação Solicitada	Nota Atribuída
1. Bolsa de produtividade em pesquisa - CNPq, valor por ano.	0,5	2		
2. Coordenação ou vice-coordenação em evento de ensino, pesquisa e extensão com financiamento de instituições de fomento ou convênio (MEC, CAPES, Secretarias Estaduais e Municipais de Educação).	0,5	2		
3. Parecer em artigo científico, ou parecerista ad hoc de revista científica na área.	0,5	3		
4. Editor de Revista com QUALIS na área. Valor por revista.	0,8	4		
5. Projetos de ensino, pesquisa e/ou extensão, aprovados em Instituição de Fomento	0,6	1,2		

6. Relatório final de projeto de pesquisa na área aprovado em Instituição de Fomento	0,5	1
7. Orientações concluídas e aprovadas: Iniciação Científica (PIBIC/PIVIC/CNPq-balcão/PET) pontos por aluno e por ano.	0,5	2
8. Publicação de livro didático/técnico ou de interesse para a área, em autoria ou coautoria do candidato.	0,5	2
9. Publicação de capítulo de livro didático/técnico ou de interesse para a área, em autoria ou coautoria exclusiva do candidato.	0,2	1
10. Artigos publicados em periódicos científicos especializados com corpo editorial Conceito A1 e A2 (QUALIS), na área do concurso.	1	5
11. Artigos publicados em periódicos científicos especializados com corpo editorial Conceito A3 e A4 (QUALIS), na área do concurso.	0,8	4
12. Artigos publicados em periódicos científicos especializados com corpo editorial Conceito B (QUALIS), na área do concurso.	0,5	2
13. Trabalhos completos publicados em anais de eventos científicos (mais de seis páginas), na área do concurso.	0,5	2
14. Resumos expandidos publicados em anais de eventos científicos, na área do concurso.	0,2	1

15. Resumos publicados em anais de eventos científicos, na área do concurso	0,2	0,8
16. Organização e editoração de livros e periódicos, com corpo editorial.	1	2

Nota do Eixo III

Justificativa da Nota Atribuída:

Nota da Prova de Títulos

(Nota da Prova de Títulos = Nota do Eixo I + Nota do Eixo II + Nota do Eixo III)

Membro da Banca Examinadora

Membro da Banca Examinadora

Presidente da Banca Examinadora

EDITAL Nº 01/2026/GR/UNIR, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

ANEXO VI - AUTODECLARAÇÃO PARA VAGAS DESTINADAS À PESSOAS NEGRAS

À Comissão de Homologação de Inscrição,

Eu,

inscrito no CPF nº , candidato(a) à área

, declaro que sou (preto ou pardo), conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bem como estou ciente de que, se for detectada falsidade desta declaração, estarei sujeito às penalidades legais, inclusive de eliminação deste Concurso Público de Provas e Títulos para o Cargo Efetivo de Professor da Carreira de Magistério Superior, regido pelo Edital nº 01/2026/GR/UNIR, em qualquer fase, e de anulação de minha classificação caso venha a ser classificado após procedimento regular, em que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Declaro, ainda, que tenho ciência de que serei submetido ao procedimento de heteroidentificação, nos termos da Instrução Normativa nº 23/2023/MGI, de 25 de julho de 2023.

Assinatura do(a) Candidato(a)

EDITAL Nº 01/2026/GR/UNIR, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

ANEXO VII - AUTODECLARAÇÃO PARA VAGAS DESTINADAS À PESSOAS INDÍGENAS

À Comissão de Homologação de Inscrição,

Eu,

inscrito no CPF nº , candidato(a) à área

, declaro que sou indígena, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bem como estou ciente de que, se for detectada falsidade desta declaração, estarei sujeito às penalidades legais, inclusive de eliminação deste Concurso Público de Provas e Títulos para o Cargo Efetivo de Professor da Carreira de Magistério Superior, regido pelo Edital nº 01/2026/GR/UNIR, em qualquer fase, e de anulação de minha classificação caso venha a ser classificado após procedimento regular, em que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Assinatura do(a) Candidato(a)

EDITAL Nº 01/2026/GR/UNIR, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

ANEXO VIII - AUTODECLARAÇÃO PARA VAGAS DESTINADAS À PESSOAS QUILOMBOLAS

À Comissão de Homologação de Inscrição,

Eu,

inscrito no CPF nº , candidato(a) à área

, declaro que sou quilombola, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bem como estou ciente de que, se for detectada falsidade desta declaração, estarei sujeito às penalidades legais, inclusive de eliminação deste Concurso Público de Provas e Títulos para o Cargo Efetivo de Professor da Carreira de Magistério Superior, regido pelo Edital nº 01/2026/GR/UNIR, em qualquer fase, e de anulação de minha classificação caso venha a ser classificado após procedimento regular, em que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Assinatura do(a) Candidato(a)

EDITAL Nº 01/2026/GR/UNIR, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2026

ANEXO IX - FÓRMULÁRIO PARA REQUERIMENTO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

À Comissão de Homologação de Inscrição,

Eu,

inscrito no CPF nº , candidato(a) à área

, venho requerer, com base no tópico 6.27 do Edital nº 01/2026/GR/UNIR, o(s) seguinte(s) tratamento diferenciado na realização das provas:
 Nestes termos, peço deferimento.

Assinatura do Candidato

Observações:

O simples requerimento de tratamento diferenciado para a realização das provas não garante o seu deferimento, que será submetido a análise, resguardado os direitos garantidos pelo Decreto nº 9.508, de 24 de setembro de 2018.

Deverá ser encaminhado, junto com este formulário, atestado ou laudo médico, original ou autenticado em cartório, expedido por médico especialista na área de sua deficiência permanente ou temporária, que justifique o requerimento do tratamento diferenciado.

HENRIQUE MOREIRA DOS SANTOS
 Pró-Reitor

